

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE POS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

FÁBIO FARIAS DE MORAES

**A ATIVIDADE ERVATEIRA NA FORMAÇÃO ECONÔMICA
DO PLANALTO NORTE CATARINENSE**

Florianópolis

2013

Fábio Farias de Moraes

A ATIVIDADE ERVATEIRA NA FORMAÇÃO ECONÔMICA DO
PLANALTO NORTE CATARINENSE

Dissertação submetida ao Programa de
Pós-Graduação em Geografia da
Universidade Federal de Santa Catarina
para a obtenção do Grau de Mestre em
Geografia em 28 de fevereiro de 2013.

Orientador: Prof. Dr. Nazareno José Campos.

Florianópolis

2013

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Moraes, Fábio Farias de

A ATIVIDADE ERVATEIRA NA FORMAÇÃO ECONÔMICA DO PLANALTO
NORTE CATARINENSE / Fábio Farias de Moraes ; orientador,
Nazareno José Campos - Florianópolis, SC, 2013.

168 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa
de Pós-Graduação em Geografia.

Inclui referências

1. Geografia. 2. Economia Catarinense. 3. Complexo
Ervateiro. 4. Erva-mate. 5. Planalto Norte de Santa
Catarina. I. Campos, Nazareno José. II. Universidade
Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em
Geografia. III. Título.

A ATIVIDADE ERVATEIRA NA FORMAÇÃO ECONÔMICA DO PLANALTO NORTE CATARINENSE

Esta Dissertação foi julgada adequada para obtenção do Título de mestre, e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia/UFSC.

Florianópolis, 28 de fevereiro de 2013.

Prof. Profa. Dra. Ruth Emília Nogueira
Coordenadora do Programa

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Nazareno José Campos
Orientador
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Dr. Alcides Goularti Filho
Universidade do Extremo Sul Catarinense

Prof. Dr. Paulo Roberto Cimó Queiroz
Universidade Federal da Grande Dourados

AGRADECIMENTOS

Mesmo ao risco dos clichês, lá vai:

Sem fazer uma lista imensa, já que tamanha a quantidade de pessoas maravilhosas ao meu redor, vou registrar o agradecimento a algumas delas, nesses bons três anos aproveitados com intensidade de juventude.

Fora os obstáculos (dolorosos ou não), o caminho foi bastante fácil. Digo do ponto de vista pessoal. Sei que sempre vou ter meus enfermeiros, conselheiros, companheiros da vida toda: Nereu, Lenir, Eliza, Marcos e Pâmela. O que vier superaremos.

Já o caminho acadêmico foi trabalhoso, por que foi mais individual. A um economista pode ser um esforço maior transitar pelos conceitos da geografia, mesmo por não conhecer alguns deles que também não seja ao mesmo tempo um fenômeno econômico. Aliás, penso numa via de mão dupla nessa relação, pois umas dessas esferas pode ser o fator determinante para uma mudança concreta na outra. Economia e espaço só se separam na abstração. Mesmo tendo isso em mente, acredito que em algumas páginas pode parecer existir um determinismo econômico. Mas tem sido minha preocupação desde o início, evitar transparecer uma visão conservadora em relação a isso. Pode ser mais um cacoete adquirido na graduação.

Pela preocupação em não cometer esse erro, agradeço ao nobre orientador Naza, seja também pelas orientações diretas sobre o texto ou pela disciplina sobre Santa Catarina, pela saída de campo pelo planalto Catarinense, pelas gentilezas dos empréstimos de textos e das ajudas na logística de entregas de documentos do mestrado.

Outros grandes mestres a agradecer pelo convívio com os raciocínios elaborados das teses marxistas e da visão política sobre a questão ambiental: Marcos Aurélio e Scheibe. Os estudos desenvolvidos durante as aulas muito contribuíram para a redação final da dissertação.

Por sorte tenho muita gente para ajudar a compreender essa realidade complexa de uma formação social. Sinto-me numa rede de pessoas das mais inteligentes e sensatas. Dos grandes amigos seleciono os que ajudaram mais especificamente no mestrado.

Sandro Grisa, que tenho uma gratidão tamanha pelo empréstimo do apartamento, o mirante do Pantanal. Foi uma generosa ajuda material de um grande amigo, pensador dos mais arrojados, cujo admirava desde as aulas de economia marxista, na graduação.

Gustavo, por livros emprestados, pelas conversas com mate na beira da praia, pelo acolhimento em Criciúma e por partilhar fases parecidas na vida.

Ao meu caro amigo Leandro e também ao Rodrigo Lima, que me apresentaram reportagens de jornais e me alertaram sobre a escravidão moderna nos ervais.

Ao Diego, colega dos ótimos tempos do apartamento no Pantanal.

Ao André e a Fabiane, pelo acolhimento na Praia do Rincão e por aquele ótimo casamento que acarretou uma mudança na minha vida.

E a Géssica, que sempre compreendeu minha dedicação aos estudos e que foi fantástica nas situações mais adversas, não consigo explicar o quanto foi importante.

Fazem-se grandes amigos também, durante um mestrado:

Karla, pelas combinações culinárias do norte ao sul, pelo companheirismo, festas, jogos de vôlei e tardes na praia e também pelos empréstimos da TV e do sofá nos jogos do Inter.

Leandro, pela militância, conversas no bar ou troca de idéias.

João e Bruno pela pesquisa em Concórdia.

Cláudio pela ajuda no geoprocessamento, e pela super festa no Rio Vermelho, por toda atenção.

Obrigado a todos!

Todos os outros amigos que ajudaram a manter o ânimo de estudar, de pesquisar e que de alguma maneira me orientaram de forma lata, sintam-se incluídos nos agradecimentos.

Obrigado!

“Com esta erva deixam os paraguaios de serem homens, quando outros com ela se fazem homens”.

(Dom Manuel Antônio, Bispo do Paraguai, em carta ao Rei da Espanha, em 1761).

RESUMO

Séculos de história permitiram à erva-mate alcançar papel protagonista na formação econômica do planalto sul brasileiro. De extrativismo aborígene a campo da acumulação no nascente capitalismo brasileiro no século XIX e início do século XX, o mate tornou-se ícone de extrema relevância para o entendimento daquelas formações sócio-espaciais, cheias de conflitos e contradições, tais como a riqueza dos barões e a miséria dos caboclos ervateiros. Com o tempo, se viu o progresso técnico nos transportes, moldou os investimentos privados, se articulou na política e se enraizou no cotidiano das pessoas. Essa dissertação tem por fim analisar esse processo: o surgimento e estruturação de um complexo ao mesmo tempo agrário, industrial, mercantil e financeiro, tão importante para seu período auge como se fazem importantes as regiões que dele tomaram o vigor. Para isso dividimos o texto de forma a entender dimensões diferentes de um mesmo objeto, estudando e correlacionando seu mercado e suas pressões sobre a melhoria das técnicas; a colonização das regiões e a exploração econômica dos ervais; sua relação com os pequenos capitais locais e sua diversificação de investimentos e; seus caminhos e grandes objetos que o levavam do planalto à planície para lançá-lo além das fronteiras do país.

ABSTRACT

Centuries of history enabled yerba mate achieve the title role in the economic formation of the southern Brazilian plateau. From aboriginal extractive up to field of the accumulation in the nascent Brazilian capitalism in the nineteenth and early twentieth century, the yerba mate became an icon of extreme importance for the understanding of those socio-spatial formations, full of conflicts and contradictions, as the wealth of barons and poverty of herbs handler inlander. Over time, it prepared technical progress in transport, it framed private investment, and it was articulated in politics and has taken root in people's everyday lives. This thesis aims to analyze this process: the emergence and structuring of a complex while agricultural, industrial, commercial and financial, as important to its peak period, as make important regions that it took place. For that divided the text in order to understand different dimensions of the same object, studying and correlating its market and its pressures on improving techniques; colonization of regions and economic exploitation of herbals; their relationship with small local capital and diversification and investment; their ways and large objects that led the plateau to the plain to launch it beyond the country's borders.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Caminho da erva-mate em Santa Catarina.....	136
Figura 2: Regiões Ervateiras do Brasil (FONTE: CODEPAR, 1965) ...	16060
Figura 3: Regiões Ervateiras de Santa Catarina (FONTE: CODEPAR, 1965)	161
Figura 4: Abrangência da área dos faxinais na região Sul (Fonte: CHANG, 1985, pg. 6).....	162
Figura 5: Renda ervateira em percentual do PIB (Fonte: IBGE, 2009).....	163
Figura 6: Distribuição da produção de erva-mate entre os municípios catarinenses em 2008 (Fonte: IBGE, 2009).....	164
Figura 7: Reprodução da Carta Geral da Estrada Dona Francisca, por ordem do Eng. Eduardo José de Moraes, 1870. (Retocados: escala gráfica, trecho concluído da EDF e pontos "Freg ^a do Rio Negro", "Curitiba", "Encruzilhada", "Joinville" e "São Francisco").....	165
Figura 8: Porto de São Francisco do Sul, na década de 1940 (disponível em: http://wp.clicrbs.com.br/nasondascombanana/ , em 07 de fevereiro de 2013 às 19h11).....	166
Figura 9: Barco Elfrida, de Bernardo Olsen, em Canoíñas, no início da década de 1920 (Fonte: Museu da Erva Mate em Canoíñas-SC).....	166
Figura 10: Em primeiro plano à esquerda, fábricas de erva-mate. Cais do porto fluvial no Rio Cachoeira - década de 1910 (Fonte: Arquivo Histórico de Joinville).....	167
Figura 11: Carroções "São Bento Wagen" à margem da EDF (Fonte: Arquivo Histórico Municipal de São Bento do Sul).....	167
Figura 12: Barricarias de Mafra (Fonte: LORENA, 2008).....	168
Figura 13: Ponte sobre o rio Iguaçu, em Porto União-SC/União da Vitória- PR (Fonte: ENTRES, 1927).....	168

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Evolução das exportações de erva-mate brasileira – 1926 a 1960 (em toneladas).....	144
Gráfico 2: Evolução das exportações de erva-mate e de café pelo Brasil – 1831 a 1960.....	145
Gráfico 3: Evolução do valor total das exportações brasileiras de café e erva-mate – 1831 a 1939 (em mil libras esterlinas).....	146
Gráfico 4: Trajetória do preço interno e externo da tonelada de erva-mate, em número índice (1939 = 100) - 1831 a 1939.	147
Gráfico 5: Evolução do preço em US\$ da tonelada de erva-mate exportada - 1920 a 1960.....	148
Gráfico 6: Evolução da quantidade de erva-mate produzida no país e da quantidade produzida em Santa Catarina - 1910 a 1929 (em toneladas).	149
Gráfico 7: Evolução do valor das exportações de mate Catarinense e da sua participação no total das exportações do estado - 1894 a 1943	150
Gráfico 8: Trajetória do taxa de câmbio no Brasil (libras esterlinas por mil réis) - 1831 a 1939.....	151

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Valor total das exportações de erva-mate e café pelo Brasil – 1831 a 1939	137
Tabela 2: Produção Brasileira de erva-mate e percentual de exportações. 139	
Tabela 3: Volatilidade dos preços internacionais (libras esterlinas) - 1836 a 1940.....	140
Tabela 4: Exportações Catarinenses selecionadas (em %)- 1894 a 1943. .	141
Tabela 5: Produção Argentina de erva-mate (em toneladas) - 1910 a 1952.	142
Tabela 6: Exportações Catarinense de Erva-mate - 1892 a 1920.....	143

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Atividades do complexo ervateiro em Joinville - 1901 a 1927.	152
Quadro 2: Atividades do complexo ervateiro em São Francisco do Sul - 1901 a 1927	154
Quadro 3: Atividades do Complexo Ervateiro Catarinense (municípios selecionados) - 1901 a 1927.....	155
Quadro 4: Atividades do Complexo Ervateiro em Porto União-SC/União da Vitória-PR - 1922 a 1927.....	156
Quadro 5: Atividades do Complexo Ervateiro em Mafra-SC/Rio Negro-PR - 1910 a 1927	157
Quadro 6: Atividades do Complexo Ervateiro em São Bento - 1901 a 1927	158

SUMÁRIO:

1 INTRODUÇÃO.....	15
2. QUESTÕES DE MÉTODO E O RECORTE DA PESQUISA.....	21
2.1. O ESPAÇO.....	21
2.1.1. SOBRE O QUE LEVA A DEFINIÇÃO DO RECORTE ESPACIAL.....	23
2.2. A HISTÓRIA COMO PROCESSO.....	24
2.3. O MÉTODO DIALÉTICO	26
2.3.1. POR QUE O MÉTODO DIALÉTICO?.....	26
2.3.2. MAS QUAL DIALÉTICA?.....	29
2.4. ENDOGENIA OU EXOGENIA NA FORMAÇÃO ECONÔMICA REGIONAL? A RELAÇÃO DA PARTE COM A TOTALIDADE ...	30
2.4.1. A DIVISÃO TERRITORIAL DO TRABALHO: A RELAÇÃO (ECONÔMICA) DA REGIÃO COM O MODO DE PRODUÇÃO GLOBAL.....	31
2.4.2. A PENETRAÇÃO DE FORMAS CAPITALISTAS DE PRODUÇÃO EM ESCALA REGIONAL: O TAMANHO DO CAPITAL REGIONAL E A RELAÇÃO COM O MODO DE PRODUÇÃO GLOBAL.....	33
2.4.3. AINDA SOBRE ENDOGENIA E EXOGENIA (DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO CATARINENSE).....	35
3. O COMPLEXO ERVATEIRO: MERCADOS E TÉCNICAS.....	39
3.1. FORMAÇÃO DO MERCADO ERVATEIRO E A PASSAGEM DA TÉCNICA RUDIMENTAR À SEMI-INDUSTRIAL.....	46
3.2. EXPANSÃO DO MERCADO E DA PRODUÇÃO: O AUGES DO MATE CATARINENSE.....	57
4. O COMPLEXO ERVATEIRO CATARINENSE: OS ERVAIS E A COLONIZAÇÃO.....	73
4.1. COLONIZAÇÃO E POVOAMENTO EM SANTA CATARINA.....	74
4.2. POVOAMENTO DO PLANALTO CATARINENSE.....	75
4.3. COLÔNIA DONA FRANCISCA E SUA EXPANSÃO.....	79

4.4. COLONIZAÇÃO DO OESTE E ALTO VALE DO URUGUAI ...	82
5. NOTAS SOBRE ATIVIDADES ACESSÓRIAS E DESDOBRAMENTOS DO COMPLEXO ERVATEIRO	91
5.1. PRINCIPAIS ATIVIDADES ACESSÓRIAS AO COMPLEXO ERVATEIRO.....	99
6. GRANDES OBJETOS TÉCNICOS NO PROCESSO DE INTEGRAÇÃO ECONÔMICA DO PLANALTO NORTE	103
6.1. NAVEGAÇÃO FLUVIAL	104
6.2. ESTRADA DONA FRANCISCA	108
6.3. FERROVIA - LINHA SÃO FRANCISCO	111
6.4. PORTO DE SÃO FRANCISCO DO SUL.....	115
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	119
8. BIBLIOGRAFIA	121
APÊNDICE.....	135
ANEXOS.....	159

1 INTRODUÇÃO

O trabalho em mãos trata da formação e dinâmica do complexo ervateiro catarinense, seu surgimento, a incorporação de novos elementos e sua transformação. Entende-se por complexo ervateiro todas as atividades relativas à produção, beneficiamento, transporte e comercialização da erva mate. Enfoque especial será dado às transformações que a erva mate acarretou na formação econômica regional do Planalto Norte do estado e de que forma a pequena produção mercantil foi dinamizada a partir das interações com os elementos do complexo e da combinação de estruturas. Como critério para o recorte temporal, elegemos o momento auge das atividades ervateiras, portanto, o período que se estende da década de 1880 até 1930. O recorte espacial se impõe ao Planalto Norte Catarinense, Região Central para o entendimento da expansão do complexo ervateiro, já que as atividades não se restringiram apenas a extração do vegetal.

Sobre a região estudada, Planalto Norte do estado de Santa Catarina, podemos afirmar que sedia algumas das principais indústrias pertencentes aos setores madeireiro e moveleiro, cerâmica de mesa e materiais plásticos. Em boa medida a diversificação econômica que foi observada na década de 1920 e 1930 desdobrou ou teve grande impulso a partir da combinação de estruturas entre a pequena produção mercantil e o complexo ervateiro, aliando-se ainda, embora decadente, a economia do gado (GOULARTI FILHO, 2002).

A cultura da erva-mate é comum aos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso do Sul. Em Santa Catarina a erva-mate, por volta da metade do século XIX, era comum em toda a floresta com araucárias. O cultivo da planta ou a sua retirada da mata seria observado, nas décadas seguintes, em uma larga faixa na divisa com o estado do Paraná, indo do oeste catarinense até a região norte, e ainda em boa parte do meio oeste do estado. (CORREA FILHO, 1957)

A partir da metade do século XIX, com o início da exploração comercial da erva-mate no Paraná, então província de São Paulo, emerge o interesse nas atividades ervateiras em Santa Catarina. Isso é possível observar nas falas de presidentes e vice-presidentes da Província de Santa Catarina entre 1849 e 1873. Até aquele momento eram raros os comerciantes que vendiam a erva — apesar de ser abundante entre a floresta com araucárias — para o Rio Grande do Sul. (SANTA CATARINA, 1849, 1860, 1865 e 1873).

Fruto da expansão da exploração da erva-mate no Paraná e, inclusive, estando inicialmente subordinada a Praça de Curitiba, e também impulsionada fortemente pelo processo de colonização desencadeado a partir de Joinville, as atividades ervateiras ganharam impulso no ultimo quartel do século XIX (ALMEIDA, 1979). Portanto são movimentos espaço-temporal comuns que determinaram como impulso inicial a exploração daquela atividade econômica. Esses movimentos foram determinantes na divisão territorial e social do trabalho. É a partir deles que ocorre a destruição da economia natural e a mercantilização da vida material.

Podemos resumir as fases do processo de preparação da erva-mate para comercialização da seguinte forma: a) colheita ou poda — realizado de forma manual; b) sapecamento — era feito ainda nos arredores da plantação, garantindo uniformidade na cor e sabor mais suave do mate. Poderia ser manual: feito por hábil sertanejo, que entrincheirado contra o fogo, segura os ramos pelos galhos mais grossos a fim de submeter por alguns segundos as folhas ao calor, ou em cilindros mecânicos, como ocorreu a partir do uso de processos industriais; c) quebra ou dessecação — eram desmembrados os galhos mais grossos dos mais finos e enfeixados separadamente. Quando manual ocorria após o sapecamento e quando feito por aparelhos acontecia antes desse; d) secagem — feita pelo método “barbaquá”, onde a erva era posta em um cilindro ligado a um sistema de aquecimento, ou pelo método “carijo” (mais primitivo), em que a erva fica suspensa sobre um jirau a cerca de 1 metro e meio das chamas; e) cancheamento — processo rústico que consistia em picar e peneirar (canchear) a erva; f) moagem — a erva era moída e, posteriormente separada de acordo com a granulometria e classificação comercial (podendo ser grossa, fina e extrafina); g) embalagem — a erva era embalada em sacos de algodão, barricas de pinho, pacotes de papel ou latões (SILVA, 1900; SOUZA, 1937; CORREIA FILHO, 1957); e, por fim, h) transporte — feito até os centros de comercialização ou até o porto de São Francisco do Sul para exportação.

Entre as fases e complementarmente ao processo a pequena produção mercantil interagiu aos elementos que pouco a pouco eram incorporados ao complexo ervateiro. Em atividades como a fabricação das barricas, dos carroções que faziam o transporte, ferrarias, engenhos, ou no concerto e na prestação de pequenos serviços de reparos, surgiam pequenas oficinas e desenhava-se o que viria ser um processo de diversificação do capital.

Entendido como um todo. Os meios de transportes (como veremos) formavam um dos elos mais importantes para o processo de diversificação econômica da região. Tanto por permitir o espaço ao transporte das mercadorias produzidas localmente e promover o comércio intra-regional, como também por desencadear os investimentos em metalurgia e posteriormente em indústrias pesadas.

É essencial entender os esforços na formação do complexo ervateiro, sobretudo os investimentos diretos do Estado, dentro da lógica imperativa na economia brasileira da primeira república, o padrão de acumulação pautado no capital agrário-mercantil-exportador. Tanto que, com exceção de dois períodos curtos, 1912-1916 e 1924-1927, a erva-mate foi o principal produto exportado por Santa Catarina entre os anos de 1894 e 1932, mantendo em média uma participação de 19% do total exportado. Já a partir de 1933 a erva perdeu gradativamente a participação na pauta das exportações catarinenses, chegando a 1943 com uma contribuição de apenas 2% do total (GOULARTI FILHO, 2002).

Da mesma forma que o início das atividades ervateiras em Santa Catarina partiu de forças exógenas, o declínio da produção foi devido a condições externas a região. Com o aumento da produção para abastecimento do mercado interno na Argentina, principal destino da produção de erva-mate catarinense, o mercado consumidor dessa mercadoria retraiu-se aceleradamente (PRADO JUNIOR, 1988). A partir da década de 1940 houve o desmonte do complexo ervateiro, restando um mínimo capaz de manter a produção aos níveis do final da década de 1910 (KROETZ, 1975). Até aí as atividades ervateiras já haviam dado sua contribuição para relevância diferenciada dessas regiões na economia do estado e para o entendimento da formação econômica de Santa Catarina.

Essa importância econômica, que essas regiões ervateiras exercem no estado, é uma das justificativas centrais do recorte dessa pesquisa. Outras seriam: uma contribuição aos estudos dos complexos regionais brasileiros; e a falta de bibliografia analítica sobre o tema na perspectiva da heterodoxia econômica e a da geografia crítica, dentro do paradigma da formação sócio-espacial.

A bibliografia que trata das atividades ervateiras em Santa Catarina é limitada em profundidade e extensão. Soma-se a isto a característica descritiva dos trabalhos existentes. Como exemplo, podemos destacar a obra de FICKER (1965), que escreve sobre a história de Joinville e que traz apenas uma nota sobre a produção da erva-mate. LINHARES (1969) não foge muito disto, quando escreve

sobre a erva-mate no Paraná. Os trabalhos mais extensos que tratam da erva-mate em Santa Catarina são de ALMEIDA (1979), que, contudo, trata da Companhia Industrial de Joinville nas atividades de beneficiamento e comercialização da erva, atuando entre 1892 e 1906, e de RENK (1997), que escreve sobre questões étnicas e culturais dos trabalhadores da erva mate no meio-oeste do estado. Mesmo os estudos que desenvolvem uma análise mais qualificada sobre a formação econômica da região de Joinville, como ROCHA (1997) e GOULARTI FILHO (2002) tem base naqueles primeiros autores e deixam a desejar sobre extensão e profundidade do texto sobre o complexo ervateiro.

Contudo, mais do que a profundidade ao discutir o tema o essencial desta pesquisa é o método de análise que vai orientar o trabalho e a forma interdisciplinar de abordagem do tema. As categorias comumente encontradas na redação do texto serão incorporadas a partir da heterodoxia econômica e da formação sócio-espacial. Da economia e da geografia, portanto, originam os veios teóricos que objetivam as análises. O método será tratado na sessão 2 desse texto. De antemão podemos dizer que o método de análise que permeia a escrita do texto final é o materialismo histórico dialético, sob a perspectiva da longa duração.

Com a forma de abordagem em mente, restou-nos definir a estratégia de investigação que nos atemos, e quais os tipos de fontes seriam utilizadas. Entendemos que não há pesquisador isento de ideologias e as fontes não falam por si só. Estas fontes nos fornecem substância suficiente para podermos contextualizar o tempo, o espaço e fatos dos quais nos propomos a estudar.

Diversos documentos oficiais estão disponíveis para a pesquisa na internet e nos foram muito úteis. Entre eles as mensagens dos presidentes da província, relatórios ministeriais e as mensagens do executivo federal, além de leis, decretos e decretos-leis. As páginas são: do projeto Memória Estatística do Brasil (iniciativa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e do Ministério da Fazenda), Universidade de Chicago, Fundação Biblioteca Nacional e Senado Federal.

O desenvolvimento da pesquisa também envolveu saídas de campo, utilizando-se da fotografia digital (sempre que permitido) das fontes e dos locais visitados, resultando num arquivo digital com mais de cem obras, completas ou fracionadas, que somam mais de nove gigabytes, ou mais de seis mil imagens. Para busca dessas fontes, primárias e secundárias, e também para visitas aos locais da memória foram feitas saídas de campo em municípios do planalto norte

catarinense e para o vale do Rio do Peixe, além de centros que reúnem em suas bibliotecas documentos e outros tipos de obras raras, como Rio de Janeiro, Curitiba e Florianópolis.

Dentre as fontes utilizadas no trabalho estão as garimpadas na Biblioteca Pública Estadual do Paraná, Biblioteca da Universidade Federal do Paraná, Instituto Histórico e Geográfico do Paraná, Arquivo da Rede de Viação Paraná-Santa Catarina, Museu Paranaense e Parque Histórico do Mate, Biblioteca Nacional, Arquivo Nacional, Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, Biblioteca do Ministério da Fazenda, Arquivo do Exército Brasileiro, Biblioteca Pública Estadual de Santa Catarina, Biblioteca da UFSC e Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. As fontes são compartilhadas em meio digital dentro do grupo de pesquisa, cadastrado no Diretório de Grupos de Pesquisa no Brasil, do CNPq, “Formações econômicas regionais, integração de mercados e sistemas de transportes”. Onde ainda estão disponíveis documentos históricos dos arquivos públicos e bibliotecas públicas de Campo Alegre, São Bento do Sul, Rio Negrinho, Mafra, Canoinhas, Porto União, além de Joinville e da biblioteca da Universidade do Contestado.

Assim, as saídas de campo e garimpagem de fontes nos municípios do planalto norte catarinense, assim como em Florianópolis e saídas do estado, visaram atacar o objetivo de explicar como se forma o complexo ervateiro catarinense em cada um de seus elos, fazendo comparações com o complexo ervateiro do Paraná e situando melhor as análises pretendidas.

2. QUESTÕES DE MÉTODO E O RECORTE DA PESQUISA

Nossa proposta de estudo é interdisciplinar. Consideramos que para a interdisciplinaridade que leve em conta a multiplicidade de aspectos da realidade é fundamental o conhecimento das partes, não de forma isolada, mas sim em sua dinâmica com a totalidade. O método, portanto, é o Materialismo Histórico Dialético, no qual a parte é síntese do todo e nela residem elementos da totalidade. O processo histórico decorre do movimento das contradições. Desta forma, não existe acontecimento econômico isolado. Tudo é econômico, social, político e cultural e está em constante transformação. Os homens determinam e são determinados pelas condições materiais em que vivem, incluído aí obviamente, o espaço.

Sobre o conhecimento do espaço e a interdisciplinaridade, à qual nos propusemos a apropriar, segue conveniente citar a bem sucedida argumentação de SANTOS (2004, pg. 147):

A interpretação de espaço e sua gênese ou seu funcionamento e sua evolução depende de como fazemos antes a correta definição de suas categorias analíticas, sem a qual estaríamos impossibilitados de desmembrar o todo através de um processo de análise, para reconstruí-lo depois através de um processo de síntese.

A partir disso seguem alguns estreitamentos teóricos que nos servirão ao estudo, considerações sobre método de estudo de geografia histórica e econômica.

2.1. O Espaço

Estudar geografia passa pelo entendimento das formas do espaço analisado e pela sua formação. É a partir desse entendimento que o estudo anistórico da geografia não caberia a nossas pretensões. Este se constitui o primeiro estreitamento em direção, a definição do método para o estudo geográfico de economia.

A argumentação que nos dá base para tal definição vem de Milton Santos (1979, pg. 10), que afirma: “a história não se escreve fora do espaço e não há sociedade a-espacial”. Nesta afirmação a história é,

invariavelmente, entendida como processo. Ao mesmo tempo, o espaço de que se fala é a síntese material desse processo histórico. Assim, o espaço, conformado por um longo movimento histórico de transformações, do qual ele mesmo, sob outras condições, foi ator, apresenta elementos de momentos históricos precedentes e presentes. O espaço é ele mesmo em diversos momentos, a sobreposição de diversos passados. Analogamente, o espaço pode ser visto como um palimpsesto da história. Como um papiro em que se apaga o que se tem escrito para reescrever outros textos, mas que continuará, no mínimo, a denunciar as marcas do que foi apagado. É fácil observar no sistema de objetos aqueles que pertenceram a épocas diferentes convivendo com os objetos criados no presente. O sistema de ações também carrega da mesma forma, as marcas do passado.

A ideia de espaço da qual nos propomos incorporar não é de espaço estático. Muito menos de um espaço passivo no processo histórico. Falamos aqui de um instância social, que assim como outras, é dotada de certa autonomia relativa. Tal instância é determinante e determinada na transformação social, da qual se inclui reflexo e condicionante da sociedade que se fez sobre si, indissociável da própria sociedade e de sua formação. Espaço é essencialmente espaço em movimento contínuo e ininterrupto da reprodução da vida material. (SANTOS, 2004).¹

A produção da vida material é chave no entendimento da sociedade. À interdependência das categorias modo de produção, formação sócio econômica, e espaço se deve ao processo de reprodução da vida material. Aqui elas se conjugam no ato de produzir (mercadorias), reproduzir e modificar os modos de produção. O espaço se afirma e se modifica.

Como exposto também por SANTOS (2004, pg. 165-166) existe no desenvolvimento de uma cidade ou região, ou mesmo de um país, a notável tendência à reprodução da organização espacial, uma espécie de inércia espacial — o espaço se reproduzindo. A inércia espacial é dinâmica na medida em que a organização espacial reproduz as condições materiais existentes e ao mesmo tempo a modifica — o espaço se modificando. Esta inércia espacial é ainda responsável pelo surgimento das regiões historicamente com maior desenvolvimento econômico. Isso é algo extremamente valioso ao estudo de economia regional. Os investimentos iniciais acabam por criar as condições para

¹ Veja, o leitor, que os momentos teóricos de Santos são vistos nesse texto como complementares e não como excludentes.

novos investimentos, seja nos setores existentes ou em novas fábricas, desencadeando, assim o surgimento de um pólo regional ou nacional. Devemos entender o desenrolar da formação econômica regional também a partir desse raciocínio: a acumulação originária desencadeia uma série de movimentos da economia e conforme a capacidade de atrair novos investimentos dar-se-á a expansão do setor estabelecido ou o desdobramento e diversificação da produção. O grau com que o fenômeno se apresenta varia conforme a heterogeneidade do território, podendo haver regiões metropolitanas (macrocefalia urbana), zonas que, dada a perpetuação da estrutura espacial, comandam os investimentos e a geração de renda em um país.

Também nos é útil apreender quais setores dinamizaram a acumulação de determinada região e de que forma isso ocorreu. Se a partir a atração de capital para si ou pelos extravasamentos de seu capital para outros setores (que podem ser explicados, por exemplo, com elevado tempo de maturação dos investimentos), ou ainda de atração de capital para outros setores na mesma região. Isso está ainda, extremamente ligado à questão da inércia espacial.

2.1.1. Sobre o que leva a definição do recorte espacial

Artifício analítico essencial para compreensão da formação econômica regional é a escala, entendida não como a fragmentação do real, mas sim como a aproximação do objeto a ponto de visualizá-lo. Em toda a pesquisa, nos propomos fazer constantes mudanças de escala, de forma a enquadrar a economia da região no movimento da economia nacional e do capitalismo mundial. Porém, “a mudança de escala não é uma questão de recorte métrico, mas implica transformações qualitativas não hierárquicas que precisam ser explicitadas” (CASTRO, 2000, pg. 134). Desta forma as características específicas da economia local não serão ignoradas ou atropeladas por qualquer tipo de generalização. Isto implica também na seleção de periodização que satisfaça ao mesmo tempo os momentos observados em cada escala (veremos isso ainda nessa sessão).

Dado as mudanças de escala, o recorte espacial, uma abstração deve ser híbrido móvel, conformável, aberto e não rígido, como um processo dinâmico. Pode-se para fins de estudo recortar o espaço como técnica metodológica de pesquisa, mas nunca de forma arbitrária. Isto, por si só incorreria em erro, dada as características da formação social, que são determinantes na sua conformação. Portanto a melhor definição de recorte espacial que se pode fazer vem do que se define como região.

Região é a própria forma, sócio espacial, circunscrita a limites geográficos. E esses limites são mutáveis e/ou removíveis. A região no processo histórico não tem fronteiras fixas e se molda com a própria relação com a totalidade. Mas em determinado momento é possível observá-la em estado de equilíbrio (dinâmico). Uma mudança significativa desse estado acarreta transformações em todos os objetos (no sentido de objetos de estudo) que se busca no seio de determinada formação sócio-espacial. Nesses períodos de transição se redefine a região e a relação desta com o nosso objeto. Quando o tal objeto é a própria formação sócio-espacial, muda então a sua condição de existência. A transformação não é limitada as relações intra-regionais.

O recorte espacial pode ser um território, à medida que for mais interessante. O conceito de território está intimamente ligado aos de espaço e poder, sendo entendidos em conjunto. A partir disso, território pressupõe autonomia, mas não heterogeneidade (SOUZA, 2000). A continuidade histórica do ato de abstrair o território molda as regiões e as relações entre regiões moldam as relações de poder dos territórios. Dizer que as regiões e suas relações de poder moldam o território é, também correto. Isso vem da intercalação das categorias. É claro, território não é a mesma coisa que região, que é mais dinâmico que o primeiro, porque está menos sujeita a ossificações superestruturais.

Usaremos território em determinados momentos, que envolvem relações de poder público, por exemplo. Ao invés de região, usar-se-ia nesses casos o conceito território. Inclusive trataremos de disputas territoriais (como no Contestado). O objetivo de tal transição entre categorias de apreensão da realidade é o de ser o menos arbitrário possível, transitando entre uma categoria ou outra conforme está permita a melhor compreensão do processo histórico.

Esse processo histórico também não pode ser tido como algo simplista. É necessário distinguir os tempos históricos para entender os movimentos distintos que se sobrepõe. Um artifício análogo à escala geográfica poderia facilitar a compreensão desses tempos históricos e permitiria classificar eventos, ciclos, ou processos.

2.2. A história como processo

Nossa pretensão está longe de alcançar a história da longa duração (trataremos de um período de pouco mais de meio século), quem dirá da longuíssima duração. Abrangemos um ciclo, auge e declínio, mas bem mais que um evento histórico, como na história tradicional. Contudo se tem em mente uma conexão de fatos históricos

sobre uma linha mestra, sob a idéia de processo histórico, é claro, que remonta a tempos mais longínquos e que não se finda com nosso teto no recorte temporal, mais ou menos arbitrário por isso. Para o escritor e para o leitor (principalmente) deve estar subentendido: trata-se de um recorte, fragmento de um longo processo. Assim como não se deveria promover o divórcio entre tempo e espaço, a história deve ser entendida como um longuíssimo processo.

Os tempos históricos, para Braudel, são combinados: longa duração (o paradigma científico, as mudanças culturais, surgimento e aniquilamento de civilizações, existência de rotas e fluxos, ou as prisões da longa duração, como fatores geográficos), a média duração ou os ciclos (ciclos e interciclos dos preços, das tecnologias) e mesmo a curta duração (as mudanças cotidianas e corriqueiras, o evento) se associam.

Um evento, a rigor, pode carregar-se de uma série de significações ou familiaridades. Dá testemunho por vezes de movimentos muito profundos e, pelo jogo factício ou não das ‘causas’ e dos ‘efeitos’ caros aos historiadores de ontem, anexa um tempo muito superior à sua própria duração. Extensível ao infinito, liga-se, livremente ou não, à toda uma corrente de acontecimentos, de realidades subjacentes e impossíveis, parece, de destacar desde então uns dos outros. (BRAUDEL, 1992, pg. 45).

E na combinação desses tempos “a história é a soma de todas as histórias possíveis — uma coleção de misteres e de pontos de vista, de ontem, de hoje, de amanhã” (BRAUDEL, 1992, pg. 53). O autor segue mais a frente em seu texto, “Escritos sobre a história” com uma frase que adotaremos nesse trabalho, “a cada instante dessa pesquisa, será preciso distinguir entre movimentos longos e impulsos breves, estes, tomados desde suas fontes imediatas, aqueles, no impulso de um tempo longínquo” (BRAUDEL, 1992, pg. 54).

Entendemos que os tempos históricos não respeitam uma linearidade, correndo sempre num mesmo sentido. Pode haver movimentos contrários, paradoxalmente combinados. O processo histórico, contudo jamais deve ser entendido como linear e por isso mesmo é um processo. Em sua essência há constantes movimentos intercalados de permanência e modificação das estruturas e das idéias. Não há uma lógica determinista que possibilite prever o que se seguirá

ao nosso tempo. Aí está toda a beleza de entendê-lo como um processo dialético. O espaço, que somente é fruto de uma formação, sintetiza as continuidades e descontinuidades que caracterizam o processo histórico da seguinte forma (resumidamente):

A defasagem com a qual os modos de produção impõem seus diferentes vetores sobre os diversos segmentos de espaço é responsável pelas diferentes idades dos múltiplos elementos ou variáveis do espaço em questão. De resto, a sincronia está na base da evolução espacial, mas o fato de que variáveis agem sincronicamente, isto é, em ordem combinada no interior de uma verdadeira organização, assegura a continuidade do espaço. (SANTOS, 1979. Pg. 17).

A lógica formal não responderia a questão dessa convivência antitética do novo e do antigo num mesmo espaço. O método que nos parece melhor é a dialética materialista.

2.3. O método dialético

Fazer uma definição do que é o método dialético não é tarefa simples. Se autores clássicos da literatura marxista incorreram em erro, o que dizer de um mero estudante. Delimitaremos apenas o que nos aparece como essencial para a pesquisa, sem cair em ecletismos e sem, ao menos, aprofundar o assunto.

2.3.1. Por que o método dialético?

Os economistas, em sua maioria, tratam do seu objeto de estudo como algo isolado, uma ciência exata, regida por leis naturais. Nada poderia ser mais errado. Considerar um fato como econômico já é uma abstração. O estado de uma economia, como ela se encontra, é determinado por diversos fatores ditos econômicos ou não. O fato econômico nada é se não cultural, político, geográfico e fruto de relações entre homens e coisas, relações sociais. Isolamos como objeto de estudo o fato econômico, mas não os fatos econômicos isolados. É daí que resulta o exercício dialético que buscamos. Entender nosso objeto de estudo a partir de sua relação com a totalidade social.

Não há, portanto, leis naturais que expliquem uma formação econômica. Ela, como uma construção social também não é respondida pela lógica formal das ciências exatas. Recorremos a uma definição de método contida em MARX (2008, pg. 257), “o método da economia política” para elucidar nossa pesquisa.

A crítica da economia é chave para entender o pensamento marxiano. A trajetória que Marx percorreu até chegar às conclusões sobre o funcionamento da economia burguesa não é desprezível, por isso. Já em 1844, após analisar a obra de Hegel e entender a questão do aparelho jurídico como superestrutura, Marx escreve sobre autores da economia burguesa. Havia ali uma forte influência do que Engels escrevera sobre economia. No final daquela década, Marx já estabelecera os rudimentos sobre sua crítica da economia política. Mas somente no exílio em Londres, entre 1850 e 1851, é que pode aprofundar seus trabalhos, retardando o ritmo nos anos seguintes, até 1862. Todavia, em 1857, Marx havia, praticamente, concluído seus estudos e inicia a escrita. Em 1859 é publicado, à “Contribuição à crítica da economia política”, obra que não teve a repercussão esperada. Aqueles estudos, contudo resultou na grande obra “O Capital: crítica da economia política”, em 1867. Mesmo assim, em 1857, Marx já havia definido que o trabalho se tratava da exposição do sistema (a economia burguesa) e a sua crítica indireta e havia definido “o método da Economia Política”: o método da sua crítica.

Suas elaborações filosóficas que serviriam para entender a economia política são extremamente complexas e elaboradas, mas destacamos três elementos filosóficos centrais do seu método. Como primeiro elemento vem à contraposição da análise que parte de uma totalidade (ou do concreto) no sentido da parte (a abstração, a categoria). Os economistas burgueses partiam de categorias complexas e de surgimento recente, como Estado ou mercado internacional para explicar as categorias mais simples, como relações de troca, valor, divisão do trabalho, pois mais antigas e existentes nas sociedades precedentes (por isso mais simples). A proposta marxiana era de partir exatamente das noções mais simples, trabalho, divisão do trabalho, valor de troca, etc. para, se chegar a ideias mais complexas. A categoria mais simples pode exprimir relações dominantes de uma totalidade passada, menos desenvolvida, ou relações subordinadas numa totalidade presente, mais desenvolvida, mais complexa. Assim, trabalho existe desde os tempos mais remotos da história da humanidade, mas só na sociedade burguesa, e graças a economistas burgueses, ele é entendido como essa generalidade abstrata da atividade criadora de riqueza. A

abstração mais geral só surge à medida que a totalidade em questão é tão mais rica que uma categoria deixa de ser entendida apenas por sua particularidade e passa a significar algo com caráter geral. O próprio capital, como outro exemplo, existiu como capital dinheiro e capital comercial entre fenícios e cartagineses, mas não com a preponderância que tem na sociedade burguesa, o grande determinante da potência econômica desses povos da antiguidade era ainda a agricultura.

A categoria por mais simples que pareça e mesmo existindo em outras formas de sociedade menos desenvolvidas, menos complexas (considerando a sociedade burguesa como a forma de organização social mais avançada até nossos dias), assume uma relação com as outras categorias e com a totalidade que apenas denuncia sua forma de existência anterior, pois, existindo em condições diferentes assume a forma de sua existência atual, parecendo sempre ter sido dessa forma. Ela pode estar travestida de uma forma diferente da de quando surgiu. O erro do economista burguês é a considerar estática, uma economia anistórica. Assim o concreto, ou a totalidade, é o ponto de chegada do esforço de abstração. Mas é também o ponto de partida da representação. Partimos da realidade concreta para apreendê-la e chegarmos numa totalidade-de-pensamento, a apreensão do concreto. Já que “O concreto é concreto, porque é síntese de múltiplas determinações, isto é, unidade do diverso” (MARX, 2008, pg. 258).

O segundo elemento filosófico do método se liga ao primeiro, é a crítica ao idealismo hegeliano. Hegel, segundo Marx, percorre o caminho correto para apreender o real, mas erra ao entender o real como resultado do pensamento. O movimento que vai da abstração ao concreto não é senão a reprodução mental da coisa concreta, “o objeto concreto permanece em pé antes e depois, em sua independência e fora do cérebro ao mesmo tempo, isto é, o cérebro não se comporta senão especulativamente, teoricamente” (MARX, 2008, pg. 260). Por isso o materialismo. As condições materiais da existência moldam nossas idéias, que pode só depois transformá-la pela ação consciente.

No terceiro elemento filosófico do método é o entendimento do processo histórico, tal qual já o descrevemos com base em Santos. Assim veremos uma análise não positivista das categorias, que devem ser entendidas pela sua importância para explicar a sociedade que se queira. Ou seja, entendidas a partir de como se relacionam com uma totalidade, um momento histórico determinado. Por sua ordem no quadro da sociedade burguesa, Marx elege o capital como seu objeto de estudo, como elemento central no entendimento dessa sociedade. Os

três elementos filosóficos que apresentamos nada são senão materialismo-histórico-dialético.

2.3.2. Mas qual dialética?

O método dialético como uma abstração (forma de apreensão) do mundo real, parte do real para transformá-lo. Em outras palavras “a dialética materialista é uma dialética revolucionária” (LUKÁCS, 1981. Pg. 60). O erro teórico recorrente ao separar método da realidade consiste em afirmar que “o método explica” o mundo real. O método também o transforma se entendido como consciência do mundo real e, portanto, responsável pela ação consciente. O método dialético também só pode existir à medida que as condições materiais, a complexidade social envolvida, e tal que ele surge como fruto do seu tempo.

O real é uma possibilidade, uma contingência do processo histórico. Nem de longe a dialética é exata, ou positivista, e não pode ser usada numa forma tautológica. O método dialético é para as ciências sociais o que não poderia ser para as ciências da natureza. A questão é mesmo epistemológica. Ficaria tentado aquele que interpretasse mal o último Engels a buscar até na física subatômica e na relação de energias opostas, talvez, a inspiração para mais afirmações sobre universalidades de método. Contudo a dialética é fruto dos estudos sistematizados sobre a sociedade. Ela devolve às teorias sobre a sociedade a sua validade. O método, desta forma, é limitado à realidade histórico-social. E assim o utilizaremos.

Não há numa sociedade de classes, teoria e, tampouco, método isentos de ideologia ou neutro da luta de classes. Considerar idéias como frutos de uma luta de classes ou simplesmente admiti-la por si só, carrega ideologia. Por isso pretendemos mesmo que não o fazendo todo o tempo (como um discurso de autoafirmação), estar imersos em ideologias da nossa condição de existência, nunca descolados do tempo ou do espaço. O contrário seria aproximar-nos da mentira.

Segundo afirma LUKÁCS (1981, pg. 65).

O empirismo estreito, naturalmente contesta que os fatos só sejam efetivamente relevantes no interior de uma qualquer elaboração metodológica — variável segundo o objetivo do conhecimento. Ele crê poder encontrar em todo dado, em toda a cifra estatística, em todo fato bruto da vida econômica, um fato importante para si. Um tal

empirismo não vê que a mais simples enumeração de ‘fatos’, a justaposição mais isenta de comentários é já uma ‘interpretação’, que já a este nível os fatos são tomados a partir de uma teoria, de um método, que eles são abstraídos do contexto da vida onde originalmente se encontram e introduzidos no contexto de uma teoria.

Este trecho sintetiza o erro da economia vulgar e de qualquer ciência social que se afirme isenta ou neutra das idéias debatidas na própria sociedade em sua época. Para caracterizar corretamente o que seria o exercício dialético recorreremos ainda a Lukacs:

Trata-se, de uma parte , de arrancar os fenômenos de sua forma imediatamente dada, de encontrar as mediações pelas quais eles podem ser relacionados a seu núcleo e a sua essência e tomados em sua essência mesma, e, doutra parte, de alcançar a compreensão deste caráter fenomênico, desta aparência fenomênica, considerada como sua forma de aparição necessária. Esta forma de aparição é necessária em razão de sua essência histórica, em razão de sua gênese no interior da sociedade capitalista. Esta dupla determinação, este reconhecimento e esta ultrapassagem simultâneos do ser imediato é precisamente a relação dialética. (LUKÁCS, 1981. Pg. 68)

Assim resolvemos estudar a parte, uma formação regional, em sua relação com uma totalidade, o modo de produção global, numa relação simbiótica ou não. Por isso foi preciso avançar sobre os determinantes da formação econômica regional, entendendo-os primeiramente como endógenos, ou seja, que partem de forças, internas, ou exógenos, definidos do lado de fora.

2.4. Endogenia ou exogenia na formação econômica regional? A relação da parte com a totalidade

Este trecho do texto se constitui como um afunilamento teórico capaz de permitir trabalhar com a relação entre a formação econômica

regional e o desenvolvimento do capitalismo em escalas macroscópicas. É um ponto delicado. Afinal, definir o grau em que fatores externos ou de outro ângulo, os internos determinam a formação econômica de uma região específica não se constitui tarefa fácil.

Aqui ficaria um primeiro corte metodológico útil para tal empreitada: primeiro, abstrair as causas da divisão territorial do trabalho; e segundo, ter claro o condicionante do grau de penetração das formas capitalistas de produção. É evidente que se trata aqui de um momento particular da história da humanidade, o capitalismo. E que fique claro também que há momentos bem definidos e fases do desenvolvimento do próprio capitalismo.

2.4.1. A divisão territorial do trabalho: a relação (econômica) da região com o modo de produção global

Para explanar sobre o tema da sessão é possível fazer uma leitura de SANTOS (1979), quando fala do papel das formas espaciais na formação social, (e, portanto, formação sócio espacial), sobre a divisão territorial do trabalho. Vejamos:

Cada combinação de formas espaciais e de técnicas correspondentes constitui o atributo produtivo de um espaço, sua virtualidade e sua limitação. A função da forma espacial depende da redistribuição, a cada momento histórico, sobre o espaço total da totalidade das funções que uma formação social é chamada a realizar. Esta redistribuição-relocalização deve tanto às heranças, notadamente o espaço organizado, como ao atual, ao presente, representado pela ação do modo de produção ou de um dos seus momentos.

O movimento do espaço, isto é, sua transformação, é ao mesmo tempo um efeito e uma condição do movimento de uma sociedade global.² (SANTOS, 1979. Pg. 16)

² Como esse fenômeno da determinação da função da forma espacial ocorre é exposto no mesmo texto de Santos (pg. 17), nos parágrafos seguintes, tal como um movimento de unidade entre continuidades e descontinuidades do processo histórico.

Uma das funções de um espaço delimitado (segundo o que se pensa sobre o recorte espacial) é da produção, consumo e circulação, ou simplesmente função econômica. Essa função não deixa de ser determinante em par com outras funções que se pode atribuir, até mesmo de esferas imateriais (ou da superestrutura — sem a descolar das relações sociais materiais), também condicionantes das localizações. A afirmação central que se busca é a de que a definição da função econômica específica dentro de um emaranhado de relações sociais no espaço global é uma relação dialética: da parte (a região em questão) com uma totalidade (a do sistema econômico). A dificuldade é a de isolar o que é determinação econômica, já que as múltiplas determinações é que são imperativas. Contudo, num esforço de abstração o fato econômico que se busca é a divisão territorial do trabalho, que é também fato histórico e antropológico, mas que, sobretudo, está distribuído espacialmente e é assim fato geográfico.

As partes mudam pela mudança da totalidade, não o inverso. A função exercida por uma formação social específica dentro de um todo nacional, muda (ou é definida) pela dinâmica desse todo. A função de uma região dentro da divisão territorial do trabalho se define pelo momento do modo de produção nesse território. (SANTOS, 1997).

A divisão territorial do trabalho define em boa medida a função econômica da região. A crescente divisão social do trabalho observada a partir da transformação da economia natural em economia mercantil fraciona o processo produtivo em cada vez mais atividades distintas. A produção de determinada mercadoria (e que agora se aliena a venda no mercado) que na economia natural era feita em todas as suas etapas por uma única unidade produtiva, passa ser dividida em frações do produto destinado ao consumo final, uma mercadoria composta de várias mercadorias. Ou seja, a divisão técnica do trabalho se constitui numa multiplicação setorial da produção. O processo de divisão social do trabalho também é um processo de especialização. As unidades produtivas passam à fabricação de poucas ou apenas uma mercadoria. (LÊNIN, 1985).

Com o aprimoramento do intercâmbio entre cidades nasce a, especialização regional e com ela a manufatura. Essa última na sua transformação em grande indústria condiciona os outros setores a sua lógica. A agricultura, cada vez mais, assume o papel de braço da indústria, se integrando a cadeia produtiva e produzindo também mercadorias. A especialização que inicia na escolha de um produto ou na fase de um processo produtivo manifesta-se no espaço através de uma especialização regional. A região, quando se integra a um mercado

maior, assume uma dupla função dentro desse mercado: de produtora das mercadorias na qual obteve, no processo de formação do mercado, vantagens ou demonstra aptidão e a função de consumidora. Isso ocorre à medida que (e condicionado a) desenvolve-se o mercado interno, permitindo a alienação do produto, sob a condição de mercadoria. Uma interpretação cabível de Lênin seria expor a divisão territorial como a expressão geográfica do desenvolvimento da divisão social do trabalho e da formação do mercado interno. Sucintamente, é assim que a região assume uma função econômica dentro do modo de produção capitalista.

Ainda segundo Lênin

O mercado interno aparece quando aparece a economia mercantil: ele é criado pelo desenvolvimento dessa economia e é o grau de fragmentação da divisão social do trabalho que determina o nível desse desenvolvimento. O mercado interno se amplia quando a economia mercantil passa dos produtos à força de trabalho, e apenas na medida em que esta última se converte em mercadoria o capitalismo cobre toda a produção do país, desenvolvendo-se graças, sobretudo, à produção de meios de produção que ocupam um lugar cada vez mais importante na sociedade capitalista. (LÊNIN, 1985, pg. 33).

Dáí decorre que a penetração das formas puramente capitalistas de produção são duplamente a dissociação do trabalhador dos meios de produção e o crescente emprego de mão de obra assalariada, ou seja, as condições para a formação do mercado interno.

2.4.2. A penetração de formas capitalistas de produção em escala regional: o tamanho do capital regional e a relação com o modo de produção global

Como um fenômeno, portanto, geográfico que é as funções econômicas distribuídas no território correspondem a determinado momento do modo de produção, das formações sociais específicas e da troca mútua entre ambos. Reduzidas ao grau de endogenia/exogenia das formações econômicas a distribuição das funções econômicas das regiões seria uma questão de relação entre estas regiões e o modo de

produção, condicionadas pela penetração das formas de produção mais desenvolvidas em tal modo de produção.

Seria anacronismo considerar a pequena produção mercantil responsável pela dinamização de uma economia, mesmo que em escala regional, em pleno capitalismo monopolista, assim como é anacrônico falar em grande capital na fase nascente da indústria. Mas se trata, contudo, de entender o espaço a partir da sua dinâmica de continuidades e descontinuidades e observar o convívio dialético entre pequeno e grande capital (público ou privado) em capitalismo tardios. Trata-se de analisar a sobreposição dessas estruturas. A pequena produção sozinha não é capaz de dinamizar uma economia a ponto de levá-la a “queima de etapas” e promover uma industrialização. Pelo contrário, isto aprofundaria o abismo entre as economias industrialmente desenvolvidas e as atrasadas, simplesmente pela subordinação e hierarquia do capital, concentrando a produção apenas nos setores permitidos pelo grande capital. Mas a pequena produção aliada às estruturas grandes é capaz de dinamizar tal economia pela endogenização da dinâmica da primeira. Crescendo as taxas elevadas poderia passar ao estágio de monopólio ou de grande capital.

Portanto, falar em maior endogenia nos processos de definição da função econômica da região dentro de um esquema de divisão territorial do trabalho seria supor o predomínio do pequeno capital, com influência sobre um espaço menor. De outro modo o capital monopolista internacional impõe seu comando, hierarquiza e subordina outros capitais especializados e setorializados. Tudo se aplica a organização do espaço da seguinte forma: a questão do grau de endogenia/exogenia da formação econômica está diretamente relacionada com o tamanho dos capitais (vistos mesmo como barreira à entrada) e, portanto com a fase do capitalismo mundial (se monopolista ou não) e com o grau de integração da economia regional aos mercados (nacional ou mundial). O grau de participação no mercado regional não tem como condição o grande volume de investimento inicial ou o elevado tempo de maturação desses investimentos e tem de ser visto quase como especificidade, pois permite a entrada aos pequenos capitais locais. Essa participação é limitada, contudo aos setores ou regiões que não interessam, ou que ainda não foram descobertos pelo grande capital. Não haveria partindo-se somente da formação de capitais regionais e pequenos a grande indústria. Esses capitais precisam se associar a estruturas maiores ou mercados maiores que permitam uma acumulação acelerada.

Sobre o momento anterior, o estabelecimento da economia mercantil, cabe ainda uma observação: as condições preexistentes em

determinada formação social condicionam o ritmo e a penetração das formas capitalistas de produção, ao passo que as últimas devolvem uma formação social que retrata todas essas especificidades. As condições preexistentes em uma formação social específica (o Planalto Norte de Santa Catarina), principalmente sua economia, o ritmo e o grau de penetração das formas capitalistas (a destruição dos modos de produção antecedentes) e a formação social resultante de tais processos constituem o nosso objeto de estudo.

2.4.3. Ainda sobre endogenia e exogenia (do desenvolvimento econômico catarinense)

Para entendermos a formação econômica de Santa Catarina nos é útil, a discussão sobre a característica determinante do desenvolvimento econômico do estado, a saber, se partido de forças produtivas internas ou se de forças externas. Como destacado por LENZI (2000), quando discute a idéia de “modelo catarinense de desenvolvimento”, há uma divisão (nem sempre bem clara) entre autores que interpretam o desenvolvimento econômico do estado a partir das forças endógenas a essa economia e, de outro lado, autores que destacam motivos externos, ou exógenos, como motor das transformações econômicas catarinenses.

Uma economia só pode engendrar seu próprio desenvolvimento a partir da constituição do seu parque industrial produtor de bens de capital, seu “departamento I” (D I). Falar em pleno desenvolvimento do capitalismo é equivalente dizer capacidade de reprodução do capital. Assim um capitalismo plenamente desenvolvido é um capitalismo onde não só se produz mercadorias, mas se gera as condições para a reprodução das relações sociais de produção e os próprios bens de produção. Num extremo, o desenvolvimento econômico capitalista puramente endógeno é aquele onde a economia funcionaria autonomamente, produzindo bens e relações necessárias para sobrevivência do capital. A exogenia total seria receber de fora tudo que fosse preciso para produzir a vida material, como se o ato de produzir estivesse condicionado a fatores externos. Nenhuma economia no mundo moderno é só uma coisa ou outra, mas sim uma combinação, diferenciando-se das outras pelo seu grau de endogenia/exogenia.

Poderia caracterizar anacronismo afirmar ser a formação de uma economia regional decorrente de um forte grau de endogenia na fase monopolista do capitalismo, se considera processo de industrialização é a penetração das formas mais avançadas do modo de produção capitalista desta fase. A partir daí entende-se que a pequena produção

mercantil carece de estruturas maiores (vultosas em capital público ou privado) para chegar à condição industrial.

O processo de formação econômica passa pela subsunção de regiões, numa disposição vertical de hierarquias de comando. Até hoje quanto mais complexo foi, a produção da vida material em escala global, mais evidente a verticalização e maior foi o grau de exogenia da formação econômica. O fato é que o espaço condicionado pela produção da vida material devolve à reprodução dessas formas as suas próprias especificidades (em parte modificadas historicamente, em parte reafirmadas). Cada região terá determinações puramente internas ou puramente externas na formação de sua economia e as combinações de fatores endógenos e exógenos são infinitas.

A realidade é sempre mais rica do que o que se apreende dela. Se virmos elementos que demonstram a influência de fatores externos na formação econômica de Santa Catarina, veremos também outros que demonstram os impulsos internos para tal. Veremos ao final do processo a combinação desses elementos determinando os rumos do desenvolvimento do capital. Se fosse para determinar de onde vêm os maiores impulsos para constituição de uma formação sócio-espacial, temos nas palavras de SANTOS (1979, pg. 14) que:

As diferenças entre lugares são o resultado do arranjo espacial dos modos de produção particulares. O 'valor' de cada local depende de níveis qualitativos e quantitativos dos modos de produção e da maneira como eles se combinam. Assim, a organização local da sociedade e do espaço reproduz a ordem internacional.

Mas o que de fato se quer chegar é ao entendimento de que o sistema global molda o espaço respeitando algumas especificidades. O espaço devolve ao modo de produção global a influência (da experiência de moldar o espaço sob a condição das especificidades locais) das suas especificidades.

Melhor que definir se exógena ou endógena é entender as áreas de formação econômica mais desenvolvida de Santa Catarina a partir de uma combinação que resulta na expansão industrial/agroindustrial: a diferenciação social e o fortalecimento da pequena produção mercantil; o favorecimento em relação às políticas de Estado e; a articulação da economia local com a região economicamente mais desenvolvida do

país. A essa tarefa nos debruçamos na modesta análise das páginas que seguem.

3. O COMPLEXO ERVATEIRO: MERCADOS E TÉCNICAS

O início da exportação de mate pelo sul do Brasil data do princípio do século XIX, sem que, contudo, haja registros dessas transações. Por outro lado, o comércio interno da erva-mate, já com certa lógica mercantil, apareceu por volta do segundo quartel do século XVII (ARANHA, 1967). Até aí, pelo menos alguns séculos já haviam se passado na história do uso daquela planta como alimento.

BOGUSZEWSKI (2007)³ ressalta que a erva-mate faz parte da dieta dos povos habitantes da parte meridional do continente americano desde tempos pré-colombianos. O consumo do mate já era praticado por diversos povos indígenas, entre os quais, alguns pertencentes à civilização Inca, como os Quíchuas — os quais chamavam a bebida preparada a partir da planta de “mate”, que na sua linguagem designava o porongo ou cuia, recipiente que se usa para consumi-la (MARTINS, 1926). Se referindo a essa longa história do mate como alimento, LINHARES (1969) diz que “a América nasceu bebendo mate”. Ainda em Linhares vemos que a bebida ainda era prática comum de tribos indígenas guaranis nas bacias dos rios Paraná, Paraguai e Uruguai e que havia um comércio de troca ativo com outras tribos, pelo qual a erva era transportada por grandes distâncias em caminhos perigosos e difíceis, que atravessavam até mesmo a Cordilheira dos Andes para chegar à Bolívia, ao Peru e ao Chile.

Pelo fato de a bebida estar presente em terras distantes da região original, os espanhóis conheceram o mate antes dos portugueses, ainda na primeira metade do século XVI. Quando aqueles “conquistaram” o que hoje é o Peru, se defrontaram com a, “erva do Paraguai”, que rapidamente teve o hábito do consumo assimilado pelos invasores, mesmo com tentativas de proibição de seu consumo (que se apegavam em acusações de ter efeito afrodisíaco, ou de viciar, ou ainda de ser

³ José Humberto Boguszewski, em sua dissertação de mestrado analisa a simbologia da erva-mate como alimento a partir da iconografia e litografia dos rótulos usados nas barricas exportadas pelo estado do Paraná para países como Chile, Argentina e Uruguai, mas também de rótulos usados para o comércio interno. No trabalho vêem-se diversas imagens de rótulos que utilizam desde figuras que denunciam as influências culturalmente tradicionais, como postagens do gaúcho (o vaqueiro), até desenhos inspirados na mitologia clássica (sobretudo figuras e palavras que indicassem vigor e força) e até mesmo no cinema americano da década de 1930.

pecaminosa) nos primeiros anos da conquista. LINHARES (1969) chega levantar hipótese de que a própria proibição e a qualificação de vício e pecado serviram como promoção do hábito. O contato com os Guaranis e outros povos indígenas quando das incursões espanholas ao Paraguai e à região de Guairá (que equivale hoje ao oeste do estado do Paraná) puseram os espanhóis a par do rústico processo de produção do mate. Ali os Guaranis chamavam a bebida de *caá-i* (que no tupi-guarani significa algo como água de erva). Portanto, do contato dos conquistadores espanhóis com os aborígenes sul-americanos os primeiros assimilaram o costume de beber a infusão das folhas do mate.

Os Padres Jesuítas, que ocuparam a maior parte do território geofísico da erva-mate, que ironicamente foram os principais defensores da proibição do consumo da bebida, viriam até mesmo aperfeiçoar as técnicas de cultivo e fabrico do mate. Até sua saída da América do sul, em 1768, a congregação obteve da Coroa espanhola o monopólio da produção de mate e formou desde início, uma economia fortemente baseada na sua produção. Até então, os jesuítas foram responsáveis por forte incremento do comércio e pela prática da exportação da erva. Chama atenção ARANHA (1969, pg. 4) para o fato de que:

Em 1610, na província do Paraguai, os missionários da ordem de Santo Inácio ensaiaram as primeiras culturas da erva. O cultivo resultou do transplante de mudas retiradas de sítios longínquos para terrenos, os mais próximos possíveis dos povoados. Nas reduções, as atividades agrícolas exigiam sistemática organização do trabalho; introduziu-se o braço escravo; fixou-se o homem à terra com o início de povoamento; melhoraram-se as condições do solo e da cultura mediante o uso de implementos agrícolas. A descoberta do processo de germinação das sementes possibilitou a formação de extensos ervais nas reduções, mediante um método eficaz de propagação da árvore. Pela primeira vez, introduziu-se o malhador ou cancha, solucionando, assim, o difícil problema do baixo coeficiente germinativo da semente, um dos mais sérios na cultura da erva. Com a organização do trabalho aumentou-se a quantidade produzida, colocando-se o problema da sua distribuição. Foi quando, numa primeira tentativa de

comercialização dos produtos agrícolas, surgiram os entrepostos jesuíticos.

Os jesuítas imprimiram certa racionalidade à produção do mate, que ainda se configurava como uma economia natural ou naturalista e difundiram amplamente o alimento entre suas colônias platinas.

O contato dos portugueses com o mate se deu quando estes foram à região de Guairá, por volta de 1628 a 1632. Lá eles conheceram a bebida e viram o sistema de produção dos padres jesuítas, levando a novidade para a Capitania de São Vicente. O costume se difundiu, tendo aceitação pelas classes mais populares e a demanda pela erva se elevou. Logo veio o conhecimento de que os índios Kaingangs, que habitavam o planalto meridional brasileiro e especialmente as tribos que habitavam o Planalto Curitibano, faziam uso da planta, que chamavam *congoin*. Por isso entre os portugueses e brasileiros a planta ficou conhecida, inicialmente, como *congonha*. Por volta da metade do século XIX se popularizou o nome de mate também no Brasil.

Não obstante a acumulação proporcionada pela atividade ervateira, que levaria ao impulso econômico capaz de permitir a emancipação política do Paraná (que até então se constituía como 5ª comarca da província de São Paulo), e também pela formação de núcleos urbanos ligados primeiro as atividades semi-industriais e posteriormente industriais e comerciais, a forte dependência econômica do mate, por vezes, foi um problema à região do planalto curitibano. Aquela economia foi tão fortemente apoiada numa quase monocultura (escravista) da erva-mate, entre o século XVIII e primeira metade do século XIX, que a escassez de alimentos e bens de subsistência era comum. (BOGUSZEWSKI, 2007).

Não é de se estranhar, portanto, que no Paraná a bibliografia de história econômica que trata de uma periodização dos movimentos de expansão e retração da atividade ervateira é relativamente vasta. E não poderia ser diferente já que a erva-mate constitui o cerne da formação econômica regional. Dentre esses trabalhos encontraremos dois que são citados com frequência: o de ARANHA (1967) e de LINHARES (1969).

O trabalho de ARANHA (1967) divide o seu recorte temporal (1831 a 1964) em três fases principais: I) “O mate no mercado livre”, onde, sem regulação, as transações seguiam oscilações de oferta e demanda da erva, perdurando até o fim da década de (1920; II). A fase

de “intervenção descentralizada”, em que nos 10 anos seguintes, caracterizou-se pelo surgimento de órgãos regionais de regulação e de elaboração de políticas de proteção à atividade ervateira, e por fim; III) a “intervenção centralizada”, datada pela criação do Instituto Nacional do Mate – INM, em 1938, trazendo a oferta de erva-mate no mercado internacional características de uma estrutura de mercado monopolista.

As fases, em suma espelhavam o aumento da complexidade da economia brasileira e a centralização da organização do mercado interno nacional. Uma após a outra, as quase sempre frustradas tentativas de organização da produção (como controle de preços e padronização do produto e das técnicas, no que tange a capitalização dos empreendimentos e normatização da oferta), buscavam estabilizar os oscilantes preços do mate no mercado internacional e ampliar a participação das exportações brasileiras no mercado sul-americano. Com olhos atentos é possível perceber no texto de ARANHA a economia natural passando a mercantil, os fortes traços de economia primário-mercantil-exportadora, com o consumo interno e o investimento sendo financiados pelo setor exportador, e a passagem a uma economia capitalista periférica. Curiosamente, ao estudar a atividade ervateira em Santa Catarina, nos deparamos com dificuldade semelhante à apresentada por Aranha, na década de 1960, ao estudar a atividade ervateira no Paraná: escassez na bibliografia que trata do assunto, sobretudo por se concentrar em trabalhos sobre aspectos botânicos e agro-econômicos e aspectos sócio-econômicos, além de muitos que tratam senão de uma posição particular sobre o tema.

ARANHA (1967) fala em quatro ciclos de longa duração dos preços do mate no mercado internacional (em libras-ouro): partindo de 1833 até 1926, os ciclos teriam duração aproximada de 24, 35, 20 e 15 anos. E representariam um movimento de expansão seguido de uma contração e novamente uma expansão seguida de nova retração. Como duas ondas subseqüentes. Mas de fato para o período do segundo ciclo de Aranha — que destaca a forte oscilação dos preços internacionais do mate, devido ao momento de extremas conturbações políticas nos países produtores e consumidores do alimento — observa-se também movimentos de expansão, sobretudo entre 1864 e 1877. Nesse período intensificam-se os olhares sobre os ervais do planalto norte de Santa Catarina. No início da década de 1892 houve uma recuperação do movimento de expansão dos preços internacionais que pode ser associado ao momento da economia nacional, de recuperação das contas nacionais através de uma maior atenção com o mercado externo, tendo a intervenção cambial como principal instrumento de manipulação dos

preços internacionais de mercadorias brasileiras (em foco o café). O último ciclo de que fala Aranha é de recuo dos preços. Segundo o autor nele é gestada a intervenção estatal, surgindo assim como para o café os institutos de proteção.

Em uma análise estatística dos dados de preço e quantidade exportada de erva-mate é possível perceber que as variações na oferta da mercadoria derivavam mais das oscilações no preço interno do que no preço internacional⁴. Mas de fato os preços, tanto no mercado interno como no mercado externo, não são por si só suficientes para explicar a oferta de erva-mate, sem que se conheçam as estruturas que permitiam a ampliação da produção, transporte e beneficiamento. Ou seja, diante da ampliação dos investimentos em infraestrutura a variável espetacular dos produtores foi mais determinante na sua disposição a ampliar a oferta.

ARANHA divide os ciclos do mate pelos momentos dos preços internacionais do alimento, mas também faz observações freqüentes sobre o impacto dos preços nacionais sobre a intenção dos produtores em vender maiores volumes. Ao mesmo tempo ainda vemos que infere serem as mudanças tecnológicas, mesmo sem sobrescritar a construção de uma infraestrutura capaz de permitir outra dinâmica à acumulação do setor responsável pelos maiores saltos da atividade ervateira.

Sob a idéia de ciclos econômicos do mate no Paraná também escreve LINHARES (1969), bem menos preocupado com as oscilações de variáveis econômicas, mas ligado, sobretudo ao padrão tecnológico que imprimia a potencialidade do setor. Em suma, o primeiro ciclo que vai até por volta da década de 1820, não tem muita importância econômica, visto que as técnicas rudimentares e primitivas em instalações rústicas serviam a um comércio local no máximo regional, sem expressão monetária e insignificante do ponto de vista da acumulação de capital. A extração do mate e a sua preparação para comercialização (um beneficiamento rudimentar) eram feitas pelos

⁴ Em média a elasticidade preço, medida pelo preço internacional da erva-mate entre 1831 e 1939, é inferior a 1, enquanto a elasticidade preço medida pela moeda nacional foi superior a 21, o que significaria extrema sensibilidade da segunda que confronta com inelasticidade quanto ao preço internacional. Num teste de correlação, (Pearson) o preço em moeda nacional apresenta correlação forte de 0,85, enquanto para o preço internacional a correlação é fraca de 0,46. Contudo, regressões elementares pelo MMQ não apontam resultados significativos. O foco desse trabalho passa longe de interpretações estatísticas sobre as variáveis que tratamos.

mesmos trabalhadores, como atividade complementar em terras “devolutas” comuns, ou áreas de floresta de propriedades rurais sem o controle do proprietário.

Nesta fase, mas também no segundo ciclo e reduzindo as ocorrências à medida que as regiões se desenvolviam economicamente (considerando todos os problemas ambientais que isso pôde acarretar) e as terras eram privatizadas, poderiam ser encontrados sistemas faxinais. Esses sistemas faxinais são experiências seculares de uso comum da terra. Ocorriam nos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Hoje alguns poucos resistem entre florestas com araucárias. Trata-se de uma organização com uso misto da terra, com uso comum e privado, firmado sobre os pilares da policultura de alimentos, criação de animais e extrativismo vegetal. Os faxinais sustentam-se pela produção de subsistência e venda de excedente. Comumente são encontradas lavouras de milho, feijão e arroz. Os animais são criados para uso da tração e meio de transporte, no caso principalmente dos eqüinos, mas também para a alimentação, como os suínos, aves e bovinos. Na mata, ainda preservada para a prática do extrativismo, são coletados principalmente o pinhão e a erva-mate, além de madeira e mel (e possivelmente palmito e tudo mais que está disponível na floresta). Inicialmente faxinal designava uma área de mata mais densa, onde ocorria de fato a existência de araucárias e de erva-mate. Posteriormente os campos naturais próximos a essa mata também faziam parte da área chamada de faxinal, onde havia o uso dos moradores da região como criadouro comunitário, sem necessariamente ter a propriedade da terra. Portanto, um sistema faxinal, com algumas variações se divide entre área de lavoura com uso privado da terra e área de uso comum (por vezes chamada de faxinal) para o extrativismo e a criação de animais. Há casos em que a lavoura é feita em área de uso comum, mas os produtos são privados. De fato no sistema faxinal não existe cercas, ou melhor, elas existem para que os animais não invadam as lavouras. Sua importância decorre da peculiaridade de organização auto-gestionada que envolve elementos ecológicos e sociais de extrema relevância histórica para as regiões ervateiras do sul do Brasil.

O sistema faxinal tem origem na economia do gado do século XVIII, se definindo na economia ervateira do século XIX, quando ganha forma com a assimilação pelos imigrantes europeus. Os fazendeiros latifundiários criadores de gado davam grande valor aos campos naturais do planalto sulino e deixavam a revelar as áreas de mata adensada, que até o início da exploração comercial do mate, não tinham importância econômica. Mas uma população bastante humilde, formada inclusive

por agregados das fazendas, fazia uso dessas áreas e criava-se uma relação impar na sua forma cotidiana de organização, transmitida pelas gerações como uma herança cultural na forma de ocupação da terra. (CHANG, 1985; SILVA, 2005⁵).

Retomando LINHARES, o segundo ciclo tem como marco a entrada de investimentos de empresários argentinos, como Francisco Alzararay, por trazerem conhecimento sobre a atividade ervateira nos países platinos, sobretudo no Paraguai, e diversas inovações no processo de fabricação, beneficiamento, acondicionamento do mate e comercialização⁶. Nesse ciclo há uma separação das fases de produção da erva-mate entre cultivo e beneficiamento. Assim a cadeia produtiva é estendida e é introduzida uma divisão técnica do trabalho. Houve a partir desse momento um descolamento de uma fase industrial insipiente (inicialmente semi-industrial), nas cidades litorâneas, que empregava da força hidráulica e até vapor. Aqui, a principal unidade de produção ainda é a fazenda e quase todas as etapas são realizadas nela. Há uma ampliação gigantesca do mercado consumidor com a destinação do produto para exportação. A busca pelo aumento da produção pela capitalização levou ao terceiro ciclo.

O terceiro ciclo é exatamente a intensificação do processo de divisão social do trabalho, que levado ao extremo implica numa divisão territorial do trabalho, esboçada no segundo ciclo e tem como reflexo uma nova dinâmica urbano-rural. Nessa fase os engenhos migram e concentram-se no planalto curitibano, fazendo surgir uma poderosa elite urbano-industrial os “barões do mate”, seus proprietários. A região se constitui como um centro de beneficiamento do mate, com sensível melhoria nas técnicas e emprego de processos industriais superiores, e

⁵ O trabalho de SILVA (2005) analisa os sistemas faxinais a partir das questões de sustentabilidade econômica e ambiental, projetando melhorias no sistema que permitam o aumento da renda monetária dos agricultores faxinalenses do centro sul do Paraná. Ao desenrolar da pesquisa observou o autor que havia 44 sistemas faxinais com as características tradicionais naquela região do estado e que lá viviam e se organizavam mais de 3 mil famílias que utilizavam com certo grau de coletividade pouco mais de 26 mil hectares.

⁶ SILVEIRA FILHO (1997) resume: “(...) Alzararay, introdutor de novos processos de beneficiamento e novos métodos de comércio, inclusive com marca estampada. Monta o primeiro moinho em Paranaguá, um engenho de socar erva em pilão, tangido pelo braço escravo. Apresenta a forma de ensurramento em pelotas ou surrões de couro. Recomenda melhores critérios de poda na extração das erveiras para tornarem-nas perduráveis.” (pg. 41).

passa a drenar a produção das regiões mais interioranas do segundo e terceiro planalto do Paraná. A erva já beneficiada e embalada seguia aos portos de Antonina (principalmente) e Pedro II, de Paranaguá, que se ampliavam. Isso ocorre por volta de 1875 a 1880. Nesse novo momento a sociedade paranaense sofre mudanças acentuadas em seu padrão de vida e a complexidade da vida material cresce aos saltos, como sintetiza BOGUSZEWSKI (2007):

Durante todo o século XIX e as primeiras décadas do século XX, não haverá fato ou acontecimento de importância no Paraná que não estejam de alguma forma ligados à exploração econômica da erva-mate. É a base econômica propiciada pela exploração dos ervais nativos que irá dar a gradual conformação do Paraná político, social, econômico e cultural. A riqueza gerada pelo crescente comércio do mate levará à emancipação política, ao crescimento da população e das áreas urbanas, o desenvolvimento da indústria e do comércio, a construção da estrada da Graciosa e da estrada de ferro ligando a capital ao porto de Paranaguá, ao desenvolvimento da imprensa, das escolas, da cultura e das artes. (BOGUSZEWSKI, 2007. pg. 28).

Mais nos interessa, por ora, concatenar as conclusões desses autores sem que se perca uma análise crítica sobre suas obras, do que confrontar ou assemelhar seus estudos.

3.1. Formação do mercado ervateiro e a passagem da técnica rudimentar à semi-industrial.

De fato, o consumo de mate no Brasil por luso-brasileiros, data do século XVII, quando expansões bandeirantes chegaram a territórios de Missões jesuítas e descobriram o hábito e o cultivo da planta, já feito de forma racional com finalidades mercantis, inclusive com as importantes incorporações técnicas implementadas pelos espanhóis.

Com intencionalidade comercial, mas também política, a partir de 1722, foi iniciada a exportação de mercadorias, inclusive mate aos países platinos. Contudo esse comércio era marginal, visto que a

organização jesuíta para estabelecimento de monopólio da produção e conquista de mercado foi extremamente eficiente.

Com a expulsão dos jesuítas em 1774, a exploração econômica do mate no Paraguai sofreu um forte recuo, dada a perda das técnicas e abandono dos ervais, chegando ao retorno em alguns casos aos métodos primitivos de produção. Isso permitiu a entrada da produção brasileira no mercado argentino e uruguaio em franca expansão. Assim como outras culturas no Brasil colônia, e de acordo com o interesse da metrópole, numa forma de administração mercantilista da balança de pagamentos superavitária, o mate se expande destinando-se ao mercado externo. A partir do planalto curitibano seriam exportados os primeiros carregamentos de erva-mate via litoral.

Em 1813 foi proibida a exportação de mate no Paraguai, numa política de isolamento parcial do país, levando o Brasil a condição de fornecedor quase exclusivo de erva-mate às praças de Montevideu e Buenos Aires, o que levou a novo incremento da produção brasileira de erva mate (OLIVEIRA, 1974; ARANHA, 1967) e ampliação da região de exploração mercantil da planta. É possível entender como primeiro grande impulso a constituição do mercado consumidor da erva mate brasileira (mercado platino), como consequência dessa restrição de comercialização do mate Paraguaio com outros países e com o início do segundo ciclo (de Linhares) do mate (BOGUSZEWSKI, 2007). Mas até então imperava uma fraca e precária organização da produção.

Auguste de Saint Hilaire, já em 1820, faz uma descrição sobre o processo de beneficiamento da erva-mate mais comum nos arredores de Curitiba e o compara com método utilizado no Paraguai (o método barbaquá):

Ao tempo de minha viagem, beneficiava-se o mate nos arredores de Curitiba, com muito menos cuidado que no Paraguai; mas começava a ser conhecido dos curitibanos o método empregado pelos paraguaios. O capitão-mor do distrito tinha até a intenção de forçar os seus administrados a adotá-lo, visto que o mate preparado dessa maneira alcançava em Buenos Aires e Montevideu preço mais alto que o preparado pelo método antigo. Quando passei pela Borda do Campo, meu hospedeiro tinha em sua propriedade um paraguaio que havia deixado seu país por causa da guerra, e preparava o mate à maneira

hispano-americana, em meio das matas da fazenda. Vi o processo por ele empregado e vou descrevê-lo.

O mate para ser bom deve ser colhido durante o período de março a agosto, isto é, na época em que o calor sendo menos intenso, abranda o movimento da seiva. Os ramos são cortados da árvore e transportados para o local em que deverá proceder-se ao seu preparo; ali são amontoados. Faz-se uma extensa fogueira com troncos de árvores recentemente cortadas, de 8 a 10 metros de comprimento e de pequena grossura. Enquanto a lenha vai ardendo, homens colocados à direita e à esquerda, passam sobre a fogueira ramos de erva-mate segurando-os pela extremidade inferior, de modo a tostar-lhes ligeiramente as folhas. Terminada essa operação, destacam dos galhos os ramúsculos guarnecidos de folhas e colocam-nos sobre o barbaquá, espécie de abóbada armada da seguinte maneira: cravam-se na terra dois paus bifurcados da grossura de uma coxa, medindo até a forquilha cerca de dois a dois e meio metros de altura, e entre os quais se deixa um espaço de dois metros, mais ou menos. Coloca-se nas duas forquilhas uma vara de madeira flexível que forma o arco denominado arco mestre, arco principal. Destina-se ele a sustentar no meio cinco outros que se cruzam com o primeiro e cujas extremidades tocam o solo; depois prendem-se a estes, na altura de um metro, varas transversais separadas algumas polegadas umas das outras. A abóbada que resulta dessa armação é arredondada; tem ela a configuração de um forno de cerca de seis passos de diâmetro, e é aberta nos dois lados em que estão cravadas as forquilhas. Cobrem-na inteiramente de galhos de mate, passando-os entre as varas transversais e tendo-se o cuidado de não deixar nenhum intervalo entre os galhos. O terreno em que se armou o barbaquá é previamente batido. No meio deste último faz-se fogo de lenha verde; o fumo escapa-se pelos lados e por baixo da abóbada, onde não existem varas transversais, e, ao fim de uma hora e meia, a madeira dos ramúsculos e as folhas estão inteiramente secas. Retiram-se os galhos de mate

do barbaquá, amontoam-nos e batem-nos com um instrumento de madeira de cerca de 1,50 m de comprimento, em forma de sabre e cujo cabo é cilíndrico. Dá-se por concluído o processo de beneficiamento do mate, logo que as folhas fiquem reduzidas a pó e os ramúsculos a pedacinhos; então coloca-se o produto em uma espécie de cestinhas cilíndricas, artisticamente feitas de bambu, sendo tais cestinhas tapadas com folhas de samambaia bem secas. (SAINT-HILAIRE, August. 1964. pg. 137-138)

O botânico ainda acrescenta ao falar sobre a diferença entre o mate comercializado pelo Paraguai e pelo Brasil o que segue:

A antiga maneira de beneficiar o mate, nos arredores de Curitiba, diferia da do Paraguai, sob muitos aspectos. Não se levava em conta a época do ano em que se cortavam os ramos da erva-mate. Para sapecá-los (verbo usado em Curitiba e no Paraguai), não se fazia uma fogueira de lenha verde, mas empregava-se, de preferência, os nós provenientes do pinheiro apodrecido. Não se armavam barbaquás, mas somente jiraus de um metro de altura, mais ou menos, sobre os quais se colocavam as folhas de mate. Enfim, não utilizavam a madeira dos ramúsculos, a qual, segundo os hispano-americanos, dá melhor sabor à bebida. (SAINT-HILAIRE, 1964. P. 139)

FAGUNDES (1984), em trabalho sobre o mate que segue um viés cultural, descreve os dois métodos de secagem da erva-mate lidos nas passagens acima de Saint- Hilaire e os chama: “Carijo”, como método artesanal e mais rudimentar, onde há uma exposição direta das folhas ao calor do fogo⁷; e o “barbaquá”, método associado a uma fase

⁷ Segundo CORREIA FILHO (1957), havia ainda uma variação do cariyo em que os galhos de erva-mate não ficavam expostos diretamente ao fogo, a “furna”. Nela o calor do fogo passa por túnel até chegar ao jirau, há melhor aproveitamento do calor e não há prejuízo ao sabor da erva, que no cariyo fica alterado pelo contato com a fumaça.

mais industrial, em que não há exposição direta ao calor do fogo (levado por conduto).

Como vimos na passagem de Saint-Hilaire, o método de preparo do mate cancheado antes de o barbaquá se difundir no Brasil era extremamente simples, sem muitas fases, inclusive. Depois de colhida sem muito critério as folhas e galhos, deixando o caule da planta a nu, sapecada as folhas e secada no carijo, restava apenas à cancha feita à mão, batendo-se a erva, empilhada sobre uma peneira grossa com facões de madeira. O passo seguinte já seria a acomodação do mate cancheado nos surrões de couro para transporte até os engenhos. Os engenhos recebiam essa erva, completavam a secagem, até que restasse pouquíssima umidade, e o trituravam em pilões movidos a força humana e quando muito hidráulica (CORREIA FILHO, 1957).

Com o sul brasileiro assumindo posição quase monopolista no mercado ervateiro, aliado a qualidade superior de seus ervais nativos, houve a partir daí a atração de capitais platinos para formação da indústria do mate. Este movimento implicou num avanço de incorporação de técnicas de beneficiamento. Vieram então os primeiros engenhos a soque para o litoral paranaense. Modificam-se aqueles processos em que era usada a força humana, como para mover os pilões, e o produto, antes prejudicado pelo método extremamente rudimentar e sem um beneficiamento mais aprimorado passa a uma maior aceitabilidade. Ainda nesse movimento surgem os centros de exportação no litoral paranaense e a economia ervateira, mesmo longe das prioridades do governo imperial experimenta altas taxas de crescimento. Vinte e cinco anos depois de o Paraguai restringir suas vendas ao exterior a erva mate já figurava entre os principais produtos da pauta de exportação brasileira. Longe, contudo, da representatividade que tinham as exportações de café, açúcar e o algodão na balança comercial.

Em resumo, os motivos daquele primeiro surto de produção se relacionam, sobretudo, como fatores externos ao fechamento do mercado paraguaio e ao aumento dos preços internacionais do mate e, como fatores internos, ao surgimento dos centros comerciais litorâneos e as melhorias no beneficiamento, possibilitadas pelos engenhos surgidos na época.

A partir de 1836 o preço internacional da erva-mate caiu bruscamente, condicionado pelos problemas encontrados nas contas externas dos países importadores (até então crescentemente importadores de uma mercadoria cada vez mais cara) e pela crise européia, que teve impacto sobre as economias latino-americanas. No Brasil o resultado dessa crise foi à queda do preço internacional de

alguns dos principais produtos exportados, como cacau, fumo, algodão, borracha e açúcar. Para a erva-mate, que tivera sua produção aumentada nos anos anteriores a 1836, também diminuiu seu preço interno. Com a recuperação da economia européia as exportações brasileiras voltam a crescer inclusive as de erva-mate.

Quando da reabertura das exportações de erva-mate paraguaia, em 1840, a atividade ervateira no Brasil passou por um período de estagnação da produção, perdurando até por volta do ano de 1847, ano em que o estabelecimento do monopólio estatal paraguaio na exportação de mate por aquele país possibilitou novamente ao Brasil expandir mercado. Alia-se a esse movimento, de crescimento nas exportações brasileiras, as transformações no padrão monetário da nossa economia, já que nova taxa de câmbio estabelecida em 1846 contribuía para elevação do preço da erva-mate no mercado internacional. Isso promoveu um curto período de elevação da renda do mate.

O fornecimento de mate no mercado interno flutuava conforme os preços internacionais da mercadoria, tendo em vista a prioridade dada ao comércio exterior do nosso padrão econômico da época, sempre sacrificando o mercado interno.

Novamente em 1847/48, a crise européia impactou as exportações de mate para os países platinos, que (em pleno padrão ouro e dentro de um sistema de pagamentos multilaterais⁸) sem a mesma disponibilidade de divisas proveniente de suas próprias exportações a Europa, deparava-se como a restrição da importação de produtos brasileiros.

No início da década de 1850 a economia européia se recupera da crise. Pelos ajustes entre a quantidade ofertada e demandada no mercado externo, o preço do mate teve nova recuperação e iniciou-se novo interciclo que durou até 1865. (ARANHA, 1967)

As nuances do mercado ervateiro ainda correspondiam à instabilidade política dos países platinos. A restrição e depois a instituição do monopólio estatal da exportação de mate pelo Paraguai, o Bloqueio do porto de Buenos Aires, as guerras civis sul-americanas, a Guerra do Paraguai, as “Questões Platinas” e outros eventos externos contribuía para elevações e quedas dos preços, empecilhos e estímulos para a comercialização. Por exemplo: a “Guerra Contra Oribe e Rosas” (1851/1852), entre Brasil e Argentina, pela influência sobre o Uruguai e hegemonia na região do Prata, estimulou a produção de mate, que era usado pelas tropas para melhoria das condições físicas dos soldados.

⁸ Feitos exclusivamente em libras esterlinas ou ouro.

Este evento, aliado a desvalorização cambial no mesmo período foi responsável por um salto em mais de metade no rendimento auferido, pelos exportadores de erva-mate brasileira⁹. E assim também o foi durante a Guerra do Paraguai, houve um crescimento da demanda. FAGUNDES (1984, pg. 32), cita carta redigida por um químico francês, Moreau de Tours, que diz ter testemunhado homens do exército argentino se alimentarem quase exclusivamente por erva-mate.

Nos períodos de conflitos observam-se tanto o movimento de elevação do consumo de erva-mate — já que o alimento era largamente utilizado pelas tropas, sem que houvesse maior diminuição do consumo pelos civis, podendo ser apontados como casos típicos a Guerra do Paraguai e a Guerra Contra Oribe e Rosas —, como também o de retração — nos casos em que se notam dificuldades comerciais onde apontamos os casos de 1867, com a derrubada do presidente Argentino, Mitre, e do ano seguinte à revolta contra o presidente uruguaio, Flores.

Nos momentos de retração do mercado externo ou de desvalorização do preço internacional da erva mate, o mercado interno secundário aos interesses do estado brasileiro ia se alargando e amortecendo essas oscilações. A Guerra do Paraguai funcionou também como um estímulo ao mercado interno, visto que seu largo uso por forças em guerra acabou por instigar o hábito também entres os colonos do sul brasileiro.

Como a perecibilidade da erva-mate é razoavelmente demorada, o produto poderia ser estocado e o foi, em casos em que houve expectativas de aumento de preço ou para garantia de consumo — como nos conflitos das “Questões Platinas”. As crises e as restrições no modelo de produção escravista também serviram para a incorporação de tecnologias (ainda que rudimentares aos nossos olhos) mais avançadas no processo de beneficiamento. Assim os engenhos movidos à energia hidráulica são amplamente difundidos, permitindo o aumento da produção que segue a década de 1850. Nesse momento foi instalada em Santa Catarina a primeira “fábrica” de erva-mate (1853), “com capacidade de produção bem maior que a dos primeiros engenhos da Zona de Lages”. Naquele mesmo ano a região de Curitiba já possuía 90 desses engenhos (ARANHA, 1967).

A demanda crescente aguçava a “falsificação” do mate comercializado, já que alguns produtores desde os primeiros anos de

⁹ Em compensação o efeito da formação de estoques nesses anos mais a valorização cambial que viria, derrubariam a produção de mate no ano posterior.

exploração comercial misturavam outras plantas com a erva-mate a fim de aumentar o rendimento¹⁰. Várias características definem a qualidade da erva-mate. Dentre elas algumas como o amargor e a durabilidade podem ser condicionadas pelas características fisiológicas do tipo específico de *Ilex* utilizado, ou da mistura com ervas diversas. A própria forma de cultivo em relação ao sombreamento já é o suficiente para causar alterações das características fisiológicas da planta e, conseqüentemente da sua qualidade¹¹. Por esses motivos, em diversos momentos, o Estado tentou regulamentar a atividade para coibir a prática da “falsificação”.

Em 1854, pela iniciativa do governo paranaense, surgem os primeiros artificios legais para estabelecimento de um padrão de qualidade na erva-mate produzida no país, surtindo efeito positivo nos investimentos da indústria ervateira nos anos seguintes. Medidas semelhantes foram aplicadas em outros momentos, quando se objetivava a o aumento dos preços.

Novamente crises externas, como nos Estados Unidos e na França, causaram restrição à capacidade de importação dos países platinos e o mercado ervateiro se retraiu no início da década de 1870. Para revertê-la, em 1875, foi promulgada lei no Paraná (de numero 429, de 24 de abril) que determinava padrões mínimos para a qualidade do produto. Sem os resultados esperados, devido às pressões que a queda de preços implicava na qualidade da produção, em 1876 foi promulgada nova lei que vinha no sentido de reforçar a primeira. O resultado dessas medidas era normalmente leves reduções da oferta (intencionais para que às seguisse o aumento dos preços).

Nesse momento, foi aberta ao trânsito das carroças carregadas de mate um importante elo do complexo ervateiro paranaense, a “Estrada da Graciosa”. Logo que a estrada substituiu o caminho de tropas, as carroças com maior capacidade de transporte substituíram as mulas e a infraestrutura proporcionada então foi capaz de melhorar

¹⁰ Não se deve confundir, contudo, essa atitude com a forma tradicional de misturar algumas ervas, a fim de buscar melhora da bebida ou de aumentar fortidão ou durabilidade do sabor. Os Guaranis já diferenciavam espécies do gênero *Ilex* que proporcionavam melhor qualidade da bebida. Chamavam *caúna* ou *caaberá* as ervas de má qualidade (FAGUNDES, 1984).

¹¹ Entre estudos sobre adaptabilidade da planta e qualidade do produto associado a intensidade lumínica dos ervais vemos a dissertação de Fabiana Maia de Andrade, na pós-graduação em Engenharia Florestal da UFPR. Dentre suas conclusões a autora atesta a melhor qualidade dos ervais sombreados em relação aos que são expostos diretamente ao sol. (ANDRADE, 2004)

significativamente a competitividade do produto local, permitindo o largo transporte da produção do planalto pelo escoadouro que levava aos portos litorâneos. Ossificava-se Curitiba na condição de centro da economia ervateira do Paraná.

Visto de uma forma mais macro, as décadas de 1870 e 1880 representam para a atividade ervateira um aumento intenso da composição orgânica do capital, a expansão dos complexos ervateiros regionais. Movimento que continua nas décadas posteriores, até os anos 1920. Em meio a isso, a expansão das áreas de extração e cultivo da erva-mate para além dos rios, Negro e Iguazu e a instalação em Joinville de engenhos, cujos proprietários vieram de Morretes - PR, por volta de 1877 (ROCHA, 1997, pg. 29), darão impulso às atividades ervateiras no território catarinense.

No início da década de 1880 uma nova crise na Europa jogou os preços e a exportação de mate para níveis muito baixos, os piores desde a década de 1860. O comportamento do cambio foi de desvalorização no início da década e de apreciação no segundo quinquênio¹². Talvez isso possa ter amortecido os efeitos da crise. A recuperação, que veio na segunda metade daquela década, decorreu do ganho de eficiência e da regularidade de oferta promovidos pela entrada em operação da estrada de ferro entre Curitiba e Paranaguá e pelas inovações tecnológicas.

A recuperação do mercado do mate se deu com a ascensão dos preços reais, consequência do aumento da procura, da inovação tecnológica e da melhoria na distribuição e comercialização, surgindo um novo ciclo, em 1885/86 (ARANHA, 1967, pg. 74).

Mas logo viria nova crise européia, em 1889, que adentra a década de 1890. Soma-se a esse momento de restrição ao comércio exterior às perturbações políticas enfrentadas logo após a Proclamação da República, leia-se a Revolução Federalista, que teve um mecanismo de proibição da exportação de erva-mate. O resultado é a redução da produção em 35%, de 1892 a 1893. A mesma guerra civil acabou por

¹² Em 1886 e 1889 o governo brasileiro pegou mais de 12 milhões de libras em empréstimos externos para intervir no mercado de cambio e valorizar a moeda nacional.

estimular a ampliação da exploração mercantil dos ervais no sul do Mato Grosso (mais amarga).

A tecnologia não muito complicada da indústria ervateira permitiu o surgimento de engenhos na Argentina, na década de 1880, país que passou a aumentar suas importações de erva-mate in natura e reduziu as importações de mate beneficiado (BOGUSZEWSKI, 2007).

Os preços internacionais do mate que volta e meia subiam abruptamente, a irregularidade no fornecimento, e os altos lucros comerciais (dos exportadores) de erva-mate, instigaram os argentinos a explorar racionalmente seus próprios ervais, na região de Missões. A partir de então a produção brasileira passou a depender gradualmente mais do mercado Uruguaio, que sem ervais importava todo seu consumo.

A essa altura a Argentina dava preferência à importação de erva-mate cancheada e a beneficiava. Logo vieram medidas para tentar conter o encolhimento da indústria ervateira brasileira, como, em 1885, as restrições às exportações de erva-mate cancheada (lei paranaense nº 810 de 03 de novembro).

Como resultado ARANHA (1967) aponta:

O obstáculo criado ao comércio exportador por esse tributo elevado que recaía sobre a cancheada resultou, em parte, num surto de expansão da indústria moageira. As novas técnicas de produção surgidas em 1878, com a instalação do engenho de Ildefonso Pereira Correia, em Curitiba, se generalizaram pelos engenhos da época, a partir dessa lei. Coube a esse industrial introduzir a aplicação do vapor aos engenhos do mate, substituindo a força hidráulica; esta inovação foi acompanhada de melhoramentos nos secadores, peneiras, condutores, misturadores etc., graças a capacidade inventiva do Dr. Francisco de Camargo Pinto. (pg. 77).

A abolição da escravatura derrubou os níveis de produção país a fora e a crise do Encilhamento (uma bolha financeira) provocou diversas falências. Mas para o mate o impacto foi diminuído pela incorporação de técnicas e capitalização que a indústria ervateira passara.

É fato também que há controvérsias sobre o uso de trabalho escravo nos ervais. LINHARES (1969) diz não ter sido utilizado significativamente, dado o caráter sazonal da colheita, mas admite ser utilizado nos engenhos. PENA (1990), contudo refuta essa afirmação, dizendo ser considerável o uso de trabalho escravo no setor ervateiro e que inclusive, o emprego de mão-de-obra escrava conviveu com os avanços técnicos da penetração das formas capitalistas, na economia paranaense nos ervais e nos engenhos.

Provavelmente, após o fim do regime escravocrata, o trabalho escravo ou semiescravo não foi abandonado de imediato na região de ervais, pela condição de afastamento dessas áreas (precariedade das vias de comunicação e dificuldade de acesso), e perduraram as condições extremamente precárias de trabalho.

Desde muito o trabalho nos ervais era extremamente degradante. CORREIA FILHO (1957, pg. 2-3) fala sobre o trabalho pesado à custa de muitas vidas, nos distantes (e cada vez mais distantes, dado o extrativismo irracional e predatório) ervais nativos do século XVIII. Antes da implementação do plantio racional de erva-mate, a árdua tarefa de ervateiros era então desempenhada pelos índios que se submetiam a organização social dos espanhóis, a troco de “exíguas recompensas”. RENK (1997), que trata de muitos anos depois, também levanta a questão da diferenciação social entre trabalhadores que comercializavam ou gerenciavam a produção, função que cabia aos colonos, e trabalhadores ervateiros, que colhiam, sapecavam e enfim realizavam os trabalhos mais pesado e degradante dos ervais, tarefa desempenhada pelos sertanejos.

Salvo momentos de considerável elevação do preço interno da erva-mate imperava a baixa remuneração dos ervateiros, que recebiam pouco mais que sua subsistência, trabalhando num regime semelhante ao “sistema barracão”.¹³

¹³ Durante a pesquisa nos deparamos com notícias sobre regimes de trabalho caracterizados como “escravidão moderna” nos ervais de Santa Catarina, demonstrando como as condições precárias de trabalho e os baixos pagamentos dos trabalhadores ainda fazem parte do cotidiano dos ervais. Segue parte de uma das matérias, intitulada “Como Animais: a casa era um chiqueiro”: “Os trabalhadores, entre ele uma mulher e três adolescentes, com idades entre 15 e 17 anos, foram encaminhados para uma casa da família dona do chiqueiro. Todos são de União da Vitória, no Paraná (...) — este era o meu apartamento — brincou o menor de 16 anos, apontando uma das baias do chiqueiro onde morava havia uma semana. Na baía ao lado, ele montou uma cozinha improvisada, onde ainda havia uma panela com restos de arroz. A louça era

3.2. Expansão do mercado e da produção: o auge do mate catarinense.

Na década que segue o fim da escravatura, a crise do Encilhamento e a política econômica adotada, o financiamento da produção pela “senhoriagem”¹⁴, levou a uma forte desvalorização cambial, um estímulo às exportações, e a uma alta inflacionária¹⁵. Ao mesmo tempo se abre o mercado chileno para as exportações de mate. Isso tudo contribuiu para amenizar a crise (de crédito) do setor na primeira metade da década de 1890 e para promover uma forte recuperação nos anos que seguem.

Na década de 1890, sob encomenda do Ministério da Agricultura e do Comércio, foi publicado um estudo detalhado da atividade ervateira no Brasil. O Autor, o fisiologista francês, Dr. Louis Couty, então titular da cadeira de biologia industrial da Escola Politécnica e diretor do gabinete de pesquisas fisiológicas do Museu Nacional, estudou detalhadamente todas as fases da cadeia produtiva do mate e examinou

lavada em um rio. Depois ele enxaguava numa torneira. O adolescente contou que ganhava, em média R\$ 30 por dia cortando 300 quilos de erva-mate. — no final do mês, tinha que descontar o valor da comida. Sobrava entre R\$ 300 e R\$ 400 — explicou. Há um ano ele trabalha cortando erva-mate para ajudar a mãe (...). Leandro José Rigotti, 18 anos, que também estava no chiqueiro desativado, tomava banho no rio, já que não há banheiro no local: — era só a cada dois ou três dias porque a água era muito gelada. Para se esquentar ele fazia fogo com restos de madeira que encontrava no local. O fogo também servia para secar o suor da roupa que usava num dia e reutilizava no dia seguinte. — a gente usava até rasgar — afirmou Rigotti. Ele reconheceu que a situação que viviam era precária. — aqui era complicado por causa da sujeira — disse mostrando o chão com pó, restos de madeira e até dejetos secos de porcos. Leandro começou a trabalhar no corte de erva-mate há cerca de um mês, pois não conseguia trabalho em sua cidade e precisava ajudar nas despesas da casa. Ele ganhava R\$ 25 por dia. Ganhava menos do que os outros, mas não precisava pagar pela comida. Claudemir da Rocha, 26 anos, conta que o banheiro era o mato. (...)” (DEBONA, Darci. Como animais: a casa era um chiqueiro. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 14, maio, 2010. Geral, p. 26.)

¹⁴ Grosso modo, o termo “senhoriagem” significa a emissão indiscriminada de moeda para cobrir gastos do Tesouro.

¹⁵ A inflação funciona como desestímulo a exportação, por aumento do preço relativo da mercadoria. A desvalorização da moeda nacional funciona como estímulo quando é superior a alta inflacionária. Na prática a mercadoria nacional se torna mais competitiva.

com minúcias alguns dos engenhos de erva-mate do Paraná (inclusive o de Ildelfonso Correa, por ser uma referencia nos processos de obtenção de melhor qualidade do mate) e do Rio Grande do Sul. A questão-chave era como promover a penetração da erva-mate brasileira no mercado europeu. Curiosamente, uma das conclusões centrais é de que os engenhos deveriam aproximar-se dos ervais para que obtivessem matéria-prima de melhor qualidade (CORREA FILHO, 1957). Ou seja, deveria ser encurtado o tempo entre os processos feitos em pleno erval e o beneficiamento. Essa obra antes de tudo serviu para que os burocratas brasileiros tivessem maior conhecimento técnico sobre essa mercadoria de preço crescente no mercado externo e que vinha aumentando consideravelmente sua importância econômica.

O trabalho focava as técnicas necessárias para melhorar a qualidade do mate brasileiro e permitiria a intervenção do Estado com propriedade no estabelecimento de normas sanitárias e de padronização da produção, inclusive tratando sobre a mistura da erva-mate com outras plantas (do gênero *Ilex* ou não). Também era sua preocupação responder o que deveria ser feito no que concerne aos melhoramentos no produto para que fosse aberto o mercado europeu. (CORRÊA FILHO, 1957)

Consubstanciado pelos estudos do Dr. Couty e com objetivo de estabilizar a produção dos ervais para garantir a matéria prima dos engenhos, é que em 1898 (novamente), o governo do Paraná promulgou lei (n.º 270 de 7 de janeiro) que regulamentou a produção de erva-mate no estado. O resultado imediato foi à restrição na oferta, mas a tendência seria a ampliação da demanda de um produto mais homogêneo e de melhor qualidade.

Os empréstimos tomados na Inglaterra para a estabilização da moeda brasileira e da taxa de cambio, entre os últimos anos da década de 1890 e primeiros anos da década de 1910¹⁶, surtiram efeito e o ambiente econômico da virada do século no Brasil foi diferente de 10 anos antes. Só não foi melhor porque já nos primeiros anos do século XX uma nova crise no continente europeu provocou queda das exportações brasileiras. A história é a mesma das crises anteriores: o padrão primário-exportador não garantia condições para o desenvolvimento a partir de forças endógenas e as economias reflexas

¹⁶ Em 1898 o governo brasileiro pegou empréstimo de mais de 8,6 milhões de libras para valorizar a moeda nacional. Sem maiores impactos para o comércio de mate, em 1903 e 1905, foram feitos empréstimos internacionais pelo governo brasileiro, da ordem de 8,5 milhões de libras, para a construção do Porto do Rio de Janeiro, o que acabou por jogar a taxa de cambio para baixo.

da América Latina eram sensíveis às nuances do mercado europeu. Soma-se ainda a valorização do câmbio, pesando contra as exportações. A economia brasileira enfrentaria ainda no início do século XX a falência de instituições bancárias.

Não bastasse, o excesso de produção nesse período (nos últimos anos do século XIX e início do século XX), possivelmente pela expansão da produção catarinense — Já em 1898 o principal produto embarcado em São Francisco do Sul era a erva-mate destinada ao Rio da Prata, 3,86 mil toneladas, cerca de 12% do volume das exportações do país (ALMANAK LAEMERT, 1901) — e a especulação de preços levaram alguns produtores paranaenses a amargar prejuízos.

Liquidada a crise externa e diante da influência no pensamento econômico dos ideais de economia nacional (da escola histórica alemã), passou-se a um período de políticas protecionistas à indústria e à reestruturação do mercado de crédito bancário. Foi quando bancos estrangeiros (ingleses) se instalaram, inclusive, nos principais centros comerciais de erva-mate do Brasil (Curitiba e Paranaguá), ampliando, através de créditos a exportadores (na forma de adiantamentos), o volume de transações internacionais. Por vezes os encarregados dos escritórios desses bancos eram os próprios exportadores de erva-mate, como se percebe no ALMANAK LAEMERT de 1905, onde na lista de atividades dos sócios da firma Guimarães & C., entre atividades de comercialização e beneficiamento de erva-mate e outros produtos, lemos:

(...) Encarregados do London & Brazilian Bank Limited, do The British Bank of South America Limited e do Banco do Commercio do Rio de Janeiro e do Estado do Rio Grande. ALMANAK LAEMERT, 1905, pg. 1854)

Os bancos ingleses entraram na divisão da mais-valia gerada no ceio da atividade ervateira e a potencializaram. Os lucros comerciais e a renda de forma geral elevavam-se desproporcionalmente nas regiões ervateiras, enquanto a especulação dos preços tornava-se uma constante no processo de distribuição da mercadoria (ver capítulo sobre atividades acessórias ao complexo e gráfico 4).

Os benefícios aos capitais exportadores de mate das regiões litorâneas não se limitaram àqueles advindos de sua astúcia ou pela sua capacidade de negociar lucrativamente, decorriam esses, sobretudo, de

uma canalização do tráfego de exportação para esses pontos. Prioritariamente as exportações brasileiras tomavam o caminho do litoral desde a colônia. Sua herança, a condução da economia voltada ao comércio externo, conduzia os investimentos de forma inercial, ou seja, reafirmando o comércio externo via litoral. Por isso de longa data os caminhos do mate tinham como nós, importantes às cidades portuárias litorâneas. Além do mais, os investimentos em transporte vieram sempre precedidos de pressão por parte da demanda. Quando aconteciam, serviam ao capital exportador de erva mate (Ver capítulo sobre transportes).

A concorrência com as regiões ervateiras do estado vizinho — já que a indústria ervateira gaúcha, mais atrasada que a paranaense e a catarinense, que se equiparavam em termos de técnicas, servia exclusivamente ao consumo do mercado gaúcho (CORREA FILHO, 1957) — imprimiam ações enérgicas do governo do Paraná, que em 1902, decidiu por promulgar duas leis importantes ao mercado ervateiro: a equiparação entre direitos de exportação da erva-mate cancheada e beneficiada, com restrição à acomodação das mercadorias, e a possibilidade de arrendamento pelo poder público estadual dos ervais localizados em terras devolutas (ARANHA, 1967).

Ao final do século XIX e início do século XX essa crescente concorrência na produção de erva-mate com o estado de Santa Catarina e, em menor grau, também com Rio Grande do Sul foi o que levou as autoridades do Paraná a movimentar-se pela melhoria das condições de produção da indústria ervateira local. Reflexo desse movimento as antigas embalagens, herdadas do tropeirismo, os invólucros de couro foram substituídas por barricas de madeira (normalmente pinho). Isso permitiu um importante incremento do complexo de atividades ervateiras, as fábricas de barricas e, mais a frente à indústria gráfica para confecção dos rótulos.

Afinal, foi a reboque da acumulação ervateira que o poder público pressionado pelos capitais ervateiros, os “barões do mate”, construiu as obras de infraestrutura que garantiram a ampliação da produção de mate no Paraná, com destaque a Estrada da Graciosa (de 1873), a Linha ferroviária Curitiba-Paranaguá (trecho concluído em 1885, da Estrada de Ferro Paraná) e a ampliação dos portos marítimos.

Em 1907, depois de um período de franca expansão da produção e da renda, o setor ervateiro viu mais uma queda de preços, condicionada por uma crise internacional curta. Os efeitos da criação da

Caixa de Conversão¹⁷ e alguns empréstimos internacionais tomados entre 1907 e 1909 contribuíram para estabilização de uma taxa de câmbio superior a 15 libras por mil réis. Curiosamente, isso não se traduziu em grande empecilho para o crescimento da renda do setor ervateiro, garantida por sua vez, principalmente pelo crescimento da quantidade exportada — efeito da isenção de imposto de exportação do mate para Europa, América do Norte e Ásia. Mas logo viria uma alta dos preços internacionais fazendo com que a renda do mate crescesse a taxas superiores ao crescimento da produção.

Os bens substitutos ao mate eram àquela altura, outras bebidas estimulantes, assim como o café e o cacau no mercado interno e também europeu e, ainda com bebidas alcoólicas e o chá da Índia no exterior. ARANHA (1967) aponta a subordinação do Estado brasileiro aos interesses comerciais ingleses, que lucravam com o chá da Índia e não pretendiam partilhar mercado, a razão para a baixa penetração do mate no mercado europeu.¹⁸ Outros autores, contudo, associam essa dificuldade de penetração nesse mercado ao sabor menos agradável que os bens substitutos e a uma série de fatores culturais do seu consumo como as formas de preparo tradicionais mais comuns (o chimarrão).

As formas de preparo da bebida a partir da erva-mate e os utensílios utilizados assim como os rituais do consumo sempre foram dos mais variados: desde a infusão das folhas de mate, servido numa cuia e sugada por uma bomba, como o tradicional chimarrão e como aparentemente faziam os quíchuas, ao consumo da bebida gelada, ou a temperatura ambiente, como no caso dos kaingangs. O fato é que por não ter se difundido pelo mundo, assim como o café, o mate é uma bebida tipicamente sul-americana. Sobre isso BOGUSZEWSKI (2007) e

¹⁷ A Caixa de Conversão foi criada em 1906 (pelo Decreto 1.575, de 6 de dezembro) como mecanismo de manutenção do equilíbrio do poder de troca da moeda brasileira, existindo até 1920, e utilizava da emissão de papel-moeda com lastro em ouro. (SENADO FEDERAL, 2012)

¹⁸ Ao tratar da economia paranaense nas primeiras décadas do século XX, SILVEIRA FILHO (1997) acrescenta que os traços da economia brasileira colonial e depois subordinada ao capitalismo inglês são como duas heranças indissociáveis do século XVIII, que moldaram a economia do estado. A argumentação parece ser bem plausível, considerado que em plena fase imperialista do desenvolvimento capitalista, a Inglaterra, então maior potência econômica, também detinha relativo controle político sobre territórios administrados independentemente por todo o globo. Contudo, a influência inglesa não era exercida tão diretamente e a hierarquia interna, com os cafeicultores no comando, se mostra de maior relevância para o tema.

também LINHARES (1969) também lembram que por diversas vezes, desde a segunda metade do século XIX (já em 1862) e também durante o século XX, autoridades brasileiras, especialmente sulinas, e líderes dos produtores de erva-mate tentaram diversificar seus mercados consumidores. As tentativas tiveram como alvo principalmente a Europa e os Estados Unidos. Para eles o sabor peculiar (amargo) e raramente agradável à primeira prova, contrabalançava os diversos benefícios do consumo regular da bebida¹⁹, ressaltadas em cada feira que se participava. A necessidade de assessorios e utensílios para o consumo na forma tradicional também é apontada como barreira para propagação do alimento nessas pesquisas. Questão esta que também aparece nas pesquisas de COUTY (1880), com destaque a questão da bombilha de uso comum ser um empecilho para que o consumo do mate seja assimilado pelos europeus.

Após a queda dos preços interno e externo da tonelada do mate em 1907 a 1909, a recuperação não duraria muito, já que a partir de 1913, como consequência de nova crise econômica mundial e aprofundada pelo início da Primeira Grande Guerra, a conquista do mercado europeu — ainda que insipiente — foi outra vez abortada e os preços caíram aos níveis da crise do final da década de 1900. Não bastasse, mesmo que pequena vem à primeira colheita argentina de erva-mate, até então o principal importador. A crise seria pior não fosse à

¹⁹ No mate são encontrados em boa quantidade substâncias como a cafeína, teofilina e teobromina, as quais podem ser usadas com fins terapêuticos. Além do mais “O mate é uma bebida estimulante, elimina a fadiga, estimula a atividade física e mental, atuando benéficamente sobre os nervos e músculos. A cafeína presente no mate exerce efeito sobre o sistema nervoso central estimulando o vigor mental. Com vitaminas do complexo B, o mate participa do aproveitamento do açúcar nos músculos, nervos e atividade cerebral do homem; vitaminas C e E agem como defesa orgânica e como benefício sobre os tecidos do organismo; sais minerais, juntamente com a cafeína, ajudam o trabalho cardíaco e a circulação do sangue, diminuindo a tensão arterial, pois a cafeína atua como vasodilatador. Em tais situações, também pode ser suprida a sensação de fome. Também favorece a diurese, sendo de grande utilidade nas moléstias de bexiga, atua também sobre o tubo digestivo ativando os movimentos peristálticos, facilita a digestão, suaviza os embaraços gástricos, favorecendo a evacuação e a mictação” (ANDRADE, 2004. Pg. 27-28).

desvalorização cambial entre 1913²⁰ e 1916 e ao investimento no porto de Paranaguá feita com empréstimo estrangeiro, no valor de 11 milhões de libras destinado a ampliação e melhorias de diversos portos brasileiros. Nesse meio ainda ocorre o desfecho da Guerra do Contestado, que tem a exploração do mate (e a questão da arrecadação fiscal dos estados do Paraná e Santa Catarina) como um dos motivos de disputa entre Paraná e Santa Catarina, revelando quão significativa era a renda gerada no setor.

A cada crise a Argentina dava mostras de que defenderia seu parque industrial ervateiro. A resposta do país platino diante de uma maior taxação da erva-mate brasileira cancheada, era a redução na alíquota do imposto de importação desta. Assim o foi, novamente no início da década de 1910. A Argentina usou esse diferencial de alíquota de importação para a erva-mate cancheada e beneficiada, 15 pesos ouro e 40 pesos por tonelada, respectivamente. Forçando assim uma substituição localizada de importações, houve um deslocamento do parque beneficiador para aquele país (ARANHA, 1967). Como foi o caso do Mate Laranjeira, que mantinha engenho em Buenos Aires, para onde mandava parte de sua produção de erva cancheada e a beneficiada, (CORREA FILHO, 1957). Nos níveis de produção isso aparece como crescimento das exportações brasileiras — apesar da intenção do governo argentino de incentivar as plantações na região das Missões —, mas de fato constituía-se um risco de desindustrialização pontual.

Esse domínio sobre o mercado argentino parecia um brinquedo de macroeconomia, que se acalorava logo que surgiam desequilíbrios das contas externas, como durante a Primeira Guerra Mundial. Em 1917 a Argentina ainda mantinha um diferencial na alíquota de importação da erva-mate cancheada (17 pesos ouro/ton) e beneficiada (42,4 pesos ouro/ton). O governo brasileiro, por sua vez estabeleceu um diferencial na alíquota de exportação a fim de quebrar o efeito da medida argentina, taxando a 45 réis o quilograma de erva beneficiada e a 80 réis o de cancheada (lei 1705 de 25 de março de 1917). De início isso levou a uma retração nas exportações e em 1918, a alíquota para exportação de erva cancheada foi reduzida a 65 réis/kg, promovendo novamente a extração (ARANHA, 1967). Em 1919 (lei 1.319 de 17 de setembro de 1919) foi estabelecida uma diferença mínima na taxa de 200 reis por 15 kg entre mate beneficiado e cancheado.

²⁰ Antes disso, em 1911 foram tomados outros empréstimos, no valor de 6,9 milhões de libras e de 60 milhões de francos, para a estabilização do câmbio, com efeito, inclusive.

Mesmo com essas medidas já no início da década de 1920 parece inevitável a perda do mercado argentino. Como uma fuga para frente o Governo de Caetano Munhoz da Rocha, no Paraná, reconhecendo a dependência da economia do estado, projetava medidas de racionalização da produção e melhora da mercadoria exportada a fim de ganhar mercados — em foco, novamente o europeu e o americano, mas também do norte do Brasil (OLIVEIRA, 1974). Em Santa Catarina o Poder Executivo segue o mesmo caminho (sancionada a Lei 1.487, de 17 de agosto de 1925), regulamentando a colheita, estabelecendo multas e apreendendo “falsificações”. (SANTA CATARINA, 1926).

Nova pressão por parte da demanda volta e meia faziam emergir o problema da falsificação. Desta forma as filicíneas conhecidas por congoinha e caúinha (uma corruptela de caúna), ou outras plantas como “orelha-de-mico” e guavirova (sendo esta utilizada também na secagem por ser aromática) eram acrescentadas em quantidades indiscriminadas ao mate que seguia alterado ao mercado consumidor. (CORREA FILHO, 1957). Como resposta aos produtores de má fé e, principalmente para criar barreiras não tarifárias a Inspeção de Higiene da Argentina passou a criar barreiras à entrada de erva mate de má qualidade naquele país a partir do início do século XX. Uma das formas de avaliar a qualidade do mate era a quantidade de cafeína, o que foi usado por aquele órgão a fim de evitar a “falsificação” do produto. Outra forma de evitar o produto de má qualidade, tomada já por volta de 1915, foi a de exigir atestados oficiais de pureza para as partidas de erva-mate importadas. Isso teve impacto inclusive sobre o preço do mate, que se elevou. (ARANHA, 1967)

Durante a guerra, mas pesando a favor da elevação de preços, ainda em 1915, foi quebrado o monopólio da firma Companhia Mate Laranjeira no Mato Grosso, sendo fracionadas as terras e descentralizada à extração do vegetal para vários pequenos produtores (lei 725 de 24 de setembro de 1915). Isso de início causou a queda na produção daquele estado. (CORRÊA FILHO, 1957)

A elevação de preços de 1918 e 1919 parece ter provocado um forte crescimento da quantidade exportada de erva-mate por Santa Catarina nesse último ano, o suficiente para aumentar para mais de um quarto do valor a participação do setor no total das exportações do estado. Essa participação vinha declinando durante o século XX, salvo alguns momentos de pico da atividade, e chegara atingir somente 7% do valor total exportado, em 1915.

O início da década de 1920 traz ainda nova crise reflexa e, apesar da queda brusca na taxa de câmbio²¹ e a despeito da isenção e redução de imposto de exportação (lei 2.046, de 26 de março de 1921), à restrição das exportações brasileiras. A crise atingiu em cheio o lado externo da economia ervateira. O volume de divisas colocado na economia nacional pela venda de mate no exterior cai para níveis do início do século XX, o preço em libras em 1921 chegou à metade dos praticados em 1919. Mesmo assim a produção se manteve elevada próxima do seu pico (1926), já que o preço em mil réis permaneceu alto e até se elevou no ano de 1922. Para ARANHA, essa queda do preço internacional foi entendida pelos legisladores brasileiros como efeito do fornecimento de um produto de má qualidade pelos exportadores brasileiros. Estabeleceram-se para alterar essa condição um selo de garantia ao mate exportado (lei 1.956, de 26 de março de 1920), multas como penalidade aqueles que utilizassem do corte de ervas nocivas à saúde na mistura com erva mate (lei 1.966, de 31 de março de 1920) e, logo depois a obrigatoriedade da análise química da erva-mate destinada a exportação (lei 2.023, de 12 março de 1921) e a publicidade no estrangeiro e no mercado interno (lei 2.107, de 25 de março de 1922).

Surtiram efeito as medidas logo que os Estados Unidos e a Europa aumentaram sua demanda por bens primários exportados pela América do Sul. Esses mercados nunca chegaram a importar do Brasil quantidades tão grandes de erva mate que pudessem ocasionar movimentos significativos na atividade ervateira, mas quando importavam mercadorias dos países platinos acabavam por ampliar, por sua vez as suas capacidades de importação de bens produzidos no Brasil, além de pressionar para cima os preços internacionais do mate.

Segundo ARANHA, a Revolta Paulista em 1924 (com episódios no sul do Mato Grosso) e a promulgação da lei 2.278, de 26 de março de 1924, que proibia a exportação de erva-mate produzida no sul do Mato Grosso e no Alto Paraná e também estendia o Imposto de Indústria e Profissões aos produtores ervateiros, fizeram os preços da erva sulina subir. De outra forma, conflitos entre brasileiros e uruguaios na fronteira entre os dois países constituíram um empecilho também em 1924, mas que não duraria para além do ano seguinte, quando também se extinguiu um adicional do imposto de exportação estabelecido em 1924 (lei 2.253, de 24 de março de 1924). Essa afirmação, contudo, não explica o porquê dos preços continuarem a subir nos anos seguintes.

²¹ Entre 1920 e 1923 a taxa de câmbio despenca de 14,58 libras por mil réis para 5,42 libras/mil réis.

Enquanto os produtores de café já se organizavam eficientemente para uma intervenção do Estado no controle de preços, já na primeira década do século XX, o mate ainda seguia a lógica de livre mercado até o final da década de 1920. Os fatores que explicam a diferença nos níveis de desenvolvimento das suas regiões produtoras são diversos, mas a característica dos investimentos, sobretudo, é que condiciona os desdobramentos da acumulação nessas regiões. Assim, enquanto para o café, exigindo racionalidade na produção, invertiam-se consideráveis somas de capital, a erva-mate seguia como economia tecnologicamente pouco desenvolvida semi-industrial em boa medida e com unidades produtivas bem menores.

CORREIA FILHO (1957) afirmou que da época dos estudos de Couty àqueles dias, pouco havia se alterado no processo de produção do mate, no que tange as técnicas empregadas na primeira fase de preparo ainda nos ervais. Isso sem exageros já que à poda de todos os ramos da planta apesar de facilitar o sapeco, como bem observou COUTY (1880), vai contra uma técnica agrônômica mais sofisticada, que garantisse a recuperação mais rápida da planta e, portanto, maior rendimento na sua vida. Na secagem do mate CORREIA FILHO ainda relatou que, mesmo na década de 1950, eram raras as empresas que utilizavam de secadores mecânicos, sendo o barbaquá predominante.

Diante das limitações à produção e considerando ainda, a melhoria significativa que o conjunto de leis precedentes ocasionou à qualidade da erva-mate comercializada no mercado externo, a demanda se descolou da oferta e pressionou o preço a atingir seu pico em 1926²², ano que a produção também atingiu seu máximo, 92,6 mil toneladas, sem que fosse suficiente.

O esgotamento das possibilidades de valorização da erva-mate brasileira em meio a uma conjuntura política e econômica que favorecia a intervenção estatal (mesmo de início ocorrendo de forma descentralizada) promoveu o debate sobre a estruturação de medidas de controle e intervenção sistemática nesse mercado. Em Santa Catarina, por iniciativa dos produtores e exportadores, surgiu em 1927, na cidade de Joinville (o centro ervateiro catarinense) o Instituto do Mate de Santa Catarina (que teve estatuto aprovado pelo decreto estadual nº42, de 15 de outubro de 1928). Os objetivos do organismo privado: defender a

²² Contribuindo o fato de que, em 1926, empréstimos contraídos no exterior pelo Estado de São Paulo e pelo Governo Central, de 50 milhões de libras e 60 milhões de dólares, respectivamente, levaram a uma valorização da moeda nacional.

produção, promover o produto e estabilizar os preços, até então muito oscilantes, estabelecendo normas de padronização e tipos comerciais, levantando e sistematizando cada fase da indústria e os negócios, fixando período de colheita, preservando e até proibindo a derrubada de ervais, estabelecendo normas para rastreabilidade e incentivando inovações tecnológicas. Os recursos para seu funcionamento partiram do próprio setor, que foi sobretaxado inicialmente a 5 réis por quilo exportado (decreto estadual nº54, de 2 de dezembro de 1927), depois a 10 réis por quilo exportado (decreto estadual nº17, de 7 de março de 1930) e 60 réis por quilo vendido no mercado interno (decreto estadual nº11 de 18 de fevereiro de 1935) e, por fim, estendida a sobretaxa de 60 réis por quilo também para a erva exportada. Isso a fim de constituir um fundo de subvenção à propaganda do mate, que era repassado mensalmente ao Instituto.²³

No Paraná, em 1928, por pressão dos poderosos coronéis do mate, foi criado pelo governo do estado (lei “Fontana”, lei nº. 2.559, de 02 de abril de 1928) o Instituto do Mate do Paraná, que passou a sediar-se em Curitiba. Assim como no seu par catarinense a presença do governo era restrita, basicamente para angariar recursos e oficializar os estatutos e diretorias.

Em Porto Alegre, em 1929, os argumentos utilizados pelos empresários passavam pela questão do aumento das receitas do estado. Mas serviam para o caso de êxito da propaganda levar ao aumento dos preços internacionais, já que pela constituição de 1891 cabia aos estados à definição das alíquotas de exportação e ao benefício fiscal do comércio exterior. Um ano depois, com nova constituição, que transferia ao Governo Federal tal benefício fiscal, o argumento perderia o sentido.

Os institutos funcionavam de forma associativa onde, conforme ARANHA os produtores de dentro tinham menores custos de produção. Não há estatísticas, contudo, que mostrem ser essa economia maior que a sobretaxa que pagavam para pertencer a esse grupo seletivo. A medida do Governo Federal de criar Cooperativas para aqueles produtores marginais, todavia, indica que essa vantagem existia. Outra iniciativa do Governo Federal no sentido de organizar os produtores foi a de

²³ Contudo a carga tributária crescente não foi assimilada pelos produtores sem ressalvas, como se observa no jornal Avante de Ouro Verde (Canoinhas-SC) em 1930, onde se lê uma crítica de um colunista a burocracia que se formou a partir da regulação da produção ervateira e das instituições públicas ineficazes, cujos dispêndios recaíam sobre o preço do mate e se sugere a organização cooperativa dos produtores. (ANDRADE, 1930).

estimular a criação de centros exportadores a grandes mercados específicos, além do Centro dos Cancheadores.

A atuação dos institutos estaduais, contudo, não foi nem de longe suficiente para conter a queda dos preços na década de 1930. Como resultado, as iniciativas localizadas e descoordenadas, sem ao menos servir para uma incorporação de técnicas ou melhorias infraestruturais estavam fadadas ao fracasso.

Em 1935, diante do fracasso dos institutos estaduais, os produtores após reuniões e debates em forma de Comissão Interestadual dos Produtores de Mate (que reunia representantes de todos os municípios ervateiros do Paraná e Santa Catarina) tomaram por bem atuar de forma cooperativa, chegando existir 112 dessas associações (BACILLA, 1940).

O movimento não cessa por aí: ainda virão as federações de produtores nos três estados sulinos e, em abril de 1936 a Confederação Nacional, Criada em Mafra, no planalto norte catarinense. ARANHA afirma que esse movimento acabou por transformar o mercado ofertante de mate de concorrencial imperfeito em monopolista, liderado pelos maiores produtores, o que acabaria, via Mark-up elevando a taxa de lucro do setor (mantido a estrutura produtiva que não poderia ser transformada de um ano para outro) e elevando-se os preços. É bem verdade que em 1937 há uma pequena elevação nos preços da tonelada de mate, assim como também houve com o café. Desta forma, entendemos que isso não se constitui prova de que a criação da confederação tenha surtido algum tipo de efeito positivo como seria de se esperar de uma transformação de uma estrutura concorrencial, mesmo que imperfeita em uma estrutura monopolística.

Talvez o maior mérito da confederação tenha sido a pressão ao Governo Federal pela organização de uma rede de armazéns, de cooperativas de consumo, crédito e produção. A atuação desses organismos todos permitiu uma queda mais amena da atividade ervateira, mas não conseguiu abrandar a volatilidade altíssima dos preços da tonelada de erva²⁴.

No mercado interno o consumo do mate ficou praticamente restrito aos estados do sul. É importante notar que mesmo aqui ainda há uma diferenciação na forma de consumo do mate, à medida que o século

²⁴ Foi usado como medida de volatilidade o coeficiente de variação (desvio padrão dividido pela média móvel) de cinco anos anteriores. Calculado para o intervalo de 1835 a 1939 os períodos de maior volatilidade foram de 1856-62, 1891-97, 1921-27 e, justamente, 1931-39.

XX trazia o processo de urbanização e desenvolvimento das principais cidades. Pois à medida que se formava uma burguesia nacional e se intensificava nessas cidades a disparidade entre as classes mais abastadas e os trabalhadores surgia, através da cópia do estilo de vida europeu, diferenciação na forma de consumo da erva-mate. Os ricos, tendo em mente o estereótipo inglês de homens e mulheres civilizados, passaram a preferir o consumo de chá, enquanto o chimarrão era visto até mesmo como uma forma bárbara de preparo da bebida. (BOGUSZEWSKI, 2007).

Naquele momento, em 1938, a firma Leão Junior & Cia, então um dos maiores capitalistas ervateiros do Paraná, lançou ao mercado nacional um novo produto, o chá da folha de mate queimada (BOGUSZEWSKI, 2007). Diante das dificuldades de importação dos chás estrangeiros durante a Segunda Guerra e alçado ao mercado interno por um considerável investimento em propaganda o chá mate acabou por se firmar. É bem verdade que a idéia não surgira ali, outras firmas já produziam, desde a década de 1910, tipos diferentes de chá mate e outras bebidas a base de erva-mate, quase sempre destinados à exportação (ALMANAK LAEMERT, 1918).

Outras empresas provavelmente adotaram medidas parecidas a da Leão Junior. Isso contribuiu para dar um novo ânimo para a indústria ervateira no Brasil. Como é de se esperar, houve a partir disso uma diferenciação ainda maior entre as firmas produtoras, ficando às menores com os produtos de menor intensidade em capital.

A crise do início da década de 1930 atingiu profundamente todas as economias sul-americanas. Em 1931 o Uruguai decretou moratória aos pagamentos internacionais e restringiu suas importações; em 1932 o abandono do padrão ouro pelo Chile e a redução de suas importações; em 1933 foi à vez de a Argentina tomar as medidas dilatórias dos pagamentos externos e, ainda, aprofundar seu processo de substituição de importações, inclusive estendendo seus ervais e sua indústria do mate. Inquestionavelmente, o processo de substituição de importações na Argentina, com plantio de ervais e instalação de engenhos no norte do país, que da década de 1930 a diante fez diminuir as exportações, daqui para lá gradualmente até não haverem mais na década de 1950, foi o principal motivo para o encolhimento do mercado ervateiro brasileiro.

Do lado interno, a década de 1930 representa um período de profundas mudanças políticas e econômico-sociais, percebendo-se, em meio a todo um quadro extremamente complexo imposto pela crise, uma transição das prioridades na condução das políticas econômicas.

Em uma curva fortemente correlacionada com a do café, já desde a década de 1910, os preços e a renda do setor ervateiro entram em queda livre. A tendência baixista não se reverteria até o início da década de 1950.

Neste meio foi criado o Instituto Nacional do Mate (Decreto-lei nº 375, de 13 de abril de 1938), o elo regulador do complexo ervateiro. Toda a capacidade de articulação dos institutos e órgãos estaduais seria centralizada no INM.

Quando da criação do Instituto Nacional do Mate, o complexo ervateiro não era a principal atividade econômica dos estados do sul do Brasil. Acontece que a marcha de expansão da economia brasileira promovida pelo surgimento da indústria e pelo processo de industrialização, mesmo que ainda restringida, levou a uma diversificação de atividades e a uma profunda transformação tecnológica. A centralização do comando da economia sob um poder público federal disciplinou os investimentos a fim de promover um intenso processo de substituição de importações. A acumulação promovida nos setores exportadores em sua fase áurea permitiu a diferenciação social e a formação dos aportes de capital a serem invertidos no setor industrial. A partir daí o mate perde trono, deixa de ser a atividade motriz do sul do país.

Paralelamente condições históricas regionais também são responsáveis pela redução da produção. Sendo um recurso florestal e tendo o grosso da sua produção associado ao extrativismo em ervais nativos, o principal motivo para as quedas no volume de produção é a redução da área de floresta. Seja para exploração da madeira ou pelo avanço das lavouras, a derrubada da mata com araucárias implica a redução dos ervais (ANDRADE, 2004). O baixo valor econômico da floresta intacta (do extrativismo) associado à urbanização e a expansão da fronteira agrícola responderiam por um longo desmatamento, nas décadas seguintes.

Apesar das intempéries do mercado, o resultado é que entre a década de 1830 ao início do século XX a renda auferida pela atividade ervateira seguia trajetória de elevação, ora pelos preços ascendentes, ora pela expansão do volume produzido. Os investimentos de novos capitais concentravam-se no meio urbano, nas atividades de beneficiamento e acessórias da indústria ervateira, que se tornavam cada vez mais complexas, quando se ia adicionando elementos do capitalismo moderno e indústrias como a gráfica, por exemplo, surgiram para servir a atividade ervateira em expansão. No meio rural os períodos de expansão da produção de erva-mate representavam alargamento da fronteira com

extrativismo mercantil. Assim foram-se espraiando ervais subordinados a esses centros urbanos ervateiros e, conseqüentemente ao modelo de economia reflexa pelo terceiro planalto do Paraná, pelo que é hoje o sul do Mato Grosso do Sul, e pelo planalto catarinense. Após algumas décadas Ponta Porã tornou-se o principal centro de convergência da produção ervateira de Mato Grosso do Sul (FERNANDES, 2011), assim como Joinville o foi para o complexo ervateiro catarinense e Curitiba (em outra magnitude), para o paranaense. Diferente da produção gaúcha de mate, que mal abastecia o consumo no próprio estado, a produção catarinense e também paranaense dividia-se entre o mercado interno e externo. O Mato Grosso dedicou-se quase que exclusivamente à exportação. (MORAES, 2010).

4. O COMPLEXO ERVATEIRO CATARINENSE: OS ERVAIS E A COLONIZAÇÃO.

A erva-mate é uma planta que se distribui naturalmente por boa parte do território brasileiro, onde fica a maior parte da área de sua ocorrência, mais de 80%, de um total de floresta de 540 mil km². A planta constitui o extrato inferior e médio da floresta que se associa, não raramente vista à sombra das araucárias, na Floresta Ombrófila Mista Montana, mas também entre a Floresta Estacional Semidecidual do norte do Paraná e no Mato Grosso do Sul e rara na Floresta Ombrófila Densa. A *Ilex Paraguariensis de Saint Hilaire* é comum também aos países platinos, sendo encontrada no Paraguai, norte da Argentina e em uma pequena área do Uruguai. Em áreas menores também existe nos estados brasileiros de São Paulo (Serra da Cantareira e no sul), Rio de Janeiro (Itatiaia) e em Minas Gerais (no sul). Mas é entre os estados sulinos e no sul do Mato Grosso do Sul que sua incidência é vasta, a ponto de fazer parte da história cultural desses estados, sobretudo das regiões planálticas dos três estados sulinos, onde se constituiu no mais importante recurso florestal não madeireiro (ANDRADE, 2004).

Nessa parte do texto o recorte espacial escolhido não obedece exclusivamente ao caráter físico, tratando da distribuição da *Ilex Paraguariensis*, a erva-mate pelo que é hoje território administrativo do estado de Santa Catarina, mas se refere principalmente a um conjunto de regiões que tiveram a atividade ervateira — ou seja, a extração, o beneficiamento, transporte ou comercialização — como algo em comum, uma grande região com atividades ervateiras. Por isso incluímos no recorte o norte do estado de Santa Catarina como região abrangida pelo complexo ervateiro.

O texto que segue pretende sintetizar o processo de povoamento das regiões ervateiras de Santa Catarina e introduzir um debate sobre semelhanças e discrepâncias que acabaram por constituir uma diferenciação espacial. Isto porque a exploração dos ervais e a colonização dessas regiões são duas faces de uma mesma moeda, já que a erva-mate serviu como atividade de fixação dos colonos, que se “adaptaram logo às técnicas da produção ervateira” (LINHARES, 1969, pg. 8), constituindo vanguarda na geração de emprego e renda.

Esta parte de um trabalho sobre o complexo ervateiro catarinense, ao invés de estar reservada para descobertas ou novas constatações sobre as origens étnicas da população do nosso recorte espacial, consiste, sobretudo, numa sistematização preliminar dos principais fluxos migratórios e mudanças demográficas que interessam ao estudo das

formações sociais em questão. Difícil é trabalhar com uma ordem cronológica rígida. Portanto o texto se prende mais ao entendimento dos movimentos observados nas diferentes regiões, e quando possível, traçando uma linha de tempo que facilite a compreensão dos processos.

4.1. Colonização e povoamento em Santa Catarina

As correntes migratórias para colonização do Brasil só se fazem sistemáticas a partir de meados do século XIX, apesar de antecedentes existirem, inclusive para parte do que é hoje território de Santa Catarina. Este primeiro acontecimento se deve a duas medidas da Coroa portuguesa, no ano de 1808, a abertura dos portos da colônia e a permissão de concessão de terras a estrangeiros. Ainda no mesmo século veremos a Lei de Terras, de 1850, que estabeleceu as bases para o novo processo de colonização no Brasil e que por sua data impactou diretamente o sul do país. De fato, a Lei de Terras, que no embate político surge como uma forma de combate ao poder do latifúndio, em linhas gerais, reforçou a exclusão dos não brancos ao direito da propriedade da terra (PAULILO, 1996).

Diferente do caso paulista, nas províncias da região sul os fluxos de imigrantes eram fixados em colônias, primeiro de alemães e italianos, depois de russos, poloneses, ucranianos, japoneses, etc. As condições que favoreciam a fixação de imigrantes nos estados do sul eram tanto de ordem natural — o quadro físico-geográfico é um dos determinantes naquele processo, com destaque ao clima e o solo fértil —, como de ordem social — a quantidade de terras devolutas que permitiu a concessão de terras aos colonos, a inexistência de latifúndio nas áreas de colonização e a pequena presença de trabalho escravo (VIEIRA; PEREIRA, 1997). Ao estudar a colonização em Santa Catarina nem de longe se observa homogeneidade ou padronização no processo. Pelo contrário, descontinuidade e heterogeneidade permitem que sejam identificadas formações sociais distintas, cada uma delas associada a uma forma específica de ocupação. Portanto, ao lado dos determinantes naturais veremos os sociais, como a origem da população, o tamanho das propriedades e a complexidade das técnicas empregadas na produção da vida material, como os elementos de diferenciação dessas regiões.

Como um corte metodológico, a colonização no Estado de Santa Catarina poderia ainda, ser dividida conforme a função dentro do modo de produção em dois períodos distintos. No primeiro colocaríamos a colonização com fim de assegurar estrategicamente a

ocupação do território pertencente a Coroa portuguesa, dada a eminente ameaça de invasão estrangeira nessas terras. Nessa primeira função da colonização no estado que se estende à primeira metade do século XIX, aparecem às figuras dos açorianos (vindos por volta de 1748) e alemães após 1850 como colonos-soldados. Ainda nessa fase a economia evidentemente pré-industrial, se constituía basicamente pela produção para subsistência das colônias, que concentradas no litoral com uma população bastante rarefeita e limitadíssimas relações internas e externas, pouca dinâmica apresentavam. As propriedades já nessa fase eram predominantemente pequenas. Além da pesca da baleia, alguns poucos produtos tinham exploração mercantil e a própria produção era restrita (basicamente mandioca, o algodão, a cana-de-açúcar, açúcar e aguardente, peixe seco, arroz, milho e café). O traço que melhor caracteriza a colonização até então é de que as colônias serviam como ponto de defesa a incursões estrangeiras e como de fato o foi principalmente, de indígenas às rotas das tropas de gado e mulas no trajeto do Rio Grande do Sul a Sorocaba (LENZI, 2000).

Na segunda fase de colonização no estado de Santa Catarina, pós 1850, o caráter político do povoamento se difere, havendo a partir de então, um forte interesse na prosperidade econômica das colônias. O sul do Brasil desponta como uma região abastecedora de gêneros alimentícios do mercado do sudeste em expansão (expansão cafeeira). O país se via em meio a um rearranjo econômico, que se fez sentir em todo o território. O fluxo de imigrantes se intensificou com a política estatal deliberada de ocupação por imigrantes brancos vindos da Europa (não açorianos). Mais tarde a colonização do território catarinense seguiu com pessoas de ascendentes teuto-brasileiros e ítalo-brasileiros vindos das colônias saturadas (dada à forma de exploração da terra) do Rio Grande do Sul. A diversidade de produtos para consumo próprio e principalmente destinados à comercialização contrasta com o período anterior. A população vai aumentando rapidamente, a taxas de crescimento superior a nacional. As vias de comunicação passam a conectar internamente as regiões (mesmo que inicialmente bastante precárias) e a permitir a intensificação do fluxo de pessoas e mercadorias externamente. Nessa fase se enquadram as colônias das regiões ervateiras de Santa Catarina.

4.2. Povoamento do planalto catarinense

Depois da zona litorânea a ocupação não indígena das terras catarinenses se deu na parte oriental do planalto, especialmente nas

proximidades das rotas de tropeiros (planalto norte e planalto lageano). Por volta do século XVII e meados do século XVIII, Portugal resolve povoar o Brasil meridional, terras que não o pertenciam pelo Tratado de Tordesilhas. Incorporar o rebanho bovino missioneiro, distribuir parte da população de agregados e mestiços livres concentrados na região de São Vicente, em São Paulo, e prover a colônia de bens de subsistência eram alguns dos motivos das bandeiras que vieram para o sul. Deslocavam-se bandeirantes que traziam família, escravos, gado, armas e ferramentas. O povoamento de todo o planalto catarinense está também intimamente ligado ao tropeirismo. Já por volta da metade do século XVIII²⁵ correntes migratórias paulistas continuavam a avançar pelo planalto meridional brasileiro na contra mão do fluxo de tropas de gado que seguiam para Sorocaba²⁶, fazendo surgir povoados nos campos naturais de cima da serra, como em Lages, Curitibanos e Campos Novos, ou em áreas desmatadas para a criação de gado no planalto norte — na bacia do rio Iguazu, onde ficam Porto União, Canoinhas e Mafra. A atividade pastoril era, portanto, característica dessa ocupação (VIEIRA E PEREIRA, 1997). Atividades extrativistas com grande peso econômico como o caso da erva-mate, também foram comuns a essa formação social.

Quando os paulistas, portugueses e brasileiros de ascendência portuguesa já adaptados à difícil lida diária na colônia se deslocaram para (o que hoje é) o planalto catarinense, o fizeram sabendo da possibilidade de criação de gado nos campos naturais da região de Lages, tendo como atrativo a possibilidade de obterem sesmarias onde se instalassem. A política da Coroa portuguesa era de domínio do trajeto Viamão-Sorocaba (com ordem expressa para criação de povoados ao longo da via), em momento que sucessivos tratados entre Portugal e Espanha tornavam instável a definição dos territórios. As primeiras povoações seriam em Lages, fundada em 1766, e na bacia do Iguazu, Nossa Senhora da Vitória (que daria origem a Porto União e União da Vitória), em 1769. Desses pontos os paulistas se espalharam pelo planalto, sempre com o objetivo econômico da criação de gado. Dada as condições naturais mais favoráveis na alta bacia do Rio Uruguai, com

²⁵ Em 1771 Lages foi elevada a categoria de vila. (CAMPOS, 2004)

²⁶ Como fica nítido pela influência cultural gaúcha sobre o planalto catarinense, as migrações que serviram para povoar a região também seguiram o sentido norte. PIAZZA (1983, pg. 585) afirma que as fundações de fazendas no planalto, ao longo do “caminho do sul” (entre Vacaria e o centro oeste brasileiro) são feitas por “gente de Lages ou sob sua inspiração”.

pastos naturais e áreas de mata, que poderiam ser agricultadas contrastando com as condições naturais da bacia do Iguaçu, os criadores da região de Lages, Campos Novos e Curitibanos foram mais prósperos do que nas fazendas do norte do planalto da província. As condições materiais dessas localidades eram bastante precárias com produções limitadas, basicamente gado e mate, e uma economia extremamente desmonetizada. Somente mais tarde, no século XX, a parte mais oriental do planalto receberia também pessoas e influência das expansões das colônias dos vales atlânticos. Até então, a maior penetração no planalto de migrantes vindos por norte e sul, evidencia a extrema dificuldade na ligação litoral-planalto, dado as características do relevo catarinense (PELUSO JUNIOR, 1970). Pelo mesmo motivo a capital, Florianópolis, diferentemente das outras capitais sulinas, não teve a capacidade de drenar as riquezas e as mercadorias geradas no interior, permitindo a formação de diversos pólos regionais de significativa importância.

Na medida em que se desenvolviam esses povoados de cima da serra e também os núcleos de ocupação litorâneos, intensificavam-se as transações comerciais entre as regiões e surgiam os novos — e poucos — caminhos no sentido planalto/litoral, permitindo que tropas seguissem essas novas direções para abastecimento de carne, mate e outras mercadorias levadas nos lombos das mulas em ambos os sentidos. A posterior colonização dos vales litorâneos por imigrantes europeus garantiria a segurança desses caminhos, permitindo também que as transações se avolumassem ainda mais. (CAMPOS, 2004).

Nas fazendas criatórias por todo o planalto os tipos ainda comuns na década de 1940 eram o fazendeiro, o patrono, e sua família, uma pequena elite branca no alto da pirâmide social; em alguns casos os arrendatários que em troca do pagamento de uma renda (normalmente em espécie, já que a economia era pouco monetizada), dispunham de alguma terra para agricultar. Vinham estes do litoral (vindos das colônias dos vales atlânticos) ou eram antigos agregados que passaram a se dedicar a agricultura; e os agregados, os menos favorecidos, eram mestiços e negros que viviam na fazenda e recebiam a “paga” (pagamento em crias de gado pelos seus serviços na lida diária com o gado da fazenda) e algum outro pagamento por outros trabalhos. Existia na fazenda um sentimento de pertencimento e nas relações entre o fazendeiro e seus agregados uma forte relação de compadrio (DIEGUES JUNIOR, 1960; PELUSO JR, 1991).

A fazenda também produzia algumas poucas culturas que serviam para auto abastecimento. Quase tudo o que não se produzia internamente era comprado nas viagens ao litoral, para onde eram levadas as

produções da fazenda, com destaque além do gado, para os derivados do leite. Todo esse sistema social existente na fazenda criadora do altiplano catarinense tem forte raiz no latifúndio paulista dos séculos XVII e XVIII (PELUSO JR, 1991).

Esse meio foi fértil para o surgimento da figura imponente dos coronéis. Com o cargo criado quando do aparecimento da Guarda Nacional, em 1831, o coronel, principalmente a partir da primeira república, ganhou um exacerbado poder em nível local. A figura do coronel, homem pertencente à classe dos proprietários no campo, representava poder de Estado. Daí resulta o mandonismo e os comuns abusos de poder que o coronel praticava impunemente. Também por isso as relações de compadrio se tornaram tão comuns, pela busca da segurança de ser um dos protegidos do coronel. Esse é mais um tipo que faz tão complexa a formação social do planalto catarinense.

Até meados do século XIX a colonização portuguesa no Brasil obedeceu a um sentido mais ou menos estrito, de constituir um fornecedor de produtos primários para o comércio europeu. A economia e a sociedade aqui se organizavam a partir do interesse externo e voltadas para fora. Esse traço essencial para entender todo o desenvolvimento posterior, permanecerá (PRADO JUNIOR, 1971). Mas há modificações significativas em algumas regiões do país, como Santa Catarina, nos fins daquele século, introduzidas a partir da formação do mercado interno. Assim devemos entender a evolução da economia brasileira, a partir daí como uma economia ainda de caráter primário-mercantil-exportador em fase de crescente urbanização. Algumas regiões tiveram com isso a incumbência de abastecer o mercado interno, sendo também esta a função do planalto no esquema de divisão territorial do trabalho, além da condição de exportador de madeira (com larga derrubada das florestas de araucária e imbuia) e mate.

Ao desenrolar do século XX o planalto catarinense experimenta mudanças substanciais. Os estorvos ao pleno desenvolvimento do capital que representavam as relações de compadrio (no campo), o poder do latifúndio e a baixa monetização da economia também foram sendo lentamente superados no movimento de expropriação e expulsão das massas de trabalhadores rurais, no surgimento dos objetos técnicos e na penetração das formas capitalistas de produção, a saber, a relação de assalariamento. O processo de libertação dos trabalhadores da condição de agregados (condição semelhante a semi-servidão), ou das amarras ideológicas que não o permitiam a livre oferta de seu trabalho, foi também o processo de dissociação entre trabalhador e meios de

produção. Em boa medida a decadência da economia do gado representou liberação de mão de obra para as atividades ervateiras²⁷.

Considerando que todo planalto norte catarinense até o início do último quartel do século XIX era esparsamente povoado com a presença de pequenas vilas, formadas pela passagem dos tropeiros, como Rio Negro e União da Vitória; e tendo em vista que a erva mate era explorada de forma aventureira, sem a racionalidade capitalista, tínhamos ali uma economia natural e um território de passagem. As modificações que a política de imigração (que visava demarcar território e defender fronteiras), tarefa entregue às companhias capitalistas colonizadoras e também às associações de trustes ferroviários; a abertura da Estrada Dona Francisca, a navegação dos rios Iguazu e Negro, integrando Porto União, Canoinhas e Mafra/Rio Negro, o início da exploração racional da erva mate em território catarinense e a construção de estradas de ferro, o crescimento acelerado decorrente desses processos quase simultâneos (ocorrendo entre o fim do século XIX e primeiros anos do século XX) transformaram a região de economia natural a mercantil, condição material para a reprodução simples do capital²⁸. Uma forma de “acumulação primitiva”²⁹, que convive com formas já avançadas do capitalismo.

4.3. Colônia Dona Francisca e sua expansão

Outro momento da colonização de Santa Catarina aconteceu nos vales litorâneos com imigrantes alemães (na metade norte do estado) e

²⁷ CHANG (1985) diz que a população de agregados migrou das fazendas de criação de gado para a região de ervais, engrossando a mão-de-obra ervateira, após o declínio da pecuária.

²⁸ Também é importante lembrar que cerca de 8000 trabalhadores (apesar da controvérsia sobre esse número) que vieram principalmente do Rio de Janeiro para construção da ferrovia do Contestado (tratada mais a frente) engrossaram a população do planalto catarinense, já que ao término das obras não foram levados ao seu lugar de origem e se estabeleceram espalhados pelo planalto de Santa Catarina. (AURAS, 1984)

²⁹ Acumulação primitiva é um pressuposto para o modo de produção capitalista, ponto de partida para entendimento da origem das classes modernas, especialmente no que tange a origem dos trabalhadores livres e despossuídos: a acumulação primitiva é o próprio processo de dissociação entre trabalhador e meios de produção (condição para expropriação de mais-valia). Esse movimento acontece na Europa do feudalismo e tem situação análoga no sul brasileiro dos fins do séculos XIX e meados do XX.

italianos (no sul), principalmente. Os motivos para a imigração de europeus não ibéricos para o sul do Brasil são diversos, mas destacaríamos como mais evidentes: a conjuntura européia da segunda revolução industrial, de marginalização de grandes contingentes populacionais (com destaque para Alemanha e Itália) e; as políticas de atração dessas pessoas para povoar lugares de interesse do governo brasileiro. Uma das características dos imigrantes de terem vivido na Europa em fase de industrialização, dará à formação sócio-espacial dos vales atlânticos de Santa Catarina, um ingrediente de sua diferenciação a partir de uma forma de produção da vida material onde a divisão social do trabalho é acentuada.

Os colonos que se instalaram em Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná cumpriam um papel de interesse das elites brasileiras, o de eliminar os povos indígenas que viviam nas áreas de mata (Xoklengs) e povoá-las. Ao mesmo tempo substituía-se o regime escravocrata. Logo, o colono deveria assumir a dupla função de um pequeno proprietário policultor e um soldado, que defendesse os caminhos de tropas e a própria colônia dos ataques indígenas, já que esses perdiam gradativamente seu território (MARCHESAN, 2003). Exterminar ou afugentar indígenas já era preocupação do poder público no início do século XIX, criando grupos de expedição³⁰ para esse fim e para indicar locais propícios para criação de colônias ou de pousos de tropas (CAMPOS, 2004).

A região de Joinville havia experimentado antes da chegada dos alemães um momento de colonização vicentista — ainda no século XVII juntamente com outros pontos do litoral catarinense, quando surgiram fazendas agrícolas — e uma experiência de colonização francesa baseada em idéias socialistas, como as de Charles Fourier. Essa última não teve grande repercussão. Na segunda metade do século XIX, a partir de 1851, iniciou a colonização massiva. Dos imigrantes que se instalaram no norte de Santa Catarina, a grande maioria vinha da Alemanha e assim o foi na Colônia Dona Francisca, que deu origem a cidade de Joinville, mesmo porque aquelas terras pertenciam ao Príncipe de Joinville, — recebidas como dote de sua esposa, Princesa D. Francisca — e o Príncipe contratou com uma empresa de colonização alemã, a Sociedade Colonizadora de Hamburgo, a colonização da área. Vieram também para a região, imigrantes da Suíça, Noruega, Dinamarca e Holanda (ALMANAK LAEMERT, 1922). Daqueles imigrantes

³⁰ Como exemplo, destacamos os “Pedestres”, bugreiros contratados pelo Governo da Província de Santa Catarina.

alemães, até a I Guerra Mundial, a maior parte era de agricultores. Contudo, também chegaram à região de Joinville uma parte de uma pequena elite que se evadiu da Europa por questões ideológicas (PELUSO JUNIOR, 1970).

A Colônia Dona Francisca foi instalada numa vasta área com terras que iam até o altiplano, onde hoje ficam os municípios catarinenses de Campo Alegre e São Bento do Sul. Ainda em cima da serra a sucessora da Sociedade Colonizadora Hamburgo, a Sociedade Colonizadora Hanseática, fundou a colônia Hansa, utilizando (a partir de 1897) de parte do excedente populacional da Colônia Dona Francisca, dando origem, posteriormente ao município de Corupá. O núcleo que deu origem a Joinville ficava em terreno colinoso, próximo à área de planície que era servida pelo rio Cachoeira. Esse rio permite acesso natural facilitado ao porto de São Francisco, sendo essa uma das características que mais tarde permite a atração de capitais a Joinville (PELUSO JUNIOR, 1970).

Na margem norte do Rio Negro, em 1829, ainda como território da Província de São Paulo foi criada uma colônia com imigrantes alemães. No fim daquele século, em 1891, foi fundada a Colônia Lucena, 33 km ao sul do rio Negro, que recebeu imigrantes em sua maioria poloneses (ALMANAK LAEMERT, 1910), mas também ingleses e rutenos. Alguns desses imigrantes, ingleses, alemães e eslavos, e seus descendentes deslocaram-se de suas colônias no (hoje) Paraná para o território catarinense, constituindo em menor grau a origem étnica da população do norte e planalto norte catarinense (PELUSO JUNIOR, 1970).

A partir da abertura da Estrada Dona Francisca, que viria se tornar o principal escoadouro do mate de cima da serra, começam a migrar capitais beneficiadores de erva mate da província do Paraná para a região de Joinville, buscando a menor tributação do produto e aproveitando da proximidade do porto de São Francisco. A migração se fez sentir no movimento do porto de Paranaguá, que diminuiu na época (PIAZZA, 1983; PAULILO, 1996). De fato a construção da Estrada Dona Francisca, iria implicar em mais um capítulo da questão de terras do conflito conhecido como Guerra do Contestado, já que instigou o governo do Paraná pressionado por ervateiros e exportadores de mate, a requerer também as terras do planalto norte de Santa Catarina, com vista de manter a arrecadação de tributos sobre a riqueza que tinha seu escoadouro deslocado (PIAZZA, 1983).

A integração entre a área de colonização alemã da região de Joinville e o planalto norte permitiram que excedentes populacionais

daquela primeira área se deslocassem para cima da serra, no intuito de aproveitar das riquezas naturais disponíveis (madeira e mate). Assim a parte nordeste do planalto de Santa Catarina veio se configurar como área de pequena produção mercantil (VIERA e PEREIRA, 1997).

Os capitalistas daqui surgirão entre os colonos que já vindos com alguma diferenciação social, exploram mão-de-obra alheia na produção de mercadorias destinadas a outros mercados. Seja pela conexão direta com esses mercados, que tinham por desempenhar também a atividade de comerciantes, ou seja, por serem intermediados por um comerciante. Serão os novos capitalistas também os artesãos independentes empenhados no abastecimento local de certas mercadorias, que não vinham em quantidade suficiente no contra fluxo do comércio com mercados de regiões de urbanização mais adiantada, que pela constante apropriação de trabalho alheio assalariado puderam acumular. Os pequenos capitais nas áreas de pequena propriedade, vão se avolumar com o crescimento do mercado interno. Nessa área de colonização alemã, desde o surgimento das colônias, a vida material já era mais complexa, já que os imigrantes vinham de uma Europa já em fase industrial avançada. As possibilidades para a acumulação de capital são infinitamente maiores, dado o maior grau de divisão do trabalho. A complexidade material só aumenta à medida que esse núcleo mais urbano continua recebendo produtores imigrantes, já dissociados dos seus meios de produção lá na Europa e já acostumados com a relação de assalariamento; ou ainda, com o crescimento demográfico de uma colônia razoavelmente bem sucedida, formando indivíduos também já acostumados com o trabalho urbano. Assim surge a base para o nascimento da indústria joinvilense.

4.4. Colonização do oeste e alto vale do Uruguai

Antes de colonizada a região do meio oeste e oeste de Santa Catarina era uma extensa área de domínio indígena, habitada inicialmente por uma população bastante rarefeita de índios Kaingang, pertencentes ao tronco Jê (LAVINA, 1999).

Mais tarde a região foi aos poucos sendo ocupada também por brasileiros mestiços, os caboclos³¹. Esses homens e mulheres viviam

³¹ Sobre caboclos, comuns ao planalto e oeste, elemento essencial no estudo da erva-mate e sem maiores generalizações, podemos caracterizar como o mestiço brasileiro. Gente de vida humilde, trabalhador rural. Normalmente, não tem a propriedade formal das terras que cultivava, mas sim a posse delas.

numa situação de indigência, sendo a posse a forma dominante de acesso a terra (NODARI, 2009). Por isso é importante destacar que a questão do contrabando de erva-mate cancheada dessa região ao estado do Paraná (que se beneficiava com a maior parte da renda auferida na cadeia produtiva, nesses casos) e também à argentina era praticamente permanente, dada a condição sócio-espacial da região Oeste de Santa Catarina, praticamente isolada do resto do estado, sem estabelecimentos que beneficiassem toda a produção, com uma população bastante humilde que pouco distinguia entre os compradores da sua erva (MORAES, 2010).

Essas terras normalmente não pertenciam ou interessavam aos latifundiários criadores de gado. A população mestiça vivia de uma agricultura de subsistência com forte teor de coletivismo, extraindo erva-mate, cultivando alguns produtos na roça e utilizando de alimentos encontrados na fauna e flora da região, caçando e coletando mel, pinhão, palmito, etc. À medida que as terras iam se valorizando e que os capitalistas e fazendeiros expulsavam³² os antigos moradores, essa população deslocava-se mais para oeste, em busca de terras desocupadas (AURAS, 1984). Outra parte da população do oeste chegara (ou descendia) de uma corrente de migração que partia dos campos de Guarapuava (então Província de São Paulo, hoje norte do estado do Paraná), chegava até Palmas (que equivale dizer sudoeste do Paraná) e daí alcançava o oeste do planalto catarinense. O pastoreio também era comum a essa população. Uma outra parte ainda era proveniente do Rio Grande do Sul, vinda, dentre outros motivos, pelos conflitos originados no estado vizinho. Ambas correntes são do século XIX (PIAZZA, 1983). É sabido que os deslocamentos populacionais decorrentes da Revolução Farroupilha, no Rio Grande do Sul, acabaram por desenvolver novas regiões ervateiras, contribuindo para a expansão da

Migrava à procura de terras devolutas, se interiorizando, porventura, quando suas terras eram tomadas por aqueles que diziam serem seus donos. O caboclo não tem como ambição qualquer tipo de enriquecimento e, portanto, fica a margem do mercado. Usa de técnicas de cultivo e ferramentas rudimentares. Planta e cria, basicamente para subsistência da sua família. Disso decorre o preconceito e a exclusão que sofreu na história da colonização sulina (NODARI, 2009).

³² O uso da força era recorrente. No caso da Brazil Railway Company, que construiu a ferrovia do contestado, havia um grupo paramilitar pago pela empresa para reprimir com uso da violência as manifestações de descontentamento dos trabalhadores e para expulsão dos caboclos. (AURAS, 1984)

produção durante o primeiro ciclo do mate no Brasil (ARANHA, 1967). É de se supor, também, a atividade ervateira que era comum ao terceiro planalto do Paraná, se fez ocupação dos migrantes vindos dos campos de Guarapuava.

A formação social da região do meio oeste e oeste catarinense, assim como parte do planalto norte de Santa Catarina, tal qual nos é possível observar hoje, só pode ser entendida a partir das mudanças ocorridas no século XX. Ao considerarmos isso, estamos na verdade trabalhando com a idéia de que houve nesses locais uma “substituição” da origem étnica da população dominante. Essa “substituição” da população não se deu sem que houvesse um enorme derramamento de sangue caboclo.

Para entender esse processo de colonização e de integração econômica da região ervateira catarinense seria necessário tratar de algumas das questões centrais da Guerra do Contestado. Mesmo que superficialmente podemos enumerar algumas dessas questões que tratam se não das mudanças econômico-político-sociais sofridas pela população. Dentre alguns destaques o abalo da superestrutura de poder que representava o coronelismo; o messianismo — como um elemento cultural/religioso importante para armar ideologicamente os caboclos contra a expropriação e crescente exclusão social sofrida e uma evidência do rompimento do sistema de relações de compadrio —; o processo de colonização (que promoveu efetivamente a substituição da origem étnica da população predominante); e as produções econômicas em jogo (pela questão dos grupos econômicos e pelo acirramento da disputa por fontes de receita tributária entre os estados de Santa Catarina e Paraná), especialmente as ligadas à ferrovia e à produção de mate. Estes dois últimos pontos nos interessam nesse trabalho, em especial. Ainda cabe ressaltar que apesar de a questão de disputa territorial entre Santa Catarina e Paraná dar nome ao conflito, que se arrastaria até o acordo de 1916, a questão territorial mesmo (entre os estados) é secundária para o estudo do conflito, já que pouco fizeram esses governos além de retórica política (AURAS, 1984)³³.

³³ Mesmo assim vale um breve esclarecimento já que o mate permeava a disputa territorial interna. Antes ainda da contestação de terras naquela região pelos paranaenses, os governos da Argentina e Brasil disputaram as mesmas terras, durante a segunda metade do século XIX. Após a invalidação do tratado de Santo Ildefonso — último tratado entre Espanha e Portugal sobre seus limites territoriais, que definia que os rios Peperi-guaçu e Santo Antônio formariam a linha divisória entre os territórios dessas coroas na América do Sul —, e por

A colonização que deu origem a atual formação social da região do meio oeste e oeste catarinense ocorreu, portanto, ainda na primeira metade do século XX. Os migrantes brasileiros de ascendência alemã e italiana, em sua maioria, vieram do Rio Grande do Sul em busca de melhores condições para constituir sua vida. De fato, o processo de migração começa dentro ainda do estado do Rio Grande do Sul, das “colônias velhas” (no centro-nordeste) para as “colônias novas”, mais ao norte e oeste do estado. Posteriormente, o movimento continua em direção à parte oeste do território catarinense. O crescimento demográfico acelerado e o, conseqüente, fracionamento das

desentendimento da localização das fronteiras definitivas, o Brasil considerou aquele território como seu. Isso porque entre 1810 e 1857 o território que viria formar a Argentina, separada da Espanha e de outros territórios platinos — num movimento de separação e desmembramento do Vice-Reinado do Rio da Prata —, não reclamou as terras. Logo que o fez o governo brasileiro criou as colônia militares de Chapecó e Chopim. O desfecho aconteceria muitos anos depois, em 1895, sendo que o Brasil teve a causa ganha por arbitramento do presidente norte-americano, Cheveland (AURAS, 1984; PAULILO, 1996; PIAZZA, 1983). A mesma região já havia sido disputada entre as coroas portuguesa e espanhola de forma que no passado houveram vários tratados sobre tal. A questão de terras ali é extremamente antiga e remonta a uma disputa entre famílias já em 1620 (PAULILO, 1996).

Havia controvérsia sobre os limites entre a Província de São Paulo e a de Santa Catarina, com criação posterior a primeira, mas grosso modo aceitava-se os limites dos rios Uruguai ao sul do planalto catarinense, e os rios Peperi-guaçu e Santo Antônio ao oeste e dos rios Iguaçu e seu afluente o Rio Negro ao norte do planalto como limites territoriais de Santa Catarina. A criação da Província do Paraná, por desmembramento de São Paulo, em 1853, põe em evidência já nos anos subsequentes a questão de limites interna, paralela à questão internacional. A disputa segue as vias administrativa e jurídica, com sucessivos ganhos de causa ao governo de Santa Catarina (como em 1904, 1909 e 1910), até por fim chegar ao acordo de 1916. é importante destacar que no acordo manteve-se os direitos privados reconhecidos até então na Província do Paraná e que a linha divisória entre os estados a partir de Porto União-SC e União da Vitória-PR no sentido oeste foi alterada reduzindo o território pretendido pelos catarinenses e reconhecendo os campos de Palmas como território da Província do Paraná. (PIAZZA, 1983).

Em 1943, mais uma vez a questão de terras volta à tona, mas dessa vez sem maiores implicações, serviu para uma forma de prevenção à contestação de terras pela Argentina. Para tal, foi criado um território federal que incluía o oeste catarinense o Território do Iguaçu. A medida duraria pouco tempo e viria ser revertida em 1946, anexando aquela área definitivamente ao território catarinense (PIAZZA, 1983).

propriedades pela distribuição de heranças, tendo em vista a deterioração das terras pelo uso da “rotação de terras”³⁴ como técnica predominante, aliados ao baixo preço das terras em comparação ao preço no Rio Grande do Sul, constituem conjuntamente o motivo principal para a migração³⁵ (MARCHESAN, 2003). Aquele mesmo método de cultura, devastação da mata e plantio, foi usado em larga escala também nas colônias de Santa Catarina, o que implicaria inclusive na diminuição da área de ervais nativos (PAULILO, 1996).

O processo de ocupação das terras da “última fronteira”, a partir da década de 1920, diferentemente do estado vizinho Rio Grande do Sul, foi conduzido por empresas capitalistas (a maioria delas ligadas de alguma forma ao grupo que construiu a Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande) que faziam da colonização seu negócio, comprando ou recebendo em troca de obras as terras pertencentes ao Estado e vendendo-as aos colonos. Inclusive esse processo se dá durante a formação do “cinturão” de abastecimento de produtos agropecuários para o sudeste e sul brasileiro, em fase de intensa urbanização fazendo com que a pequena produção da metade oeste de Santa Catarina já nascesse sob o comando daquele mercado, incentivada desde cedo por políticas públicas (VIEIRA e PEREIRA, 1997). Houve participação de empresários das agroindústrias em importantes cargos em todas as esferas do poder público, o que facilitou esse apoio estatal (PAULILO, 1996).

Ao final do processo o resultado é que o espaço antes ocupado por indígenas e caboclos tem somado a essas populações (quando não expulsas) famílias de ascendência teuto e ítalo ao lado de uma pequena

³⁴ O sistema de “rotação de terras”, também conhecido por “roça”, foi descrito por Waibel (1979), como método mais primitivo herdado de indígenas, que não se adequava as propriedades cada vez menores dado o fracionamento e que devido ao não uso de corretivos, seria responsável pela degradação do solo prejudicando a sua produtividade.

³⁵ Os motivos que levaram cada um dos indivíduos são os mais diversos, já que as fontes da informação sobre as novas terras e sobre a experiência da mudança de vida também eram variadas: “(...) agentes das companhias colonizadoras, de cartas de familiares e de amigos que já haviam migrado, de notícias e propagandas publicadas nos jornais, de anúncios nos rádios, livros, manuais, panfletos, almanaques, e de pregações de padres e pastores”. Era notável também a diversidade de argumentos usados pelos agentes das colonizadoras para persuadir os compradores de terras. Evidencia-se, contudo, o foco nas famílias numerosas e a comparação de preços das terras. (NODARI, 2009).

elite de ascendência portuguesa. A população total do que foi o município de Chapecó e o de Cruzeiro (equivalendo assim ao oeste e meio oeste de Santa Catarina) multiplicou-se por três entre a década de 1920 até a de 1940. Houve a partir daí uma renegociação das práticas culturais locais, entre as práticas trazidas pelos migrantes e das populações já ali estabelecidas, dando assim as características de uma formação social específica (NODARI, 2009).

A agropecuária que não experimentou até a primeira metade do século XX avanços técnicos que permitissem aumento da produtividade experimentou por outro lado inovações no produto vendo uma crescente especialização regional, fruto de uma adesão de mais e mais propriedades a culturas específicas e a criação de animais. Ao mesmo tempo a praça a que era destinada a produção local expandia-se a um ritmo histórico, como as do crescimento do mercado interno pós 1930.

Os pequenos produtores lançavam no mercado local e em mercados próximos (Laguna, Florianópolis, Blumenau, Joinville e São Francisco do Sul) seus excedentes de arroz, feijão, trigo, mandioca e milho, além do fumo. Era comum entre os agricultores colonos (que já tinham essa tradição no Rio Grande do Sul) a criação de porcos para consumo da própria família e para comercialização. Desde cedo havia comerciantes que conectavam essa região produtora, de produtos agropecuários sobretudo suínos aos mercados do sudeste, trazendo de lá produtos manufaturados (GOULARTI FILHO, 2002).

À medida que os meios de transporte melhorados (e como veremos a importância da ferrovia) intensificavam o fluxo de pessoas e mercadorias entre o litoral e o planalto, cresciam e destacavam-se localmente produções como a suína, que se deslocava do vale do Itajaí no sentido do oeste (COMASSETO, 2009). Na década de 1920, boa parte dos produtos exportados pelo município de Cruzeiro, o que corresponde a região do meio oeste catarinense, incluindo a área do município de Concórdia, era de suínos, banha e salame (Almanak Laemmert, 1927. pg. 1070). Ainda na mesma década, entre 1923 e 1924 as exportações de banha ultrapassaram em valor as exportações de mate, sendo essas as duas principais produções locais (Almanak Laemmert, 1926. Pg. 1093).

Os anos 1930 e 1940 representaram para esses colonos de ascendentes teuto e ítalos, por um lado, uma série de restrições culturais como proibição de falar a língua de seus antepassados e constantes suspeitas de contribuírem para a propagação do fascismo (PAULILO, 1996). A própria “Revolução de 30” significou a invasão de tropas e a requisição de alimentos e bens das famílias. Por outro lado a integração

do mercado interno, com a eliminação das barreiras tarifárias nas trocas entre estados e as obras de infraestrutura e novas vias de comunicação permitiram que a região ampliasse sua participação no abastecimento de produtos agropecuários em âmbito nacional, favorecendo a acumulação local.

Bom lembrar que aqui também houve uma intensa desapropriação de caboclos de suas terras, com sua humilde produção de subsistência levando esses homens e mulheres e seus descendentes a condição de ofertantes de sua força de trabalho, nas cidades que surgiam ou nas atividades rurais exploradas por grandes capitais (como no caso dos bóias-frias). O processo de formação de um exercito de trabalhadores disponíveis para a indústria/agroindústria (face urbana capitalista) começa antes mesmo de completada a transição ao capitalismo, em movimentos de despojamento das massas de trabalhadores rurais de seus meios de subsistência. Como o que ocorre com o surgimento dos objetos técnicos (estradas, ferrovia) que cortam o planalto catarinense e com o processo de colonização com migrantes das colônias de teuto e ítalo brasileiros do Rio Grande do Sul. Isto foi possível graças a “lei de terras”, de 1850, que prejudica os posseiros, dando propriedade da terra somente aqueles capazes de desembolsar o valor necessário para aquisição das terras das companhias colonizadoras capitalistas. Agora as terras tinham preço e a compra era a sua forma de acesso. Do mesmo modo esse movimento de privatização das terras subjuga a propriedade comunal à sua lógica. Essa foi desaparecendo a medida que as relações capitalistas dominavam. Os remanescentes simbolizam resistência.

Assim, enquanto a região do planalto norte, como todo o planalto catarinense, tem sua organização econômica pautada na grande propriedade essencialmente pastoril e no extrativismo vegetal as regiões de colonização posterior, como a região de colonização alemã da colônia Dona Francisca e sua expansão, e a região do meio oeste tem a pequena propriedade como base dos desdobramentos da acumulação de capital. Isto, por si, implica na diferenciação do grau de divisão social do trabalho e da complexidade da vida material em volta. Enquanto os instrumentos da rotina diária da vida rural e a maior auto-suficiência da unidade produtiva rural (a fazenda dotada de uma indústria doméstica rural suplementar) limitam o surgimento de novas atividades econômicas (sobretudo produtivas), as aglomerações populacionais, a necessidade de transações comerciais frequentes que supram as famílias de todo tipo de bens e a especialização produtiva (pela busca de eficiência da propriedade pequena) condição para sua sobrevivência,

levam essas áreas de pequena propriedade a um forte estímulo econômico. Enquanto uma representa baixa renda/consumo (dos produtores diretos) e baixa produtividade do trabalho³⁶, as outras, inversamente apresentavam as condições para maior divisão do trabalho e um desenvolvimento econômico inicial. Mas como fica evidente a partir dos anos 1980 só o fato de existir a pequena propriedade como predominante numa região não é suficiente para que se resolvam os problemas sociais, sobretudo o de acesso a terra e a fontes de renda. Séculos de exclusão se refletem nos dias mais atuais num elevado índice de indigência no campo, na formação de uma massa de trabalhadores sem terra ou de bóias-frias por todo o planalto e oeste de Santa Catarina. Contribui para a diferenciação espacial no Estado de Santa Catarina uma política de redistribuição desigual, que privilegiou ao longo dos anos os repasses de recursos aos municípios litorâneos.³⁷

³⁶ PELUSO JR (1991, pg. 108) já chamava a atenção para a baixa renda no campo, quando analisa uma fazenda de criação no planalto catarinense no início da década de 1940, quando escreve que “a Fazenda do Cedro vende em média, 100 a 150 cabeças [de gado de corte] por ano, o que significava, em 1942, a renda bruta de Cr\$ 40.000,00 a Cr\$60.000,00, isto é, de 3,3% a 5% do capital, renda que diminui quando computadas as despesas de produção”. Dessa renda sobrevivem o fazendeiro e família e todos seus agregados e família, cerca de 100 pessoas no total. Sobre a baixa produtividade do trabalho podemos apontar como causas evidentes a baixa capitalização e a organização econômica em que coexistem formas capitalistas de produção e formas pretéritas.

³⁷ Como se observa na reportagem atual sobre a desigualdade entre os repasses federais destinados ao litoral catarinense e a região do contestado. O ESTADO DE SÃO PAULO. Bancada de SC “esquece” Contestado na distribuição de verbas federais. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/nacional%2cbancada-de-sc-esquece-contestado-na-distribuicao-de-verbas-federais%2c835413%2c0.htm>.

5. NOTAS SOBRE ATIVIDADES ACESSÓRIAS E DESDOBRAMENTOS DO COMPLEXO ERVATEIRO

Há na evolução dos preços internacionais e dos preços em mil réis da tonelada de erva-mate exportado uma discrepância que denuncia a especulação promovida pelos comerciantes exportadores da mercadoria, que auferiam elevados lucros em períodos de elevação dos preços internacionais, não repassando todo o aumento para suas relações comerciais internas (ver Gráfico 4). ARANHA (1967), fala ainda, em nota de rodapé, do surgimento de estruturas de mercado monopsônicas e oligopsônicas nos portos. Isso faria com que o processo de concentração dos capitais (já centralizados) fosse ainda maior.

Sobre a formação do preço final da erva-mate exportada CORREIA FILHO (1957) extrai de COUTY, em “*Le maté et les conserves de viande: Rapport À Son Excellence Monsieur Le Ministre De L'agriculture Et Du Commerce*”, o que segue:

O preço da matéria-prima é diminuto. Os criadores de gado, quando possuem ervais em suas fazendas, permitem que os feitores e até escravos de sua confiança os explorem nas horas vagas, isentos de quaisquer ônus tal a insignificância do valor que lhes atribuem. Ainda depois de sapecada e seca no carijo, a carga de um animal, cerca de 100 quilos, vendia-se por 2\$000, em Castro (5 francos).

O preço, porém, ia crescendo com o transporte, para alcançar, em Ponta Grossa, 8 francos, em Campo Largo, 12 a 14, em Curitiba, 18 francos. Os engenhos litorâneos, de S. João e Antonina, já pagavam 24 a 28 francos por igual carga. Ademais, conforme a época a oscilação não raro, ia de 16 a 26 na capital, como ocorria quando copiosos aguaceiros danificavam as estradas, paralisando os tropeiros com as suas mercadorias, que escasseariam no mercado, daí se causando a alta nos preços. (pg 28)

Não era como afirmou o estudioso, somente o transporte o responsável pela escalada de preços das cargas de erva-mate, mas principalmente os atravessadores que lucravam com o negócio. OLIVEIRA (1974, pg. 41), sobre o mesmo tema, identifica três tipos de

comerciantes intermediários que eram responsáveis pela formação do preço do mate: “a) o ‘bodegueiro’ ou comerciante do interior que compra ou troca e armazena a erva; b) o exportador que compra do bodegueiro para fins de beneficiamento, embalagem e venda nos mercados nacionais e internacionais; c) o varejista, único elemento imprescindível para a distribuição comercial”. Esses comerciantes faziam o preço da mercadoria saltar de um mísero pagamento aos trabalhadores ervateiros, que mal garantia a subsistência das famílias envolvidas na colheita, sapeco e secagem, a valores que tornavam ricos e poderosos os barões do mate, que ostentavam luxo em seus palacetes nos centros urbanos dos complexos ervateiros.

Assim, os capitalistas ervateiros também puderam acumular capital suficiente para diversificar seus investimentos. Daí deriva uma das formas de desdobramentos da acumulação a partir do complexo ervateiro. Em boa medida esses lucros foram canalizados para atividades ainda acessórias do mate, mas também a setores desconexos que apresentavam retornos atraentes devido ao crescimento do mercado interno e assim os extravazamentos de capital do setor ervateiro acentavam-se no processo de substituição escalonada das importações vivido no país.

Há extrema dificuldade em esquematizar as estatísticas da atividade econômica do início do século XX nos municípios do nosso recorte espacial por diversos motivos, seja pela variada metodologia de apresentação dos dados — em muitos casos há um detalhamento maior para alguns municípios e para vários outros uma série de atividades comerciais, de serviços e até financeiras, são enquadradas simplesmente numa mesma rúbrica, como “Fazendas, armarinho, seccos e molhados, etc” (ALMANAK LAEMERT, 1912) —, ou mesmo por se considerar os hoje municípios catarinenses como partes de municípios pertencentes ao território do Paraná — como exemplo o ALMANAK LAEMERT de 1910 que considera “RIO NEGRO – Cidade, situada em ambas às margens do rio de mesmo nome”, (pg. 45). Não é possível, também elaborar estatísticas sobre o cultivo dos ervais paranaenses ou catarinenses já que encontramos nas fontes pesquisadas, quando muito, somente informação generalizada e sem nenhuma precisão sobre os municípios produtores³⁸. Mesmo assim é possível fazer algumas

³⁸ “Matte (cultivadores de): Grande parte da população do município se ocupa da extração da herva matte, sendo enorme a lista de nomes neste ramo de indústria” sobre Lapa-PR (ALMANAK, 1927. Pg. 569); ou “A metade da população se dedica a cultura e extração de herva matte, sendo essa a maior

observações bastante úteis sobre as atividades urbanas do complexo ervateiro, considerando que apesar de não serem completos os dados a que dispomos servem como amostragem e dessa forma ajudam a explicar a formação das economias locais.

Através desses dados percebemos que muitas vezes os empresários que atuavam com atividades ervateiras desempenhavam outras atividades empresariais, principalmente os donos de grandes engenhos que volta e meia participavam de sociedades empresariais nos ramos mais diversos — Além da firma Guimarães & Cia, com atuação em Curitiba, Ponta Grossa, Antonina e Paranaguá, que desempenhava papel desde agência de bancos ingleses e seguradoras, até firmas de navegação a vapor (segundo notabilidade do ALMANAK LAEMERT de 1919), um bom exemplo é da firma de Emílio Von Lisingen, que segundo BOGUSZEWSKI (2007), foi fundada em 1894 em Rio Negro, mas que aparece simplesmente como negociante e também como uma padaria no anuário estatístico de 1910; ou da companhia de navegação do Rio Negro, Kirchner & Cia, que tinha escritório em Curitiba, e que também figura entre negociantes no anuário do mesmo ano (ALMANAK LAEMERT, 1910 e 1922). Ao final da década de 1910, entre notabilidades, vêm-se anúncios das fábricas de erva-mate e de sacos e anagem de Manoel de Macedo, em Curitiba e Ponta Grossa.

Na mesma época percebemos uma nova tendência: que alguns empresários ervateiros passaram a se especializar também, em menor grau na exportação de madeira. Como o fazem a poderosa firma Leão Junior & Cia, ou a de Guilherme Xavier de Miranda (ALMANAK LAEMERT, 1918). Em Rio Negro, em 1927, Leopoldo de Almeida, exportador de erva-mate, também possuía uma serraria (ALMANAK LAEMERT, 1927, pg. 584). No mesmo ano em Chapecó, Antônio Caleffi, Elias Meneses de Oliveira e Alberto Bertier de Almeida, entre outros negócios, aparecem nessa dupla função, exportadores de mate e madeira (ALMANAK LAEMERT, 1927, pg. 1067). Ao analisar anos contínuos vêm-se mais e mais empresários envolvidos nos ramos madeireiro e ervateiro paralelamente.

Esses investimentos paralelos em setores diversos também existiram em Joinville, que tem como exemplo a firma A. Baptista & Cia, que além de engenho de erva-mate produzia “pregos, teias de

renda do município” para Cruzeiro - SC (Idem, pg. 1071); ou, ainda, “todos os agricultores cultivam ao mesmo tempo o mate”, para Itayópolis-SC (Ibidem, pg. 1080). Dizeres semelhantes são utilizados para outros municípios e outros anos do mesmo anuário.

arame, e arame farpado” (ALMANAK LAEMERT, 1910, pg. 29), e ainda consta como possuidora de loja do ramo de “ferragens, louças, tintas e etc.”. Ramo em que outras firmas com investimentos em comércio de exportação de erva-mate, como Henrique Jordan & Cia, H. A. Lepper, e Alexandre Schlemm também possuíam estabelecimento. Por sua vez essas firmas diversificavam seus capitais para os ramos mais diversos, como na produção de aguardente, fábrica de gelo e loja de armarinho, fazendas, ferragens e secos e molhados de Alexandre Schlemm, seja também, na atuação como armador funerário de outro grupo de capitalistas ervateiros, como Stein Irmãos — que beneficiavam café entre outras atividades — e igualmente Trinks Irmãos — armadores funerários, com loja de ferragens e uma tanoaria entre outros. Todos esses empresários e firmas também tinham outros negócios, que a cada ano diversificavam-se ainda mais (ALMANAK LAEMERT, 1922); Ainda em Joinville, também se encontra Francisco Gomes de Oliveira com empresas de fabricação de erva-mate e cal (ALMANAK LAEMERT, 1912), e tantos outros que seria necessário redigitar em planilhas os anuários estatísticos para se ter noção dessa teia de empreendimentos.

Nos outros municípios ervateiros a situação não é diferente, mas muda a magnitude dos volumes de capital disponíveis proporcionalmente a apropriação de riqueza do setor ervateiro pelo município em questão. Em São Bento, Olympio de Oliveira Nóbrega aparece como dono de engenho de beneficiar erva-mate e como negociante (ALMANAK LAEMERT, 1910); Em São Francisco do Sul José Basilio Correia, representante da companhia de navegação a vapor Hamburgo Gesellschaft, e José Antônio de Oliveira, dono de companhia de navegação costeira, também aparecem como proprietários de “fazendas” (ALMANAK LAEMERT, 1910).

Isso também não é exclusivo dos empresários de grande porte. Pequenos e médios também aparecem nos anuários da época com firmas em ramos diversificados — em 1912, José Guedes da Silva, proprietário de fábrica de erva-mate também possuía junto com seu filho, uma fábrica de sabão (ALMANAK LAEMERT, 1912). Em União da Vitória, Guilherme Koerner, exportador de erva-mate, também era negociante de secos e molhados (ALMANAK LAEMERT, 1927, pg. 1103). No meio oeste a situação é análoga. Em 1927, Luiz Giorno, Pedrini Primo Bigin e Arthur Pereira, três exportadores de mate em Cruzeiro, também tinham, cada um dos três, chapelaria e lojas de “armarinho, fazendas e modas”, lojas de “ferragens, louças e tintas”, além de atuarem como prestamistas

— que chamavam “capitalista” nos anuários da época — (ALMANAK LAEMERT, 1927, pg. 1071-1072).

Empresários com mesmo sobrenome em ramos correlatos também denunciam o poder econômico de algumas famílias — nosso exemplo ainda é dos Von Lisingen, que ainda em 1910, através de Heimart Von Lisingen, tem a propriedade de uma tanoaria ou barricaria em Rio Negro/Mafra e também dos Vogelsanger em Joinvile, que além da barricaria de Miguel Vogelsanger, encontramos uma serraria de Henb Vogelsanger (ALMANAK LAEMERT, 1910) e mais tarde a serraria de Frederico Vogelsanger (ALMANAK LAEMERT, 1927, pg. 1084). Para Joinvile podem ser citados os casos de Trinks Irmãos, Stein Irmãos e da família Urban e tantos outros casos. Certamente em nenhuma outra cidade da região ervateira de Santa Catarina há tantos casos de famílias de capitalistas ervateiros que possuam investimentos tão diversificados (ALMANAK LAEMERT, 1922). Os casos são numerosos e poderiam ser listados às dezenas, nos vários municípios. Mas o que se quer afirmar é que a atividade ervateira não era uma dedicação exclusiva, sendo que os investimentos dos empresários locais diversificavam-se. Havia porem, casos em que uma família inteira dedica-se a uma mesma atividade dentro do complexo ervateiro — como no caso dos Witt³⁹, de Mafra/Rio Negro, onde Alberto Witt, Ernesto Witt, Henrique Witt e Gustavo Witt são listados como proprietários de barricarias e tanoarias (ALMANAK LAEMERT, 1911).

Ainda é possível perceber que alguns dos capitais que ajudaram a constituir o complexo ervateiro catarinense provieram de setores em decadência, como da economia do gado — como dos fazendeiros de Porto União/União da Vitoria que são trabalhados no capítulo sobre os caminhos do mate. E os capitais ervateiros também não se limitavam a investimentos locais. Grandes firmas tinham investimentos em municípios distantes de sua origem — o melhor exemplo é da Companhia Industrial, a mais importante firma do ramo, montada por empresários de Joinville e que espriava filiais e investimentos relacionados com atividade ervateira da planície costeira até em cima da serra, até o ano de 1906 quando se extinguiu (ALMEIDA, 1979) —; com menor magnitude também vemos a firma A. Baptista & Cia (que foi sócio da Companhia Industrial), com investimentos em beneficiamento e casa de exportação de erva-mate em Joinville, mas que também tinha a própria agência de navegação em São Francisco do Sul,

³⁹ Que foram entrevistados no trabalho de conclusão do curso de história de LORENA (2008), sobre as barricarias de Mafra.

além de casa de exportação e engenho de erva-mate ali; É possível considerar como acessórios ao complexo os empreendimentos de Carl Hoepeck, de Florianópolis, em agência de navegação da Lloyd Bremen em São Francisco do Sul, já que seus trapiches na Bahia da Babitonga também serviam ao transporte de mate (ALMANAK LAEMERT, 1910). Sobre esses vários empreendimentos em localidade diversos, vale a pena citar o caso que registrou MAFRA (2008):

No Livro de Registros de Impostos no Arquivo Histórico de São Bento do Sul consta que no ano de 1903 foi aberta em Lençol no município de São Bento do Sul, a empresa Olsen & Ritzmann, ligada à erva-mate. Bernardo Olsen era um respeitado empresário, com comércio de secos e molhados, açougue na localidade de Lençol. Juntamente com seu cunhado Luis Ritzmann, fundaram a empresa de erva-mate e expandiram seus negócios para Rio Negrinho. Ritzmann vendeu seu negócio para seu irmão em 1909. Após o término da guerra do Contestado, Bernardo Olsen adquiriu grande área de terra e instalou a colônia agrícola São Bernardo, hoje Marcílio Dias. Atuando como exportador de erva-mate, mais tarde fundou também uma serraria e em 1919 inaugurou o barco Elfrida, que transportava erva-mate de Major Vieira até o porto de Marcílio Dias, de onde era exportado pelo trem. (...) Em 1917 – Em São Bento: possuía negócio com bebidas na localidade de Lençol; Negócio com venda de munições na localidade de Estrada do Lago; Negócio com drogaria na localidade de Ponte dos Vieiras. Nesse mesmo ano instalou em Rio Negrinho: Negócio com bebidas e restaurante (...). (MAFRA, 2008. Pg. 43).

Tantos outros exemplos ainda podem ser encontrados já que a acumulação ervateira acabava por propiciar uma massa de capital disponível, que ia sendo invertido em atividades nos ramos mais diversos sem um padrão definido — provavelmente de acordo com as necessidades de abastecimento local —, desde que gerassem lucros monetários.

O poder econômico dos capitalistas ervateiros também refletia um forte poder político local. MAFRA (2008, pg. 72-73) também fala sobre a hegemonia política dos empresários ervateiros na administração municipal de Joinville e São Bento do Sul, num largo intervalo de tempo que vai, pelo menos de 1890 até a década de 1920. Nesses municípios os empresários do mate ocuparam cargos na Câmara e na Superintendência Municipal. São diversos nomes, dentre os quais podemos destacar em Joinville Abdon Baptista, Procópio Gomes de Oliveira, Marinho de Souza Lobo e Ernesto Canac. Em São Bento empresários ervateiros (alguns ligados a Companhia Industrial e diretamente a Abdon Baptista), como Francisco Gery Kaminsky, Jorge Schlemm, Carlos Urban, João Wiese, Manoel Gomes Tavares (Superintendente por quatro mandatos consecutivos), João Wordell, Ignácio Fischer, Bernardo Olsen e Maximiliano Wagner merecem destaque. Em outros municípios do recorte a situação não é muito diferente, como na Campo Alegre do, duas vezes Superintendente Francisco Bueno Franco.

Mas ao final da década de 1920 torna-se extremamente difícil compreender de que forma os capitalistas ervateiros tocavam seus investimentos paralelos. É bem verdade que com a queda abrupta do preço e das exportações muitos empresários saíram definitivamente do setor, já nos primeiros anos de decadência. Assim nomes que antes vimos como exportadores de erva-mate ou donos de engenhos em Joinville são vistos somente em outros ramos: como os negócios de Miguel Vogelsanger, que foram tocados pela viúva do empresário, mas que não passam mais pela atividade ervateira; ou também dos negócios da firma Henrique Lepper & Cia, que migra para o setor madeireiro, entre outros; também Augusto Urban, a firma Jordan Gerken & Cia, a firma A. Baptista & Cia e muitas outras não são mais listadas entre exportadores ou engenhos de beneficiar erva-mate naquela cidade. Alberto Collin, que em anos anteriores possuía uma tanoaria, não mais a teria, é listado como proprietário de fábrica de arames e pregos e junto com seus filhos uma fábrica de beneficiar arroz (ALMANAK LAEMERT, 1927). Mesmo com esse enxugamento do número de empresários do ramo ervateiro, aqueles que continuam essa atividade mantinham também atividades empresariais paralelas, como Germano Stein, com fábrica de beneficiar arroz e outra de beneficiar café, além de loja de secos e molhados (ALMANAK LAEMERT, 1927). Algumas daquelas firmas que parecem ter saído da atividade ervateira em Joinville continuaram, pelo menos nos primeiros anos de retração da atividade ervateira, em outras cidades, como Mafra — é o caso da Jordan Gerken & Cia (ALMANAK LAEMERT, 1927).

Para GOULARTI FILHO (2002, pg. 163).

“A decadência das atividades ervateiras não causou muitos danos à economia joinvillense, porque simultaneamente as atividades urbanas e industriais estavam se multiplicando na forma de pequenas funilarias, oficinas de reparos, metalurgias, malharias e confecções, como a Metalúrgica Wetzel (1932), a Fábrica de Máquinas Raimann (1933), a Fundação Tupy (1938), a Metalurgia Douat (1948); e as malharias e confecções Bozler (1925), Vogelsanger (1926), Arp (1945), Campeã (1950), Princesa (1951) e Iracema (1958). Entre aquelas que se originaram do comércio, da erva-mate e em geral, e diversificaram para a indústria, destacam-se a Cia. Fabril Lepper, que começou no comércio em 1852 e tornou-se uma indústria em 1907; a Cia. Comercial Carlos Schneider, fundada em 1881 e que passou a fabricar parafusos em 1959; Douat, Rosa e Cia., uma casa comercial que em 1948 fundou uma metalúrgica; e a Buschle & Lepper fundada em 1943, que começou a produzir produtos químicos, fertilizantes, herbicidas, inseticidas e outros.”

Essa situação, a de que as atividades urbanas industriais e semi-industriais serviram como colchão amortecedor do impacto do arrefecimento da atividade ervateira, também se fez presente nos municípios serra acima, pois os desdobramentos da acumulação ervateira e, mais que isso, a elevação da renda monetária dessas regiões que a erva-mate proporcionou viabilizaram o surgimento de vários pequenos e médios empreendimentos naqueles municípios⁴⁰.

ALMEIDA (1979) diz terem sido os luso-brasileiros os responsáveis pela transformação da atividade de beneficiamento da erva-mate de artesanal para industrial. Contudo, em nossa análise dos anuários do início do século não foi possível identificar também uma

⁴⁰ A transformação dessas iniciativas privadas locais em indústrias tem a ver com a metamorfose do capital comercial em capital industrial e não será discutida nessa dissertação.

origem etnológica dos empresários, sendo encontrados os mais diversos sobrenomes entre eles, tanto em Joinville como nos outros municípios.

5.1. Principais atividades acessórias ao complexo ervateiro

Numa análise ainda mais aprofundada, percebemos que algumas das atividades do complexo, além da produção, beneficiamento, transporte e comercialização, foram de extrema importância para o desenvolvimento das economias locais e também tinham a capacidade de desdobrar-se, por sua vez numa série de outros investimentos. Dentre essas atividades merecem destaque as barricarias, as oficinas de carroções e a metalurgia que servia à atividade ferroviária. Dentre essas atividades destacadas, sem dúvida, as barricarias, ou tanoarias, como também podem ser chamadas, foram responsáveis por gerar uma dinâmica própria em lugares específicos, como em Mafra/Rio Negro.

Em geral, no início do século as pequenas tanoarias empregavam de 10 a 15 trabalhadores, dependendo de seu volume de produção. Os instrumentos não tinham muita sofisticação e eram produzidos por ferreiros e pequenas oficinas metalúrgicas locais — já em 1922 há registro de 17 ferrarias e 2 funilarias (ALMANACK LAEMERT, 1922) —, que ainda forneciam pregos e peças, e o trabalho, no início era artesanal — onde cada tanoeiro dominava todas as fases do processo produtivo, sem muita divisão técnica do trabalho. Em alguns casos o próprio tanoeiro produzia seus instrumentos de trabalho — como no caso citado no sítio do Museu Paranense do senhor Honório Ribas, tanoeiro até por volta de 1970. (MUSEU PARANAENSE, 2012; LORENA, 2008).

Em resumo as fases do processo de produção de uma barrica que poderia variar bastante em tamanho, consistiam em preparar a madeira, comprada de serrarias, cortando-a no formato de aduelas, e na montagem, que utilizava de algumas técnicas e outras peças de madeira ou metal — entre elas os anéis de segurança, feitos primeiramente de madeira de timbó e mais a frente por arcos de metal, afixados com pregos ou grampos. Após isso, vinha um acabamento de vedação e aplainamento. No auge da atividade, à medida que a necessidade de mais barricas pelos engenhos de erva-mate aumentava, parte do serviço era terceirizada passando a existir maior divisão do trabalho, chegando haver casos em que um estabelecimento confeccionava as peças e a oficina somente fazia a montagem final. Nesse momento a quantidade de pessoas empregadas nas maiores tanoarias poderia ficar entre 80 a 100 trabalhadores. (MUSEU PARANAENSE, 2012; LORENA, 2008).

Comumente utilizava-se da madeira de araucária para formar as aduelas, fundo e tampa das barricas. Para os instrumentos de trabalho a imbuia e a canela também eram empregadas. Como se utilizava somente do caule da araucária restando boa parte da planta sem uso para os tanoeiros houve certo desenvolvimento também da produção de carvão vegetal, usando principalmente os nós de pinho (MUSEU PARANAENSE, 2012; LORENA, 2008).

Transportadas por carrinheiros as barricas eram vendidas aos engenhos, que as enchiam de erva-mate socada, variando em peso de 5 kg até 100 kg cada. As barricas para transporte de mercadorias a granel eram a mercadoria principal das tanoarias, que também produziam barricas para uso doméstico. Fora a renda dos carrinheiros, serralheiros, carvoeiros e ferreiros, diversas famílias inteiras viviam diretamente da fabricação das barricas. LORENA (2008, pg. 40), que trabalhou entrevistas com ex-tanoeiros da cidade de Mafra como fonte, cita, além dos Witt e dos Frisch, entre as famílias envolvidas na fabricação das barricas, só no município de Mafra, as de: “Hugo Werner e Emilio Kondlasch, (...) Neudorf, Kondlash, Steclarn, Urbanists, Nascimento, Gusso, Endler, Wendt, Fragel, Mietz, Scheneider, Alberty, da Cruz, Girl”.

Assim como no Paraná, as marcas dos produtores catarinenses eram identificadas por selos circulares colados nas tampas das barricas. Estes rótulos litografados traziam informações do produtor, do importador e iam se tornando mais detalhados em desenhos e dizeres, se colorindo a medida que se desenvolvia as artes gráficas no Brasil, contribuindo para o desenvolvimento da imprensa local e da comunicação de uma forma geral (BOGUSZEWSKI, 2007).

Existiram nas três primeiras décadas do século XX barricarias pelo menos em São Bento, Campo Alegre, Mafra e Joinville (ALMANAK LAEMERT, vários anos). Além da erva-mate, as barricas, na ausência das modernas empilhadeiras eram empregadas em outros setores, em boa escala, até mesmo no transporte de peças da indústria metal-mecânica. Portanto, a explicação para a decadência também da atividade de tanoaria deriva pelo menos em Mafra, não do arrefecimento da atividade ervateira, mas primeiro, do emprego de outros tipos de embalagens para os produtos a granel, como os sacos de fibra vegetal e de papel kraft, e; segundo, das restrições ambientais ao corte da araucária, que deu por encerrada a atividade. As barricas que vieram para substituir os arcaicos surrões de couro acabaram também por ser substituídas no processo de complexificação da economia brasileira, deixando consideráveis montantes de capitais que se desdobraram, por

sua vez em outros setores, com destaques aos madeireiros, de metais e de carvão (LORENA, 2008).

Talvez com menor impacto que as barricarias e ainda com expressão datada, temos as oficinas de reparos e de construção de carroças que transportavam a erva-mate e também levavam de um lado a outro nos municípios as barricas, suas peças, ferramentas e tudo mais que se fizesse necessário à indústria ervateira. Um grupo especial dessas carroças era chamado de carroções “sãobentowagen”. Esses eram os veículos que desciam a serra pela Estrada Dona Francisca, carregados de barricas de mate puxados por cavalos.

Para produzi-los usava-se basicamente madeira e alguns componentes de metal. Além da mão de obra empregada nessas oficinas e dos carroceiros que dirigiam esses veículos, a atividade movimentava um conjunto de pequenas ferrarias, metalúrgicas, serrarias e marcenarias. Seu período de maior importância, impulsionando outras atividades, vai da última década do século XIX até metade da década de 1910. Porém só encontramos dados da atividade após 1922, em São Bento, onde Alfredo Tschocke e Otto Hannemann possuíam cada um, uma fábrica de veículos (ALMANAK LAEMERT, 1922), e, em 1927, em Mafra, onde Guilherme Selonke e Max Langer, além de Max Nehls, em Rio Negro, são listados como proprietários de Fábrica de Veículos (ALMANAK LAEMERT, 1927). Apesar disso presumimos que outras cidades que são nós importantes, para a rede rodoviária na época como o foi Campo Alegre, deveriam ter também essas oficinas. Além do mais no início do século XX, devido ao grande movimento de carroças na Estrada Dona Francisca, como evidenciam fotografias da época, essas oficinas deveriam ser abundantes, servindo ao complexo ervateiro e por sua vez, movimentando as economias locais.

Diante da necessidade de beneficiamento de cargas cada vez mais constantes de erva-mate que chegavam pelos carroções vindos do planalto, as pequenas serrarias e ferrarias locais que forneciam todo tipo de ferramentas e peças usadas nos moinhos de erva-mate, responderam pelo desenvolvimento dos novos aparelhos utilizados nos engenhos, como moedores mecânicos, abanadores mecânicos, separadores mecânicos, torradores, secadores e misturadores⁴¹.

⁴¹ Alguns aparelhos já eram utilizados desde uma década antes no Paraná, desenvolvidos por Gottlieb Müller, ferreiro e serralheiro, migrante suíço (SILVEIRA FILHO, 1997).

Os carroções, quando da construção da Estrada da Serra, substituíram a lentidão do transporte de erva-mate embalada em surrões de couro (que também eram obtidos nos curtumes da região integrados ao complexo ervateiro), que até então eram carregados nos lombos das mulas, e que persistiu até a década de 1880. Mas a modernização dos transportes não cessaria: primeiro o ramal ferroviário veio a substituir a maior parte do transporte por carroções e barcos, causando um forte impacto negativo para as atividades ligadas a fabricação e concertos das carroças e aos estaleiros (em Joinville, em Porto União/União da Vitória); mais tarde, nas décadas de 1930 e 1940, os automóveis trataram de completar essa substituição.

Como vemos, uma das atividades mais beneficiadas com o impulso econômico da formação do complexo ervateiro foi a metal-mecânica. Mas considere ainda que dentro do complexo ervateiro o elo que mais estimulou esse setor, certamente foi a ferrovia, pois suas oficinas e a manutenção dos trilhos demandavam largamente a produção de peças para reposição das máquinas, lingotes e ferramentas. A origem de algumas das indústrias metal-mecânicas de Joinville das décadas de 1910 a década de 1940, principalmente vem daí.⁴² Em 1927, em Joinville, havia oito fundições e oficinas mecânicas e cinco funilarias (ALMANAK LAEMERT, 1927, pg. 1083). Joinville, já àquela altura era o município do nosso recorte espacial com o maior número de empresas do ramo.

Em meio aos acontecimentos e processos descritos no capítulo sobre ervais e colonização e dando um forte impulso às atividades acessórias do complexo ervateiro alguns objetos técnicos se destacam e particularmente nos interessam ao estudar a evolução do mate. Esses objetos já permitiam que houvesse estreitamento entre Santa Catarina e o crescente mercado sul/sudeste brasileiro, além de permitirem o escoamento de mercadorias para fora das fronteiras nacionais. Entre eles estão o porto de São Francisco, as hidrovias (portos e companhias de navegação fluvial), a estrada Dona Francisca, a Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande e seu ramal São Francisco.

⁴² Inclusive a Fundação Tupy, ainda na década de 1970 fornecia material à ferrovia. (SUDESUL, 1978).

6. GRANDES OBJETOS TÉCNICOS NO PROCESSO DE INTEGRAÇÃO ECONÔMICA DO PLANALTO NORTE

Levando em conta que por atividades ervateiras entendemos a extração, o beneficiamento, o transporte e a comercialização do mate, e considerando ainda que ao longo do seu desenvolvimento essas atividades se combinam seguindo certa racionalidade e havendo uma intencionalidade da coexistência das várias estruturas para a sua produção e distribuição, podemos chamar as combinações destas atividades de complexo ervateiro. Dessa forma a atividade ervateira, ou o complexo ervateiro é a atividade econômica de maior impacto no início do século XX em boa parte do Planalto Norte e Norte catarinense.

A partir do ultimo quartel do século XIX até meados da década de 1940, esse complexo constituiu-se como principal indutor da renda e de novos investimentos naquela região. Nesse contexto, formou-se um sistema de transportes com investimentos estatais e privados. Verdadeiros caminhos abertos no meio natural em que os elementos, sobrepostos, ora combinavam-se, ora subordinavam e excluía uns aos outros, formando uma rede que tinha finalidade de escoar a produção de erva mate, mas que também abriu espaço para a circulação intra-regional de mercadorias e para o crescimento de outras atividades econômicas. Objetos técnicos construídos para conjuntamente e, assim mesmo, com contradições internas desempenhar o papel de propulsores para as potencialidades de uma atividade econômica local. A navegação fluvial, nos rios Iguazu, Negro e Canoinhas, a descida da serra pela estrada Dona Francisca até Joinville e o segundo trajeto via fluvial pelo rio Cachoeira até o porto de São Francisco formaram a primeira combinação de estruturas de transporte da erva mate no Estado. A ferrovia, após a entrada em operação da Linha São Francisco, em 1913, e que viria ligar Porto União ao porto de São Francisco, substituiu as outras vias em sua maior parte e as submeteu a condição de transporte secundário. Não obstante a modernização sofrida nos transportes até São Francisco do Sul, o porto daquela cidade teve de se adequar ao desembarque crescente de erva mate e madeira, vindos de cima da serra e destinados ao mercado externo. Assim, constantes obras de ampliação da capacidade de escoamento de carga dos trapiches privados na Baía da Babitonga e outras obras com recursos públicos seguiam a expansão das atividades ervateiras. Este sistema integrado de transporte promoveu a transformação das economias naturais em economias mercantis, dentro do padrão agrário-mercantil-exportador, predominante na economia brasileira do período. Os caminhos da erva mate contribuíram também

para a fixação de colonos na região e para a diversificação dos investimentos, seja pelo alcance a mercados longínquos ou estímulo ao fluxo de mercadorias na própria região, seja pela necessidade de criação de indústrias que os abasteciam.

6.1. Navegação fluvial

Como primeiro elo a ser trabalhado neste capítulo, escolhemos a navegação fluvial. Em se considerado uma região maior (dentro das possibilidades de tratar região como algo mutável, ou híbrido), assim tomando o que seria hoje o sul do estado do Paraná, a partir do rio Iguazu, até a região catarinense que é de fato nosso recorte espacial, podemos afirmar ser a navegação fluvial o primeiro elemento de transporte da erva mate a surgir depois dos primórdios da exploração mercantil da planta.

O Rio Iguazu tem cerca de 1.320 km, dos quais são navegáveis 360 km ao longo do Segundo Planalto Paranaense, desde a cidade de Porto Amazonas até Porto União (SC) e União da Vitória (PR). Os afluentes navegáveis mais importantes são o Rio Negro (165 km navegáveis), desde a cidade de Rio Negro (PR) e Mafra (SC), e os rios Potinga (110 km navegáveis), Timbó (50 km navegáveis) e Canoinhas (20 km navegáveis) (CORDEIRO; OLIVEIRA, 2008). Nesse rio a navegação já era praticada desde o período colonial, mas efetivamente a navegação a vapor iniciou em 1882. Através de Decreto Imperial (de nº. 7.248, de 19 de abril de 1879) foi concedido ao Coronel Amazonas de Araújo Marcondes,⁴³ o privilégio de estabelecer uma linha de navegação no Rio Iguazu desde a localidade de Caya-Canga até Porto União (BRASIL, 1880). Assim o primeiro vapor a trafegar foi o Cruzeiro, em 1882, numa viagem entre Porto Amazonas, no Paraná, e Porto União/União da Vitória. O Cruzeiro media cerca de 16 metros (80 palmos) de comprimento e 5,2 metros (26 palmos) de largura e tinha 18 cavalos de força. O vapor tinha ainda duas rodas nas laterais, para evitar as baixas do rio. O segundo vapor do Coronel Amazonas foi o Visconde de Guarapuava. Em seguida foi fundada a segunda companhia pertencente a Arthur de Paula e Souza⁴⁴, que tinha adquirido um barco utilizado no Rio Tibagi, o vapor Fontana. Anos mais tarde, o Coronel

⁴³ Fazendeiro criador de gado, que também atuava em ramos diversos. Foi possível identificar uma serraria no ALMANAK LAEMERT (1910).

⁴⁴ Outro fazendeiro criador de gado (ALMANAK LAEMERT, 1905).

Amazonas veio a vender seus dois navios para a companhia de navegação de Arthur de Paula e Souza (MANSUR, 1932).

Após estas duas iniciativas, começaram a surgir outras companhias de navegação fluvial, algumas possuindo apenas um barco, como a Beurmester, Thom & Cia de 1883, que era proprietária apenas do vapor Curitiba e fazia a travessia nas águas rasas do Rio Negro ao Rio Iguaçu. Outras companhias já surgiam com pequenas frotas de lanchas. Em 1899, já trafegavam no Rio Negro os vapores Brasil, Iguaçu e Rio Negro. Alguns barcos eram fabricados em União da Vitória, na firma de João Ihlenfeld, residente de União da Vitória, que por volta de 1905 mantinha em circulação no rio Iguaçu o vapor Tupy (ALMANAK LAEMMERT, 1905). Outros eram comprados em Santa Catarina e alguns eram até mesmo importados (BELLEGARD, 1935).

O sentido dos vapores no transporte de mate dependia do porto utilizado, Paranaguá, no Paraná, ou São Francisco em Santa Catarina. Mas de qualquer forma, pelo Rio Iguaçu os navios a vapor saíam/chegavam de Porto Amazonas-PR, passavam por São Mateus-PR, Rio Claro-PR e saíam/chegavam a União da Vitória-PR/Porto União-SC. Pelo Rio Negro, os barcos saíam/chegavam das cidades de Rio Negro-PR/Mafra-SC, passavam por Três Barras-SC e Canoinhas-SC (MARTINS, 1932). Em boa medida a navegação possibilitou aumentar o fluxo mercantil na região, dinamizando a pequena produção mercantil, e também contribuiu para fixar os novos imigrantes que chegaram à região. Os barcos maiores chegavam a levar até 800 sacos de erva-mate e cada lancha até 300 sacos. Já para as tábuas de madeira a capacidade de carga chegava a 4800 tábuas sendo 2400 no barco e 1200 em cada lancha rebocada. (REISEMBERG, 1984).

O fluxo de embarcações naqueles rios seguia um padrão quanto a intensidade: era mais intenso durante o período de colheita⁴⁵ da erva

⁴⁵ Esta nota tem o fim de um esclarecimento de cunho mais agrotécnico: A colheita das folhas pode ser realizada em qualquer época do ano, mas haverá melhor aproveitamento se acontecer no período de safra, entre maio e setembro, concentrada nos meses de junho a agosto. Outro sistema mais eficiente que a poda indiscriminada no ano é o de safra (no período normal) e safrinha, sendo que essa última ocorre entre dezembro e fevereiro. Esse sistema garante a renovação dos estoques das indústrias de erva-mate, garantindo homogeneidade do produto, e permite a recuperação dos ervais. O risco que esse sistema incorre é de que a planta morra ou de que não haja uma recuperação da folhagem (pelos problemas que acarretaria à brotação) em caso de ocorrência de geadas precoces. Também não funciona para ervais com excessiva insolação. Atualmente estudos técnicos recomendam um intervalo de colheita nos ervais

mate, reduzindo de forma considerável o número de viagens na entressafra. Um agravante vem da condição natural das secas que comprometiam a via natural, chegando por diversas vezes a interrupção em alguns trechos dos rios. Note-se aqui que algumas das embarcações eram equipadas com rodas laterais para evitar que encalhassem nesses pontos. Durante a entressafra e as secas para evitar queda nos rendimentos, as companhias de navegação atendiam o comércio local transportando mercadorias entre os diversos pequenos portos fluviais, principalmente a madeira (BACH, 2006; ANSBACH, 2008). Portanto a navegação fluvial, ocupada principalmente com o transporte da erva-mate, constituindo-se parte desse complexo serviu ao comércio intra-regional agudizando o estabelecimento das relações-pequeno-mercantis.

Em 1915, as várias empresas de navegação que atuavam na região e recebiam subvenções do governo paranaense, num total de 10 vapores, foram encampadas pelo governo estadual que formou a Lloyd Paranaense (PARANÁ, 1918; 1920). Mesmo assim, novas companhias privadas continuaram a ser formadas como a Empresa de Navegação Portes & Cia e a Leão Júnior & Cia. Ao todo, nos anos de 1920, trafegavam pelo Rio Iguaçu 28 navios de 12 companhias de navegação (REISEMBERG, 1984).

Em Canoinhas, a navegação era feita pelo Rio Canoinhas até o Rio Negro. Boa parte do fluxo mercantil com cidades mais ao norte era feita pela navegação fluvial, que junto com a erva-mate e madeira, tornou-se um dos pilares da economia local. O próprio surgimento da cidade está associado à navegação fluvial.

Atraídos pela erva mate e madeira, os primeiros colonizadores serviram-se do rio como via de comunicação natural. Foi justamente no ponto onde atracaram as primeiras embarcações e que passou a ser denominado de 'porto', que se ergueram as casas que assinalaram o início da cidade de Canoinhas (SILVA, 1940).

Em Mafra, nas margens do Rio Negro, também havia pequenos portos fluviais que eram freqüentados por várias embarcações de companhias locais.

nativos, não inferior a dois anos (ANDRADE, 2004). No final do século XIX e início do XX essa técnica já era largamente utilizada.

O Lloyd Paranaense era a principal companhia que operava no Rio Negro. Ambas as margens do rio, acima e bem próximo à ponte metálica, eram servidas de portos de embarque e ancoradouros das lanchas e vapores. Vapores e lanchas sulcavam o Rio Negro transportando, com seus traços pitorescos, o fruto do comércio com os povoados a beira rio de Mafra a Porto União (PREFEITURA MUNICIPAL DE MAFRA, 1967).

O desenvolvimento do complexo ervateiro catarinense, que passara a atrair capitais vindos de Curitiba e Paranaguá, já no início do século XX, reacendeu uma velha disputa territorial entre Santa Catarina e o Paraná, conhecida como o Acordo de Limites, em que o governo paranaense reivindicava todo o território do planalto norte e oeste catarinense. A alegação paranaense era de que aquelas terras já faziam parte de seu território quando a província tinha sido desmembrada de São Paulo (HEINSFELD, 1996). Durante a disputa, o governo do Estado do Paraná, pressionado por ervateiros e sentindo a redução de receitas do porto de Paranaguá, reforçava o desenvolvimento da navegação e defendia a construção do ramal ferroviário até São Francisco do Sul, com o objetivo de garantir os territórios pretendidos ao Paraná.

Já em 1893, como forma de contestação de terras pelo governo do Paraná, esse proibira a navegação no Rio Negro por catarinenses, julgando propriedade exclusiva do Paraná. Para o governo catarinense foi uma afronta, pois o direito de navegar era garantido pela Constituição.

Funda-se aquele governador, para justificar o seu ato arbitrário, no pretendido *uti possidetis*, que indebitamente exerce o Paraná na zona contestada a Santa Catarina, e da qual é divisa o Rio negro. Esquece, porém, o ilustre e distinto administrador que perante os princípios de direitos, esse *uti possidetis* entre Estados, não se pode estender a um rio navegável, como é o Rio Negro, e muito menos para fazer de sua navegação um monopólio ou privilégio exclusivo de uma empresa. (SANTA CATARINA, p. 15, 1893).

O Acordo de Limites foi assinado somente em 1916 com ganho de causa para Santa Catarina, que continuou com os territórios contestados naquela região. A construção da Linha São Francisco estendendo-se até Porto União, e um esforço do governo central serviram para apaziguar os governos dos estados.

A primeira combinação de modais de transportes constituintes do complexo ervateiro envolvia a navegação fluvial, portanto, tanto nos rios Iguaçu e Negro, como em rios menores, e uma estrada que fazia a conexão entre o litoral e o altiplano, a Estrada Dona Francisca. Após a erva-mate descer a serra do mar pela Estrada Dona Francisca, chegando a Joinville o transporte até o porto de São Francisco era feito novamente pela navegação fluvial ao longo do Rio Cachoeira numa pequena extensão de 10 km.

6.2. Estrada Dona Francisca

Com objetivo de consolidar a colonização do Brasil meridional e de explorar as riquezas naturais da região o governo central promoveu a construção da Estrada Dona Francisca (EDF), ligando Joinville a Rio Negro. Juntamente com a Estrada União Indústria, ligando o Rio de Janeiro a Juiz de Fora, a EDF inaugura um novo regime de construção de modernas estradas que se interiorizavam ainda no Segundo Império. O trabalho antes rudimentar e aventureiro, de abertura de picadas na mata que serviam como caminhos passavam a ser substituídos por projetos de engenharia administrados e financiados pelo Estado. Para isso eram contratadas companhias capitalistas que empregavam um misto de mão-de-obra assalariada e escrava. As estradas passaram a ser projetadas por engenheiros. Desta forma, no lugar dos antigos caminhos de tráfego trabalhoso e limitado foram surgindo estradas que utilizavam o sistema de macadame (que consistia em chão batido com camadas de pedra), pontes de concreto, meio fio, canaletas para vazão da água e recortes, e que, além disso, dispunham de manutenção constante.

A Estrada Dona Francisca, ou Estrada da Serra, como também era conhecida, era considerada fundamental para a consolidação da colonização no norte catarinense, uma vez que colocava o litoral em contato com o planalto, o que possibilitaria escoar a produção da erva mate pelo porto de São Francisco do Sul. Além disto, permitiria fundar novos núcleos coloniais serra acima, como foi o caso de São Bento do Sul, Rio Negrinho e Campo Alegre, nos Campos de São Miguel.

A situação antes de construída a EDF era bastante diferente. Ao final do século XIX todo o planalto catarinense era cortado por

caminhos de tropas. Aliás, eram os tropeiros os grandes responsáveis por conectar as regiões interioranas. No planalto norte catarinense, não era diferente. Passando por Rio Negro e União da Vitória havia um caminho de tropas que partia de Viamão e seguia sentido Ponta Grossa, se estendendo até Sorocaba. Mas na ligação planalto/litoral, não muito diferente dos outros pontos que ligavam o litoral catarinense ao altiplano, situada mais ao sul havia apenas uma picada que era pouco utilizada, dada à precariedade e as dificuldades da descida na Serra do Mar.

A EDF foi inicialmente aberta na forma de picada, ainda no ano de 1854, sob a coordenação da Sociedade Colonizadora de 1849 em Hamburgo. Àquela época, as obras da Estrada da Serra seguiam ora um ritmo mais lento, ora mais acelerado. A data oficial de início das obras da Estrada da Serra foi o dia 29 de março de 1858, a primeira frente de trabalho era formada por 40 trabalhadores, que logo em seguida passou a ter apoio financeiro do Império. A estrada teria 6 metros (30 palmos) e valetas abertas em ambos os lados (FICKER, 1965). Mais do que o início das obras, a possibilidade de abrir contatos comerciais com o planalto norte gerou expectativas favoráveis para a colônia e a Sociedade Colonizadora. (SOCIEDADE COLONIZADORA DE 1849 EM HAMBURGO, 1860).

Nos anos imediatos ao início das obras os repasses orçamentários do governo imperial atrasavam levando a lentidão e paralisação das obras. Todavia, a Sociedade Colonizadora tinha pressa, pois almejava tomar posse dos terrenos ao longo da estrada e começar a construção de ramais em direção ao vale do Itapocu e da Colônia de Blumenau.

Pelo acordo no contrato assinado (em 1º de maio) 1865 junto ao Governo Imperial, a Sociedade Colonizadora se comprometeu assumir as obras da EDF conforme o projeto do governo, que por sua vez se comprometia a aumentar os repasses mensais agilizando a obra. Em abril de 1867 foi realizado um novo contrato com prazo para mais cinco anos, garantindo 247 km² de terras ditas devolutas ao longo da Estrada para a Sociedade Colonizadora. Nesse meio tempo, durante a Guerra do Paraguai (1864-1870), as obras da EDF seguiram num ritmo muito lento, sendo suspensas nos dois últimos anos da guerra. (AGAPITO, 1989).

Com o fim da Guerra do Paraguai, o governo imperial retomou as obras num ritmo mais acelerado. Mesmo com o grande esforço empenhado para a sua construção, no ano de 1873 as obras ainda não haviam sido concluídas. Estavam prontos naquela altura, apenas 33 km, o suficiente para se chegar até em cima da serra. As obras foram divididas

em cinco distritos, que no Relatório de 1874 estavam assim divididos: 1º - distrito 24,5km, de Joinville até a subida da serra; 2º - distrito 8,2 km, ficava na Serra do Rio Seco; 3º - distrito 20 km, segue da serra até Encruzilhada; 4º - distrito 43,4 km, de Encruzilhada até Ribeirão da Serra, e; 5º - distrito 47,3 km, de Encruzilhada seguia até a vila de Rio Negro no Paraná (BRASIL, 1875).

Com a maior atenção do poder público, as obras tiveram avanço considerável entre 1870 e 1875, o traçado estava definido, as picadas foram abertas e desmatadas faltando apenas fazer abertura da estrada com o sistema de macadamização. Em 1876 os núcleos de Campo Alegre, São Bento e Rio Negrinho já estavam servidos pela EDF, podendo ser transitada por carroças e os carroções de transporte de mate. Restavam 46 quilômetros macadamizados para conclusão da Estrada (BRASIL, 1877). Com o avanço das obras o governo imperial cumpria a sua promessa de integrar a Colônia Dona Francisca ao planalto norte catarinense. A Sociedade Colonizadora, contudo, tinha dificuldades em acelerar o processo de colonização nas margens da EDF, dada a baixa entrada de imigrantes. O faria por isso com a expansão demográfica da colônia Dona Francisca.

Mesmo em estágio avançado as obras ainda levaram mais dezenove anos. No ano de 1878 as obras em direção ao Rio Negro foram paralisadas no quilômetro 95, continuando apenas os serviços de manutenção e empedramento, construção de bueiros, pontes e pontilhões. Até o ano de 1885 os trabalhos seguiram até o quilômetro 112 com movimento de terra e em condições de tráfego precárias. Mais adiante, do quilometro 130 até as margens do Rio Negro, o caminho era cargueiro feito apenas por tropas. No ano de 1892 as verbas foram aumentadas, garantindo a conclusão das obras até Rio Negro. Neste ano, as obras avançaram com empedramento até o quilômetro 112 e macadamizada até o quilometro 94. Faltando apenas mais 34 quilômetros para chegar ao seu destino final. (BRASIL, 1892). No ano seguinte em 1893, dado o aumento dos valores repassados as obras de empedramento chegaram até o quilometro 143, faltando apenas mais três quilômetros (BRASIL, 1894). Por fim, no dia 31 de julho de 1895, as obras foram dadas por concluída pelo governo federal, que repassou a responsabilidade para o governo estadual (BRASIL, 1896).

A Estrada Dona Francisca tornou-se a principal artéria de escoamento da erva mate do planalto norte catarinense até a cidade de Joinville, também por isso, o maior centro comercial da região. De Rio Negro, desciam os carroções sãobentowagen, carregados de barricas de erva-mate até Joinville, de onde partia pelo porto fluvial seguindo pelo

Rio Cachoeira até o porto de São Francisco do Sul. Note-se que foi pela existência de vias terrestres como a Estrada Dona Francisca que foi possível àquela mudança das embalagens usadas para transportar erva-mate, passando ao emprego das barricas e levando ao surgimento dos investimentos relacionados com a nova atividade.

A combinação dos modais de transporte da navegação fluvial/estrada de rodagem/navegação fluvial até que a erva chegasse ao porto de São Francisco durou até a consolidação do transporte ferroviário, duas décadas mais tarde. Com a entrada em operação da Linha São Francisco, ligando São Francisco do Sul a Rio Negro/Mafra (fundada 1916), passando por Joinville, São Bento do Sul e Rio Negrinho, em 1913, a Estrada Dona Francisca tornou-se uma via secundária na região, tanto para o transporte de pessoas quanto de mercadorias.

6.3. Ferrovia - Linha São Francisco

Elemento que particularmente interessa ao entendimento da formação social de toda a região do meio oeste catarinense e, em especial, do planalto norte do estado é a ferrovia, a Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande. Esta se constitui no objeto técnico que, ainda em fins do século XIX e início do XX, materializou a expansão capitalista na região, a integração ao mercado nacional (como região supridora de produtos agropecuários destinados ao sudeste e de produtos primários de exportação) e a penetração das relações de produção estritamente capitalistas — a dissociação entre produtores e meios de produção. Decorrente de modificações ocorridas no país a partir de 1850, com a privatização das terras (pela lei de terras) e a intensificação da colonização com estrangeiros e, depois, com seus descendentes — fruto de uma reconfiguração das forças produtivas e também superestruturais que constituiriam a segunda dualidade brasileira (RANGEL, 1981) — a integração dos mercados sulinos representaria a passagem de economia natural à economia mercantil. E foi a ferrovia, a colonização e a extração da madeira, atividades que aqui estiveram em ligação umbilical⁴⁶, além da extração do mate que promoveram essas

⁴⁶ Essas atividades eram exploradas por empresas de um mesmo grupo econômico internacional, com origem nos Estados Unidos, o grupo Farquhar. Uma das empresas do grupo a Brazil Development Colonization & Co. se encarregou de colonizar ou repassar a outras colonizadoras cerca de 569 mil ha

modificações. Em suma, a ferrovia viria para substituir os antigos caminhos de tropas e promover um salto na modernização de transportes, interligando de forma mais eficiente o mercado sulino a economia cafeeira em expansão e firmando a fronteira sul do país.

Podemos buscar antecedentes ao projeto da ferrovia SP-RG e seus ramais na tentativa de ligar o litoral sul-brasileiro até a fronteira do Paraguai, através do Tratado de Aliança Defensiva — assinado em Assunção (no dia 25 de dezembro) em 1850, quando ficou acordado (no Artigo XIII) que seria prevista a abertura de estradas rápidas e seguras para estabelecer comunicações regulares entre as duas nações (REPARTIÇÃO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, 1852). Mas com o advento da Guerra do Paraguai (1864-1870), os propósitos assinados no Tratado foram abandonados e a integração com o Paraguai deixou de ser uma prioridade para o governo brasileiro. A intenção de conexão litoral-interior da Província de Santa Catarina, contudo, permaneceu.

Fazendo parte de um grande movimento de ocupação das fronteiras sulinas, promovendo a transformação das economias naturais em economias mercantis, através da exploração de atividades agrárias e, ainda, dentro de um modelo primário-mercantil-exportador (que vigorava nas intervenções estatais e esforços do poder público no Brasil), foi concedido (pelo Decreto 10.432 de 09 de novembro) em 1889 a João Teixeira Soares o privilégio para construir uma ferrovia de São Paulo até o Rio Grande do Sul. A estrada de ferro partiria das margens do Rio Itararé, na província de São Paulo, onde terminava a ferrovia Sorocabana e alcançaria Santa Maria no Rio Grande do Sul, tendo ainda dois ramais na província do Paraná, um partindo do tronco principal seguindo até os rios Piquirí e Paraná e outro seguindo o Rio Iguaçu. Havia pressa do governo brasileiro e as obras ainda não haviam iniciado em 1892. Nesse ano o privilégio foi repassado para a Companhia Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande (EFSPRG), que deveria construir a estrada de ferro, recebendo as terras ditas “devolutas” nas margens da ferrovia.

A extensão do tronco principal e os dois ramais somavam 1.952 km, sendo o trecho Itararé (SP) - Rio Uruguai (SC/RS) o mais importante, dividido em duas seções: Itararé-Porto União e Porto União-Rio Uruguai, com 941 km (MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS, 1898). Os trabalhos de construção efetivamente foram iniciados (no dia 15 de novembro) em 1895, a partir da cidade de

de terras ditas devolutas, concedidas nas margens da ferrovia ou em áreas mais ao oeste, quando as margens da ferrovia já estavam ocupadas.

Ponta Grossa no Paraná que seria utilizada com base para atacar as duas linhas: norte, em direção a Itararé, e sul, em direção ao Rio Uruguai. (MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS, 1899). O primeiro trecho foi inaugurado em 16 de dezembro de 1899, numa extensão de 228 km.

Com a conclusão do primeiro trecho da EFSPRG, vindo de São Paulo até as margens do Rio Iguaçu na divisa com Santa Catarina, em 1904, foi baixado decreto⁴⁷ que aprovou os estudos definitivos e o respectivo orçamento do primeiro trecho da linha ferroviária ligando o porto de São Francisco do Sul até a vila de São Bento, passando pela cidade de Joinville e Jaraguá. Surgia a Linha São Francisco. (MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS, 1905).

Em outubro de 1910, dentro do prazo fixado pelo governo federal, o trecho catarinense entre Porto União-Rio Uruguai foi entregue para o tráfego. Com o fim das obras a linha Itararé-Rio Uruguai alcançou a marca de 883 km. Durante a execução da obra do trecho catarinense da EFSPRG, iniciou a construção da Linha São Francisco. O projeto inicial foi revisto, ficando com apenas 96 km, ligando São Francisco a Hansa (atual Corupá), passando por Joinville e Jaraguá. No dia 29 de julho de 1906 foi inaugurado em Joinville o primeiro trecho desta linha

Em 1911 após a inauguração do trecho Rio Iguaçu ao Rio Uruguai cortando todo meio oeste catarinense seguindo o Rio do Peixe, foram iniciados os trabalhos de conclusão da linha São Francisco, partindo de Corupá e Porto União. O trecho entre Corupá e Três Barras, passando por Rio Negro/Mafra, com 219 km, foi aberto a tráfego no dia 01 de abril de 1913, e o trecho entre Três Barras até Canoíhas, com 11 km, foi entregue no dia 01 de outubro do mesmo ano (MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS, 1915). O trecho entre Canoíhas e Porto União só viria ser concluído mais tarde.

A linha já começou operando com déficit, mas a esperança era de que com a extensão da linha em tráfego a situação seria revertida (SANTA CATARINA, 1911). No relatório da Secretaria de Negócios do Estado de 1915, apresentado ao governado, o secretário Fulvio Aducci, argumentava que das quatro ferrovias existentes em Santa Catarina, a Linha São Francisco era a mais importante. Segundo ele, a Estrada de Ferro Santa Catarina, no Vale do Itajaí, era tão somente uma ferrovia municipal, a Estrada de Ferro Dona Tereza Cristina, na região carbonífera, ficou reduzida a uma linha secundária e quase inútil e a

⁴⁷ Decreto nº 5.280 de 09 de agosto de 1904.

EFSPRG cortava uma região que estava sob jurisdição do Paraná. Já a Linha São Francisco:

É a mais importante e a que melhor corresponde as necessidades da nossa produção e exportação. Partindo do porto de São Francisco (...) e estendendo seus trilhos por uma zona riquíssima de erva e madeira e que se prestam para a cultura de quaisquer cereais e para a criação em larga escala, essa linha será dentro em pouco tempo um dos maiores elementos do nosso progresso. (SECRETARIA GERAL DOS NEGÓCIOS DO ESTADO, p. 190, 1915).

Prevvia-se naquela altura que num futuro próximo a Linha São Francisco estaria integrada com o Mato Grosso, Paraguai e Bolívia, tornando-se num “grande caminho” por onde passariam as mercadorias destinadas ao mercado norte-americano e europeu.

Mesmo numa situação de insolvência, a EFSPRG seguiu com a construção de alguns ramais previstos nos contratos. Alguns nunca foram executados, como a ligação até a capital do Paraguai. Como a Linha São Francisco estava quase pronta, não compensava mais parar. Ligar a EFSPRG com o porto de São Francisco do Sul para escoar a madeira da *Southern Brazil Lumber* e a erva-mate, talvez fosse uma saída para melhorar a situação de insolvência da companhia.

No dia 20 de agosto de 1917, foi inaugurado o tráfego provisório entre Canoinhas e Porto União, elevando para 463 km a extensão total da linha. Neste mesmo ano a EFSPRG entrou em concordata e o projeto para chegar até a fronteira com o Paraguai foi abandonado (KONDER, 1921).

Transportando a erva mate até porto de São Francisco do Sul, inicialmente a navegação fluvial combinou-se a Estrada Dona Francisca, de 1882 a 1913. Com a chegada da ferrovia em Rio Negro/Mafra, a navegação passou a combinar com a Linha São Francisco, em detrimento da Estrada que continuava a transportar mate em volume menor. Em 1917 com a conclusão das obras ferroviárias até Porto União, a ferrovia substituiu aos poucos a navegação. A construção da Linha São Francisco hierarquizou os modais de transporte e subordinou as combinações existentes até então. A partir dela os trens substituíram os carroções e as lanchas. Portanto, temos que entender a construção da linha entre Porto União até o porto de São Francisco do Sul, dentro da

expansão das vias de comunicação do complexo ervateiro, pensada para servir a este. As estruturas modernas mais velozes e eficientes, cristalizadas na ferrovia, possibilitaram um fluxo mais intenso no transporte de erva mate, exigindo novos investimentos no porto de São Francisco do Sul.

6.4. Porto de São Francisco do Sul

A partir das expansões vicentistas do século XVII em direção ao sul surgem Desterro Laguna e São Francisco. A vila de São Francisco foi fundada nas margens da Baía da Babitonga em 1658. A ocupação da parte mais meridional da colônia era uma estratégia da Coroa Portuguesa para definir e manter posições militares. Naturalmente o mar era a única via de comunicação da vila com o resto da colônia e, por isso, porto e a vila nasceram juntos. Como uma característica dos portos que surgem até o século XIX, com uma íntima associação espacial e funcional com a vila, São Francisco aparece inicialmente, como um ancoradouro natural. Nos movimentos posteriores recebeu uma série de trapiches, públicos e privados para bem mais recentemente tornar-se um porto organizado.

Dada suas características naturais com boa profundidade, uma grande bacia de evolução e abrigado de ventos, ondas e mudanças nas marés em todas as épocas do ano, o porto de São Francisco do Sul sempre foi considerado o melhor porto natural do Sul do Brasil pelos naturalistas, viajantes e engenheiros que visitavam a região. Sobretudo, a condição de não exigir obras vultosas (como a construção de quebra-mares ou dragagens muito profundas) para instalação dos trapiches ou dos piers é que dava uma vantagem ao porto em São Francisco.

Com o crescimento vertiginoso da economia norte catarinense (com urbanização acelerada), no início do século XX, e com a conexão do Planalto Norte pela Estrada Dona Francisca, o movimento de carga em São Francisco era crescente, sendo dele a supremacia no escoamento da produção da sua hinterlandia⁴⁸. No início do século XX, foram feitos vários estudos contratados pelo governo catarinense ou pela União para realizar obras de construção e melhoramentos que adequassem São Francisco as novas exigências. Paradoxalmente numa economia voltada para exportação (sobretudo de produtos primários) a infraestrutura de

⁴⁸ Segundo CORREA FILHO (1957, pg. 29) pelo porto de Desterro (Florianópolis) também foi transportada erva-mate. Isso, contudo não foi preponderante e somente esporádico.

portos vinha a reboque da demanda. Nessa condição, aquela associação entre a cidade e o porto, na qual surge o porto de São Francisco acaba por limitar (como várias partes do mundo) a expansão portuária pelo seu antigo waterfront, impelindo as áreas de crescimento do porto para fora da cidade. O primeiro estudo realizado no século XX para a construção do novo porto, mais afastado do centro da cidade, foi elaborado em 1908 pelos engenheiros da EFSPRG, não por acaso, a mesma companhia que construiu a Linha São Francisco. Neste estudo, foi elaborada uma sondagem em toda a região marítima que dá acesso à barra do norte até o interior da Baía da Babitonga, ficando definidas a máxima e a mínima profundidade das marés e a liberação para o tráfego de embarcações de até 27 pés de calado (THIAGO, 1941).

A partir daí iniciativas do poder público e do setor privado foram configurando aquela área portuária, sempre sanando gargalos. Em 1912 foi concedida à Companhia EFSPRG a autorização para construir e explorar uma estação marítima no porto de São Francisco do Sul sem ônus para a União. Em contrapartida a Companhia deveria desobstruir o ancoradouro e dragar o canal através da lagoa Saguacu, bem como desobstruir o rio Cachoeiras, para a navegação de embarcações de até dois metros de calado, entre São Francisco do Sul e Joinville⁴⁹. Porém, as obras não foram iniciadas conforme os planos da Companhia.

No final da década de 1910, o governo do estado de Santa Catarina começou a exigir da Inspeção Federal de Portos Rios e Canais (IFPRC) providências para a melhoria do porto de São Francisco do Sul que pudesse atender às demandas das atividades ervateiras e madeireiras. Em 1919, com base nas concessões feitas aos estados do Paraná, Maranhão e Pernambuco, o governo catarinense encaminhou um pedido à Inspeção para que fosse feita a concessão das obras de melhoramento e de exploração para o governo estadual. Para tanto, a União fixou as despesas e definiu que a Inspeção deveria mandar fazer os estudos para a construção do novo porto⁵⁰.

O Relatório dos Serviços Executados pela Comissão do Porto de São Francisco do Sul apresentado à Inspeção reafirmava as exuberantes qualidades do porto de São Francisco do Sul, afirmando que do Sul do Brasil era o “melhor, mais amplo, mais abrigado e mais profundo do Estado, sendo por isso considerado como magnífico porto militar”. (INSPETORIA FEDERAL DE PORTOS, RIOS E CANAIS, 1922, p. 5). Estes argumentos reforçaram a idéia da necessidade de dar mais

⁴⁹ Decreto nº 9.967 de 26 de dezembro de 1912.

⁵⁰ Lei nº 4.242 de 05 de fevereiro de 1921.

atenção ao porto catarinense, tendo sido iniciado em setembro de 1921 os estudos de levantamento hidrográfico do porto e da barra (BRASIL, 1922).

Em 1921 foi autorizada por decreto⁵¹ federal, a celebração do contrato de construção das obras de melhoramento da barra e do novo porto, por um prazo de setenta anos sem que, no entanto, fosse determinado o prazo para o início das obras, o que seria estipulado só em 1925 também por decreto⁵². Ficou determinado então que as obras deveriam começar, no máximo, dois anos após a aprovação do contrato pelo Tribunal de Contas, e o prazo de entrega deveria ser de três anos após o início das obras.

Conforme descrito pelo o engenheiro Hidelbrando de Araújo Góes, da Inspeção Federal de Portos, Rios e Canais, a situação do porto, com seus vários trapiches, em 1927 era a seguinte:

No porto, existem vários trapiches, pertencendo os mais bem situados à firma Hoepcke Co. e à E. F. São Paulo-Rio Grande. Os demais trapiches, à montante do da Alfândega, foram construídos em uma praia de declive muito suave, de modo que alcançam as profundidades convenientes com grande extensão. Resulta desta circunstância o encarecimento da carga e descarga de mercadorias e do custeio dos trapiches, cuja estrutura de madeira é muito atacada pelo “teredo navalis”. O Lloyd Brasileiro, a despeito de possuir um desses trapiches, prefere recorrer à firma Hoepcke Co. para os serviços dos seus navios. (MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS, 1928, p. 100).

Além destas firmas, também havia os trapiches do Santista e do Mercado Público, que juntos, (cinco trapiches), poderiam comportar de oito a dez navios simultaneamente. E pelo fato de já haver em São Francisco do Sul um trapiche da firma Carl Hoepcke desde 1903, o projeto de construção do porto despertou o interesse de Carlos Hoepcke Júnior e Henrique Schloemam, que apresentaram ao governador Adolpho Konder, em março de 1927 um estudo para iniciar as obras.

⁵¹ Decreto nº 15.203 de 28 de dezembro de 1921.

⁵² Decreto nº 16.896 de 05 de maio de 1925.

Finalmente, em 20 de junho de 1927 numa solenidade oficial, foi assentada a primeira pedra da obra do porto (A RAZÃO, 1927). Para a execução das obras foi constituída (no dia 10 de março) em 1928, na cidade de Florianópolis, a Companhia Porto de São Francisco, cujo principal objetivo era a construção do porto (A RAZÃO, 1928).

Em 1930, as obras da construção do novo porto de São Francisco do Sul foram paralisadas sendo retomadas somente em 1941 e inaugurado em 1955. Entre 1908 a 1941 o porto passou por um compasso de espera. Entre concessões e tentativas frustradas de construção, o porto ervateiro, ou melhor, os trapiches na Baía da Babitonga, seguiam uma trajetória de crescimento no movimento exportado. Um porto da colonização do norte catarinense transformou-se num porto ervateiro e madeireiro. Quando da sua inauguração em 1955, o complexo ervateiro catarinense já havia perdido sua expressão e o porto passou por um forte ajuste estrutural até se consolidar como graneleiro.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mais de sete décadas se passaram desde o início da crise derradeira da erva-mate, que hoje pouco representa economicamente aos estados do Sul do Brasil. Sua importância limita-se às localidades onde se agrupam produtores extrativistas nos ervais nativos restantes, ou para as empresas ervateiras locais que processam o alimento após recebê-lo. A renda ervateira não representa mais que 0,1% do PIB para a maioria dos municípios produtores em Santa Catarina, sendo que a maior parte dos municípios cuja renda ervateira supera essa cifra, ficam no Planalto Norte do estado (ver anexo A). É bem verdade que até a década de 70 ainda havia alguma expressão do comércio de exportação de erva-mate (já que a mercadoria ainda figurava como a terceira mais exportada pela região de Joinville, segundo ROCHA, 1996. Mas notadamente, ainda não se tinha processado a fase de incremento do comércio externo da indústria joinvilense), contudo a lucratividade do setor, a essa altura já não mais lhe permitia manter status de indústria motriz.

As atividades urbanas trataram de incorporar o trabalho do campo num movimento nacional de transição da ocupação no setor primário para ocupação no setor secundário. Na cidade o trabalho extraordinário tornou-se cada vez mais ordinário e o que outrora significava renda extra a um grande número de famílias é convertido em lucro de uns poucos capitalistas. Acompanhando o movimento nacional a indústria doméstica rural suplementar foi desmanchada. Ferramentas, matérias primas e trabalhadores que antes se encontravam espalhados pelo campo são reunidos em estabelecimentos industriais urbanos. Se junta a isso o constante fluxo de mercadorias que chegava ao planalto por meio dos comerciantes que faziam a ponte com o sudeste brasileiro e veremos um campo cada vez mais especializado, que se abre como mercado consumidor dos produtos manufaturados. A introdução da maquinaria e o surgimento da grande indústria intensificam e completam a dissociação entre produção rural e produção industrial doméstica, e também completam o processo de formação do mercado interno.

Além das atividades urbanas, algumas atividades rurais serviram para absorção da mão-de-obra proveniente da extração do mate, como a produção de grãos (soja, milho e trigo) e a atividade madeireira.

À medida que as técnicas usadas no setor ervateiro se iam aperfeiçoando e incorporando técnicas de outros locais de experiência, reduzia-se o tempo do ciclo de produção: pela redução do tempo de recuperação da planta, no uso de técnicas de colheita menos agressivas; pela redução do tempo de circulação da mercadoria, no avanço dos

transportes, nos arranjos comerciais. Parte disso se deve a uma presença do Estado (leia-se funcionamento do INM) na regulação do setor, imprimindo-o maior racionalidade.

Como resultado a atividade ervateira, que na penúltima virada de século até a década de 1930, se foi ampliando em capital, em trabalho, em extensão territorial, na participação política e na cultura das regiões ervateiras, foi responsável pelo aumento gradual da complexidade da economia do norte e de quase todo planalto catarinense, paranaense e parte do gaúcho. Essa condicionante, o desdobramento da acumulação ervateira, trouxe modificações diferenciadas para locais com formações e funções diferenciadas dentro de um mesmo processo de criação de valor. Regiões que absorviam uma mais-valia maior que outras, imprimiam uma relação econômica ao espaço de comando, hierarquia e subordinação. No espaço vemos também a resistência em sistemas de ações, como a resistência às transformações do Contestado e; em objetos, tantos que perduram faz décadas.

A difusão tecnológica dos motores a combustão e ainda mais a difusão da energia elétrica permitiram que a organização espacial que existia até as primeiras décadas do século XX fosse modificada a ponto de não mais existir centros comerciais e de beneficiamento da magnitude de outrora. Hoje empresas de beneficiamento de erva-mate, sem unidades produtivas vultosas, se espalham planalto adentro. Ao mesmo tempo, traços da concentração geográfica da produção são vistos ainda hoje (comparar o estudo da CODEPAR e os mapas gerados pelo IBGE, Anexo A desse trabalho).

O trabalho duro e mal remunerado é uma herança jacente.

8. BIBLIOGRAFIA

AGAPITO, Maria Zolene Dias. **Estrada Dona Francisca**. Joinville: FERJ/UFPR, 1989. (Monografia de especialização).

ALMANAK LAEMMERT. **Anuário comercial, industrial, agrícola, profissional e administrativo da capital federal e dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro: Tipografia do Alamank Laemmert, 1901.

_____. **Anuário comercial, industrial, agrícola, profissional e administrativo da capital federal e dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro: Tipografia do Alamank Laemmert, 1905.

_____. **Anuário comercial, industrial, agrícola, profissional e administrativo da capital federal e dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro: Tipografia do Alamank Laemmert, 1910.

_____. **Anuário comercial, industrial, agrícola, profissional e administrativo da capital federal e dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro: Tipografia do Alamank Laemmert, 1912.

_____. **Anuário comercial, industrial, agrícola, profissional e administrativo da capital federal e dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro: Tipografia do Alamank Laemmert, 1922.

_____. **Anuário comercial, industrial, agrícola, profissional e administrativo da capital federal e dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro: Tipografia do Alamank Laemmert, 1927.

ALMEIDA, Rufino Porfírio. **Um aspecto da economia de Santa Catarina**: a indústria ervateira – o estudo da Companhia Industrial (Dissertação de mestrado). Florianópolis: UFSC/CCH, 1979.

ANDRADE, Fabiana Maia. **Avaliação de biomassa, clorofila, cafeína e tanino em Ilex paraguariensis Saint-hilaire, crescendo sob sombreamento e pleno sol** (Dissertação de mestrado). Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2004.

ANSBACH, Osmar. **Navegando na memória**: o patrimônio cultural da extinta hidrovia do Rio Iguaçu. Ponta Grossa: UEPG/PPGG, 2008.

ARANHA, Luis Fernando de Souza. **O mercado ervateiro**. São Paulo, 1967.

ARBIGAU, Leonardo. **Centenário da colonização alemão Rio Negro – Mafra**. Curitiba: Oliveiro, 1929.

AURAS, Marli. **Guerra do Contestado**: a organização da Irmandade Cabocla. Florianópolis: UFSC, Assembleia Legislativa; São Paulo: Cortez Editora e Livraria, 1984.

BACILLA, Antônio. **O drama do mate**. Curitiba: Editora Guairá Ltda., 1940.

BACH, Arnaldo Monteiro. **Vapores**. Ponta Grossa: Editora da UEPG, 2006.

BELLEARD, Hasdrubal. Nossa navegação fluvial e seu histórico. In: REDE DE VIAÇÃO PARANÁ-SANTA CATARINA. **Cinquentenário da Estrada de Ferro do Paraná 1885-1935**. Curitiba, 1935.

BOGUSZEWSKI, José Humberto. **Uma história cultural da erva-mate**: o alimento e suas representações (Dissertação de Mestrado). Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2007.

BRASIL, **Decreto nº 10.432 de 09 de novembro de 1889**. Brasília: Senado Federal. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/servelet>> Acesso em: agosto de 2009.

_____. **Decreto nº 5.280 de 09 de agosto de 1904**. Brasília: Senado Federal. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/servelet>> Acesso em: agosto de 2009.

_____. **Decreto nº 6.533 de 20 de junho de 1907**. Brasília: Senado Federal. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/servelet>> Acesso em: agosto de 2009.

_____. **Decreto nº 9.967 de 26 de dezembro de 1912**. Brasília: Senado Federal. Disponível em <<http://www.senado.gov.br/servelet>> Acesso em: agosto de 2009.

_____. **Lei nº 4.242 de 05 de fevereiro de 1921.** Brasília: Senado Federal. Disponível em <<http://www.senado.gov.br/servelet>> Acesso em: agosto de 2009.

_____. **Decreto nº 15.203 de 28 de dezembro de 1921.** Brasília: Senado Federal. Disponível em <<http://www.senado.gov.br/servelet>> Acesso em: agosto de 2009.

_____. **Decreto nº 16.896 de 05 de maio de 1925.** Brasília: Senado Federal. Disponível em <<http://www.senado.gov.br/servelet>> Acesso em: agosto de 2009.

_____. **Decreto nº 1.575, de 6 de dezembro de 1906.** Brasília: Senado Federal. Disponível em <<http://www.senado.gov.br/servelet>> Acesso em: agosto de 2012.

_____. **Relatório do Ministério dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, apresentado pelo Ministro Francisco do Rego Barros Barreto à Assembléia Geral Legislativa.** Rio de Janeiro, 1875. Disponível em <<http://www.crl.edu>> Acesso em agosto de 2009.

_____. **Relatório do Ministério dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, apresentado pelo Ministro Thomaz José Coelho de Almeida à Assembléia Geral Legislativa.** Rio de Janeiro, 1877. Disponível em <<http://www.crl.edu>> Acesso em agosto de 2009.

_____. **Relatório do Ministério dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, apresentado pelo Ministro Antônio Gonçalves de Farias à Assembléia Geral.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1892. Disponível em <<http://www.crl.edu>> Acesso em agosto de 2009.

_____. **Relatório do Ministério dos Negócios da Indústria e Obras Públicas, apresentado pelo Ministro Antônio Olyntho dos Santos Pires à Assembléia Geral.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1896. Disponível em <<http://www.crl.edu>> Acesso em agosto de 2009.

_____. **Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil Epitácio Pessoa pelo Ministro da Viação e**

Obras Públicas J. Pires do Rio no ano de 1921. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1922. Disponível em <<http://www.crl.edu>> Acesso em agosto de 2009.

BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre a história.** 2ª ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1992.

CAMPOS, Nazareno José. Santa Catarina: tropas e tropeiros no trajeto litoral planalto visto através dos relatórios dos presidentes da província. In: SANTOS, Lucila M.; BARDOSO, Lucia M. (orgs). **Bom Jesus na Rota do Tropeirismo no Cone Sul.** Caxias do Sul: Edição EST, 2004.

CASTRO, Iná Elias de. O problema da escala. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (orgs). **Geografia: conceitos e temas.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

CHANG, Man Yu. **Faxinais no Paraná.** Londrina-PR: IAPAR, 1985.

COMASSETO, Leandro Ramires. **Associação Catarinense de Criadores de Suíno – 50 anos de história.** Chapecó: Arcus, 2010.

CODEPAR. **Economia do Mate.** Curitiba: Escritório Técnico de Planejamento da Companhia de Desenvolvimento do Paraná, 1965. v. 2.

CORDEIRO, Maria Cíntia; OLIVERA, Paulo Tekeshita. **O porto da cidade de Rio Negro.** Mafra: Unc, 2008.

CORRÊA FILHO, Virgílio. **Ervais do Brasil e ervateiros.** Rio de Janeiro: Serviço de Informação Agrícola, 1957.

COUTY, Louis. **Le maté et les conserves de viande:** rapport à son excellence monsieur le ministre de l'agriculture et du commerce. Rio de Janeiro : Typographia Nacional, 1880.

DEBONA, Darci. Como animais: a casa era um chiqueiro. **Diário Catarinense,** Florianópolis, 14, maio, 2010. Geral, p. 26.

DIEGUES JUNIOR, Manuel. **Regiões Culturais do Brasil.** Rio de Janeiro: INEP, 1960.

ENTRES, Godofredo. **Guia do Estado de Santa Catarina: II parte, Indicador.** Florianópolis: Livraria Central de Alberto Entres, 1927.

FAGUNDES, Glênio. **Cevando Mate.** 7ª edição. Porto Alegre: Habitasul, 1984.

FERNANDES, José A. Relatório para exame de qualificação. Universidade Federal da Grande Dourados. Dourados, 2011.

FICKER, Carlos. **História de Joinville:** subsídios para a crônica da Colônia Dona Francisca. Joinville: Ipiranga, 1965.

_____. **São Bento do Sul:** subsídio para a sua história. Joinville: Ipiranga, 1973.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. O conceito de região e sua discussão. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (orgs). **Geografia:** conceitos e temas. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

GOULARTI FILHO, Alcides. **Formação Econômica de Santa Catarina.** Florianópolis: Cidade Futura, 2002.

_____. **Complexo ervateiro e a pequena produção mercantil em Santa Catarina.** In: V Encontro de Economia Catarinense. 2011, Florianópolis. **Artigos completos.** Florianópolis: APEC, 2011. Disponível em:
http://www.apec.unesc.net/V_EEC/sessoes_tematicas/Hist%C3%B3ria%20Econ%C3%B4mica/COMPLEXO%20ERVATEIRO%20E%20A%20PEQUENA%20PRODU%C3%87%C3%83O%20MERCANTIL%20EM%20SANTA%20CATARINA.pdf. Acessado em 16 de abril de 2012, às 17h e 4 min.

HEINSFELD, Adelar. **A Questão de Palmas entre Brasil e Argentina e o início da colonização alemã no Baixo Vale Rio do Peixe.** Joaçaba: UNOESC, 1996.

INSPETORIA FEDERAL DE PORTOS, RIOS E CANAIS. **Relatório dos serviços executados pela Comissão do Porto de São Francisco do Sul.** São Francisco do Sul, junho de 1922, p. 5.

KLEIN, Roberto M. *et al.* **Prometo madeiras de Santa Catarina.** Florianópolis: SUDESUL; IBDF, 1978.

KONDER, Adolpho. **A ligação ferroviária do Paraguai ao Atlântico:** defesa do traçado São Francisco-Assunção. Rio de Janeiro: Revista dos Tribunais, 1921.

KROETZ, Lando Rogério. **As estradas de ferro de Santa Catarina 1910-1960** (Dissertação de mestrado). Curitiba: UFPR/Dep. de História, 1975.

LAVINA, Rodrigo. Indígenas de Santa Catarina: história de povos invisíveis. IN: Ana Brancher (org.). **História de Santa Catarina:** estudos contemporâneos. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1999.

LÊNIN, Vladimir Ilich. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia:** o processo de formação do mercado interno para a grande indústria. 2ª ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

LENZI, Cristiano Luiz. **O “modelo catarinense” de desenvolvimento:** uma idéia em mutação? Blumenau: Edifurb, 2000.

LINHARES, Temístocles. **História econômica do mate.** Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1969.

LORENA, Luiz Fabiano de. **Barricarias de Mafra.** Mafra: Universidade do Contestado, 2008. (monografia).

LOUREIRO JUNIOR, Luiz. **O estado de Santa Catarina no Centenário da Independência:** dados sobre exportação no período 1892 - 1920. Rio de Janeiro, Papelaria Americana, 1922.

LUKÁCS, György; PAULO NETTO, Jose. **Georg Lukacs: sociologia.** São Paulo (SP): Ática, 1981. 208p. (Grandes cientistas sociais ; 20)

LUXEMBURGO, Rosa. **A acumulação do capital:** contribuição ao estudo econômico do imperialismo. São Paulo: Nova Cultural, 1985. (Os economistas).

MAFRA, Antônio Dias. **Aconteceu nos ervais: a disputa territorial entre Paraná e Santa Catarina pela exploração da erva-mate – região sul do vale do rio Negro** (Dissertação de mestrado). Canoinhas: Universidade do Contestado, 2008. Disponível em: http://www.unc.br/mestrado/editais/dissetacao_mafra_seguranca.pdf. Acesso em 24 de agosto de 2012.

MANSUR, Aziz. **Álbum comemorativo do cinquentenário da navegação no Iguazu e seus afluentes**. Curitiba, 1932.

MARCHESAN, Jairo. **A questão ambiental na produção agrícola: um estudo do sócio-histórico-cultural no município de Concórdia (SC)**. Ijuí: Editora Ijuí, 2003.

MARTINS, Romário. **Ilex-mate: chá sul-americano**. Curitiba, Empresa Graphica Paranaense, 1926.

_____. O Rio Iguazu e sua função civilizadora. In: MANSUR, Aziz. **Álbum comemorativo do cinquentenário da navegação no Iguazu e seus afluentes**. Curitiba, 1932.

_____. Caminhos históricos do Paraná. In: REDE DE VIAÇÃO PARANÁ SANTA CATARINA. **Cinquentenário da Estrada de Ferro do Paraná 1885-1935**. Curitiba, 1935.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da Economia Política**. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____. **O Capital: crítica da economia política**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS. **Relatório apresentado pelo Ministro Severino dos Santos Vieira ao Presidente da República no ano de 1898**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1898. Disponível em <<http://www.crl.edu> > Acesso em agosto de 2009.

_____. **Relatório apresentado pelo Ministro Severino dos Santos ao Presidente da República no ano de 1899**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1899. Disponível em <<http://www.crl.edu> > Acesso em agosto de 2009.

_____. **Relatório apresentado pelo Ministro Lauro Severino Müller ao Presidente da República no ano de 1904.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1905. Disponível em <<http://www.crl.edu>> Acesso em agosto de 2009.

_____. **Relatório apresentado pelo Ministro Augusto Tavares de Lyra ao Presidente da República no ano de 1914.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1915. Disponível em <<http://www.crl.edu>> Acesso em agosto de 2009.

_____. **Relatório dos serviços prestados pela Inspetoria Federal de Portos, Rios e Canais no ano de 1927, ao Ministro da Viação e Obras Públicas pelo engenheiro Hildebrando de Araújo Góes.** Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Comércio, v. 2, 1928.

MIRANDA, N; URBAN, T. **Engenhos & barbaquás.** Curitiba, Posigraf, 1998.

MORAES, Cristina de. **Organização Espacial da Produção de Erva-Mate no Município de Palmitos/SC** (Dissertação de Mestrado). Santa Maria/RS: Universidade Federal de Santa Maria, 2010.

NODARI, Eunice Sueli. **Etnicidades Renegociadas:** práticas socioculturais no oeste de Santa Catarina. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2009.

OLIVEIRA, Marisa Correia de. **Estudo da erva-mate no Paraná: 1939-1967** (Dissertação de Mestrado). Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 1974.

PARANÁ. **Relatório do Presidente Affonso Alves Camargo apresentada ao Congresso legislativo do Estado em 1º de fevereiro de 1918.** Curitiba: Tipografia da República, 1918. Disponível em <<http://www.crl.edu>> Acesso em agosto de 2009.

_____. **Relatório do Presidente Affonso Alves Camargo apresentada ao Congresso legislativo do Estado em 1º de fevereiro de 1920.** Curitiba: Tipografia da República, 1920. Disponível em <<http://www.crl.edu>> Acesso em agosto de 2009.

PAULILO, Maria Ignez Silveira. **Terra à vista... e ao longe**. Florianópolis: EDUFSC, 1996.

PELUSO JUNIOR, Vitor A.. Aspectos da população e da imigração no estado de Santa Catarina. IN: SILVA, Jaldyr B. Faustino da (et ali). **Fundamentos da cultura catarinense**. Florianópolis: SEC/UEDESC, 1970.

PENA, Eduardo Spiller. **O jogo da face**: A astúcia escrava frente aos senhores e a Lei na Curitiba provincial (Dissertação de mestrado). Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 1990. Disponível em: <http://dspace.c3sl.ufpr.br/dspace/bitstream/handle/1884/24620/D%20-%20PENA,%20EDUARDO%20SPILLER%20VOL%201.pdf;jsessionid=160F511948E21AEA785E76D146686995?sequence=1>. Acesso em 24 de agosto de 2012, às 16h e 11min.

PIAZZA, Walter Fernando. **Santa Catarina**: sua história. Florianópolis: Editora da UFSC, Ed. Lunardelli, 1983.

PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**: colônia. 11ª edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1971.

_____. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAFRA. **Revista do cinquentenário do município de Mafra**. Mafra, 1967.

REISEMBERG, Alvir. Navegação a vapor nos rios Negro e Iguaçu. In: **Cadernos do PMDB do Paraná**. Navegar é preciso. Curitiba, ano 1, n. 2, 1984.

RENK, Arlene. **A luta da erva**: um ofício étnico no oeste catarinense. Chapecó: Grifos, 1997.

REPARTIÇÃO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS. **Relatório apresentado pelo Ministro Paulino José Soares de Souza à Assembléia Geral Legislativa**. Rio de Janeiro: Universal de Laemmert, 1852.

ROCHA, Isa de Oliveira. **Industrialização de Joinville-SC: da gênese às exportações**. Florianópolis: Editora da Autora, 1997.

SAINT-HILAIRE, August. **Viajem a Comarca de Curitiba (1820)**. Tradução Carlos da Costa Pereira. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1964. Disponível em: <http://www.brasiliana.com.br/obras/viagem-a-comarca-de-curitiba>. Acessado em 21 de março de 2012.

SANTA CATARINA. **Fala do Vice-presidente da Província Severo Amorim do Valle apresentada à Assembléia Legislativa Provincial em 1º de março de 1849**. Desterro: Tipografia Provincial, 1849.

_____. **Relatório do Presidente da Província Francisco Carlos de Araújo Brusque apresentado à Assembléia Legislativa Provincial**. Rio de Janeiro: Tipografia do Correio Mercantil, 1860.

_____. **Relatório do Presidente da Província Alexandre Rodrigues da Silva Chaves apresentado à Assembléia Legislativa Provincial em 1º de março de 1865**. Desterro: Tipografia Catarinense, 1865.

_____. **Relatório do Segundo Vice-presidente da Província Manoel do Nascimento da Fonseca Galvão apresentado ao Terceiro Vice-presidente Ignácio Accioli de Almeida em 27 de janeiro de 1873**. Desterro: Tipografia J. J. Lopes, 1873.

_____. **Mensagem apresentada pelo Vice-Presidente da Província de Santa Catarina à Assembleia Legislativa em 07 de agosto de 1893**. Desterro: Gabinete Sul-Americano, 1893. Disponível em <http://www.crl.edu>. Acesso em agosto de 2009.

_____. **Mensagem apresentada ao Congresso Representativo pelo governador Vidal José de Oliveira Ramos em julho de 1911**. Florianópolis: Tipografia do Dia, 1911. Disponível em <http://www.crl.edu>. Acesso em agosto de 2009.

_____. **Collecção de leis relativas ao ano de 1925**. Florianópolis: Imprensa Oficial, 1926.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 2ª ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

_____. **Espaço e sociedade**. Petrópolis-RJ: Vozes, 1979.

_____. **Por uma nova geografia**: da crítica da geografia a uma geografia crítica. 6ª ed. São Paulo: Edusp, 2004.

SECRETARIA GERAL DOS NEGÓCIOS DO ESTADO. **Relatório apresentado ao Governador pelo Secretário Fulvio Aducci em junho de 1915**. Florianópolis: Tipografia do Dia, 1915.

SILVA, Osmar da. **Canoinhas**. Florianópolis: DEE/IBGE, 1940.

SILVA, Victor Ferreira do Amaral e. **Herva-matte**: sua cultura, colheita e preparo. Rio de Janeiro: Sociedade Nacional de Agricultura, 1900.

SILVA, Márcio. **A contribuição de florestas de araucária para a sustentabilidade dos sistemas faxinais** (Dissertação de mestrado). Universidade Federal de Paraná, Curitiba, 2005.

SILVEIRA FILHO, José da. **A acumulação do capital**: o caso da erva-mateno Paraná de 1820 a 1930 (Dissertação de Mestrado). Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 1997.

SOCIEDADE COLONIZADORA DE 1849 EM HAMBURGO. **Relatórios da Direção da Sociedade Colonizadora de 1849 em Hamburgo**. Hamburgo, 1851-1892. (série completa traduzida). Tradução Helena Remina Richlin do Arquivo Histórico de Joinville.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. **O território**: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (orgs). **Geografia**: conceitos e temas. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

SOUZA, Theodomiro L. de. **Tecnologia da erva-mate**. Porto Alegre: Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura e do Comércio, Boletim nº 56, 1937.

SUDESUL. **O setor metal-mecânico da região sul**: cadastro das indústrias. v. 1. Porto Alegre: SUDESUL, 1978.

TERNES, Apolinário. **História econômica de Joinville.** Joinville: Meyer, 1986.

THIAGO, Arnaldo S. **São Francisco: notícias estatístico-descritivas.** Rio de Janeiro: IBGE, nº 19, 1941.

VIEIRA, M. Graciana Espellet de Deus; PEREIRA, Raquel M. Fontes do Amaral. Formações Sócio Espaciais Catarinense: Notas Preliminares. In: SANTA CATARINA. **Anais do Congresso de História e Geografia de Santa Catarina.** Florianópolis: CAPES/MEC, 1997.

WAIBEL, Leo. **Capítulos de Geografia Tropical do Brasil.** 2ª edição. Rio de Janeiro: Superintendência de Recursos Naturais e Meio Ambiente, 1979.

Jornais

ANDRADE, Alcides Antunes de. **O Problema Capital da Nossa Herva Matte.** Ouro Verde: Jornal Avante, 06 de março de 1930.

ASSENTAMENTO da primeira pedra. **A Razão.** São Francisco, 18 de junho de 1927.

COMPANHIA Porto de São Francisco do Sul. **A Razão.** São Francisco, 07 de abril de 1928.

O ESTADO DE SÃO PAULO. **Bancada de SC “esquece” Contestado na distribuição de verbas federais.** Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/nacional%2cbancada-de-sc-esquece-contestado-na-distribuicao-de-verbas-federiais%2c835413%2c0.htm>. Acessado em: 14 de fevereiro de 2012, às 12h e 45min.

Páginas da internet:

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura 2008.** Rio de Janeiro:

IBGE, 2009. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/webcart/>. Acessado em 04 de março de 2013.

NÚCLEO DE ESTUDOS E MODELOS ESPACIAIS SISTÊMICOS. **Memória Estatística do Brasil**. Disponível em: <http://memoria.nemesis.org.br>. Acesso em: 09 de agosto de 2010.

CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES. **Miscellaneous documents of government of Brazil**. Disponível em: <http://www.crl.edu>. Acesso em 09 de agosto 2010.

CAMARA DOS DEPUTADOS. **Edições Câmara**. Disponível em: <http://www.camara.gov.br>. Acesso em: 09 de agosto 2010.

SENADO FEDERAL. **Legislação**. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/>. Acesso em: 10 de setembro, 2012.

IPEADATA. **Comércio Exterior**: Séries históricas. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br>. Acesso em: 15 de agosto de 2012.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. **Hermeroteca Digital Brasileira**. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodicos.aspx>. Acesso em: 27 de setembro de 2012.

MUSEU PARANAENSE. **Parque Histórico do Mate**. Disponível em: <http://www.museupr.pr.gov.br>. Acessado em: 17 de agosto de 2012.

APÊNDICE

APÊNDICE A: MAPAS

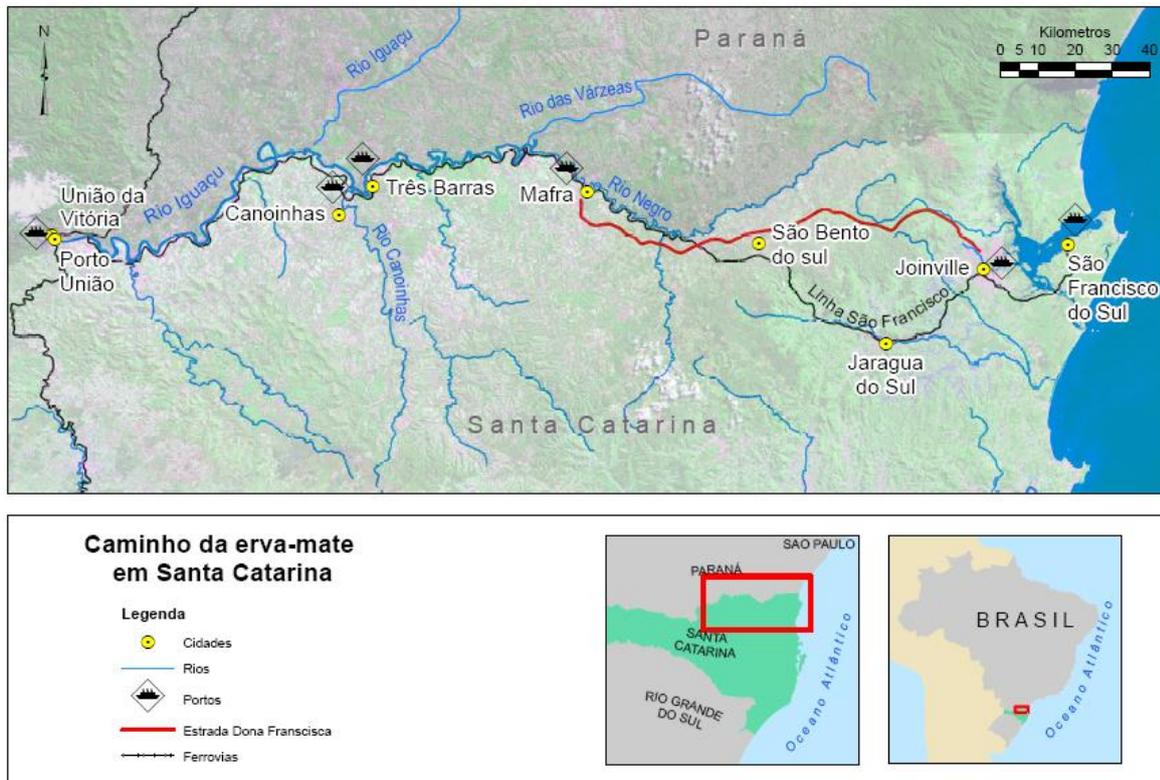


Figura 1: Caminho da erva-mate em Santa Catarina

APÊNDICE B: Tabelas

Tabela 1: Valor total das exportações de erva-mate e café pelo Brasil – 1831 a 1939

Ano	Café		Erva-mate		Ano	Café		Erva-mate	
	Valor (Mil Libras Esterlinas)	Quantidade (Mil sacas de 60kg)	Valor (Mil Libras Esterlinas)	Quantidade (ton)		Valor (Mil Libras Esterlinas)	Quantidade (Mil sacas de 60kg)	Valor (Mil Libras Esterlinas)	Quantidade (ton)
1831	964	549	10	1.347	1858	4.824	2.380	230	5.938
1832	1.832	717	16	1.478	1859	5.340	2.735	186	7.107
1833	1.383	560	20	1.658	1860	6.289	2.524	221	9.802
1834	2.775	1.121	23	1.805	1861	8.564	3.571	168	7.386
1835	2.435	970	17	1.207	1862	6.257	2.420	150	7.180
1836	2.555	1.052	39	2.345	1863	6.201	2.136	166	8.889
1837	2.237	910	34	2.139	1864	6.144	2.004	171	10.562
1838	2.197	1.149	30	2.566	1865	7.151	2.645	98	7.177
1839	2.494	1.333	25	2.321	1866	6.377	2.436	154	10.524
1840	2.657	1.383	30	2.547	1867	7.044	3.157	187	10.599
1841	2.300	1.239	37	2.664	1868	7.818	3.561	292	13.088
1842	2.311	1.363	34	2.372	1869	6.409	3.802	189	10.299
1843	1.909	1.444	35	2.477	1870	6.039	3.115	242	10.465
1844	1.933	1.541	34	2.371	1871	7.766	3.827	344	16.566
1845	1.838	1.525	40	2.967	1872	7.172	4.060	403	17.389
1846	2.259	1.723	38	2.554	1873	12.013	3.497	348	15.568
1847	2.465	2.387	45	2.996	1874	11.976	2.774	253	13.436
1848	2.936	2.340	69	4.571	1875	13.512	3.853	245	12.322
1849	2.242	2.106	75	5.600	1876	13.414	3.407	279	14.192
1850	2.462	1.453	70	5.593	1877	11.752	3.553	251	14.374
1851	3.906	2.485	68	5.098	1878	11.299	3.843	338	12.602
1852	3.997	2.337	108	7.314	1879	12.813	4.904	260	13.722
1853	3.874	2.430	63	4.738	1880	11.237	2.618	224	14.064
1854	4.207	2.130	101	6.937	1881	11.604	3.660	249	14.275
1855	5.581	3.190	99	5.973	1882	9.553	4.081	246	15.953
1856	5.512	2.853	204	6.836	1883	10.817	6.687	93	6.387
1857	6.211	3.189	303	7.604	1884	11.681	5.316	80	5.606

Continua...

Tabela 1: Valor total das exportações de erva-mate e café pelo Brasil – 1831 a 1939 (continuação)

Ano	Café		Erva-mate		Ano	Café		Erva-mate	
	Valor (Mil Libras Esterlinas)	Quantidade (Mil sacas de 60kg)	Valor (Mil Libras Esterlinas)	Quantidade (ton)		Valor (Mil Libras Esterlinas)	Quantidade (Mil sacas de 60kg)	Valor (Mil Libras Esterlinas)	Quantidade (ton)
1885	13.140	6.238	59	4.342	1913	40.779	13.268	2.372	65.843
1886	9.671	5.436	171	14.688	1914	27.000	11.270	1.668	59.707
1887	21.501	7.769	424	31.413	1915	32.191	17.061	1.862	76.352
1888	10.857	3.444	388	21.684	1916	29.281	13.039	1.885	76.776
1889	18.983	5.586	442	23.165	1917	23.054	10.606	1.818	65.431
1890	17.850	5.109	398	24.186	1918	19.041	7.433	2.151	72.781
1891	17.561	5.373	274	24.750	1919	66.081	12.963	2.829	90.200
1892	22.028	7.109	226	25.288	1920	40.456	11.525	2.376	90.686
1893	21.712	5.307	168	16.460	1921	27.067	12.369	1.153	71.899
1894	20.884	5.582	410	24.319	1922	39.549	12.673	1.409	82.346
1895	22.385	6.720	425	23.460	1923	44.182	14.466	1.146	87.648
1896	19.663	6.744	374	27.557	1924	65.747	14.226	1.975	78.750
1897	16.506	9.463	460	29.282	1925	74.032	13.482	2.864	86.755
1898	13.830	9.267	443	29.852	1926	69.582	13.751	3.323	92.657
1899	14.459	9.771	475	30.932	1927	62.689	15.115	2.677	91.092
1900	18.889	9.155	676	33.992	1928	69.701	13.881	2.821	88.180
1901	23.979	14.760	936	39.887	1929	67.307	14.281	2.613	85.972
1902	20.327	13.157	1.084	41.929	1930	41.179	15.288	2.139	84.846
1903	19.076	12.927	677	36.130	1931	34.104	17.851	1.348	76.760
1904	19.958	10.025	971	44.162	1932	26.238	11.935	1.274	81.400
1905	21.421	10.821	1.247	41.120	1933	26.168	15.459	807	59.222
1906	27.616	13.966	1.857	57.796	1934	21.541	14.147	735	64.702
1907	28.559	15.680	1.610	52.053	1935	17.373	15.329	543	61.500
1908	23.039	12.658	1.650	55.315	1936	17.786	14.186	511	66.601
1909	33.475	16.881	1.658	58.018	1937	17.887	12.123	552	65.519
1910	26.696	9.724,	1.959	59.360	1938	16.192	17.113	419	63.241
1911	40.401	11.258	1.983	61.834	1939	14.892	16.499	420	60.157
1912	46.558	12.080	2.103	62.880					

Fonte: IPEADATA, 2012.

Tabela 2: Produção Brasileira de erva-mate e percentual de exportações.

Ano	Produção (ton)	Exportação (ton)	Export (%)	Ano	Produção (ton)	Exportação (ton)	Export (%)
1920	125.800	90.686	72	1941	84500	49.762	59
1921	101.100	71.899	71	1942	81000	55.276	68
1922	103.700	82.346	79	1943	72400	48.139	66
1923	105.900	87.648	83	1944	66300	48.691	73
1924	109.700	78.750	72	1945	72900	49.829	68
1925	114.100	86.755	76	1946	62600	49.224	79
1926	119.500	92.657	78	1947	72500	55.434	76
1927	101.500	91.092	90	1948	nd	46.775	
1928	113.700	88.180	78	1949	nd	47.369	
1929	127.400	85.972	67	1950	nd	45.774	
1930	96.600	84.846	88	1951	nd	50.053	
1931	102.500	76.760	75	1952	nd	44.565	
1932	99.000	81.400	82	1953	nd	34.831	
1933	80.000	59.222	74	1954	nd	49.851	
1934	86500	64.702	75	1955	nd	52.404	
1935	83500	61.500	74	1956	nd	58.042	
1936	89300	66.601	75	1957	nd	55.044	
1937	96000	65.519	68	1958	nd	56.602	
1938	94200	63.241	67	1959	nd	52.297	
1939	93400	60.157	64	1960	nd	49.762	
1940	83800	50.520	60			55.276	

Fonte: IPEADATA, 2012.

Tabela 3: Volatilidade dos preços internacionais (libras esterlinas) - 1836 a 1940.

Ano	Volatilidade								
1836	17%	1857	51%	1878	18%	1899	11%	1920	10%
1837	14%	1858	43%	1879	18%	1900	15%	1921	23%
1838	15%	1859	32%	1880	21%	1901	21%	1922	29%
1839	18%	1860	24%	1881	22%	1902	24%	1923	37%
1840	20%	1861	29%	1882	24%	1903	20%	1924	30%
1841	16%	1862	28%	1883	11%	1904	13%	1925	39%
1842	12%	1863	12%	1884	8%	1905	18%	1926	40%
1843	12%	1864	14%	1885	10%	1906	22%	1927	33%
1844	8%	1865	20%	1886	10%	1907	23%	1928	13%
1845	3%	1866	18%	1887	8%	1908	14%	1929	8%
1846	4%	1867	13%	1888	16%	1909	4%	1930	13%
1847	4%	1868	20%	1889	21%	1910	6%	1931	22%
1848	5%	1869	20%	1890	20%	1911	6%	1932	31%
1849	6%	1870	18%	1891	21%	1912	7%	1933	34%
1850	8%	1871	12%	1892	30%	1913	8%	1934	32%
1851	8%	1872	9%	1893	33%	1914	9%	1935	26%
1852	8%	1873	9%	1894	29%	1915	15%	1936	29%
1853	6%	1874	9%	1895	32%	1916	18%	1937	25%
1854	7%	1875	8%	1896	30%	1917	17%	1938	21%
1855	9%	1876	9%	1897	21%	1918	8%	1939	12%
1856	38%	1877	9%	1898	11%	1919	11%	1940	57%

Fonte: IPEADATA, 2012.

Nota: como medida de dispersão relativa (volatilidade) do preço, utilizamos um coeficiente de variação móvel (desvio padrão dos últimos cinco anos dividido pela média aritmética simples de preços desse período); realce indica alta volatilidade.

Tabela 4: Exportações catarinenses selecionadas (em %)- 1894 a 1943.

Ano	Mate	Madeira	Manteiga	Banha	Arroz	Mandioca	Açúcar	Textil
1894	27%	8%	7%	2%	5%	20%	2%	-
1895	28%	8%	7%	2%	5%	15%	2%	-
1896	20%	9%	11%	4%	3%	12%	7%	0%
1897	23%	6%	6%	2%	2%	12%	10%	0%
1898	20%	5%	7%	3%	4%	20%	9%	0%
1899	21%	5%	8%	2%	4%	18%	8%	0%
1900	32%	4%	12%	4%	3%	15%	5%	0%
1901	31%	5%	13%	6%	2%	5%	8%	0%
1902	28%	5%	12%	11%	2%	3%	7%	-
1903	22%	6%	12%	11%	3%	5%	11%	-
1904	19%	9%	13%	7%	5%	12%	7%	-
1905	25%	9%	10%	5%	5%	4%	4%	2%
1906	19%	10%	8%	15%	5%	5%	2%	0%
1907	14%	9%	12%	16%	6%	6%	10%	1%
1908	14%	7%	14%	11%	6%	9%	10%	6%
1909	19%	9%	17%	11%	5%	7%	2%	6%
1910	19%	9%	15%	12%	3%	5%	3%	-
1911	16%	8%	12%	14%	5%	4%	1%	-
1912	14%	11%	12%	14%	5%	5%	0%	2%
1913	11%	9%	14%	20%	5%	6%	1%	2%
1914	13%	8%	8%	19%	6%	3%	5%	7%
1915	7%	2%	5%	14%	8%	12%	12%	6%
1916	10%	4%	6%	13%	6%	5%	15%	8%
1917	20%	6%	6%	13%	8%	8%	3%	5%
1918	14%	10%	5%	9%	11%	6%	0%	5%
1919	27%	9%	5%	13%	5%	5%	2%	8%
1920	13%	10%	4%	9%	5%	4%	4%	6%
1921	21%	12%	7%	12%	8%	5%	10%	11%
1922	16%	12%	5%	10%	4%	2%	2%	10%
1923	13%	11%	5%	9%	4%	1%	7%	11%
1924	8%	15%	5%	9%	5%	6%	2%	10%
1925	8%	14%	5%	11%	5%	6%	1%	9%
1926	12%	12%	6%	14%	4%	4%	1%	11%
1927	11%	11%	6%	10%	4%	18%	1%	14%
1928	20%	14%	5%	7%	2%	3%	1%	10%
1929	16%	15%	4%	12%	3%	2%	1%	8%
1930	18%	13%	4%	11%	3%	2%	0%	10%
1931	21%	11%	4%	11%	3%	3%	0%	11%
1932	19%	11%	4%	14%	3%	6%	0%	9%
1933	12%	14%	5%	10%	4%	5%	2%	11%
1934	8%	14%	5%	12%	4%	4%	2%	12%
1935	4%	16%	4%	15%	5%	2%	2%	11%
1936	6%	20%	2%	12%	5%	2%	2%	13%
1937	5%	23%	1%	11%	5%	3%	3%	14%
1938	3%	25%	-	10%	5%	3%	3%	15%
1939	3%	27%	-	8%	4%	3%	2%	16%
1940	3%	25%	-	7%	3%	3%	2%	17%
1941	3%	27%	-	6%	4%	2%	2%	16%
1942	3%	30%	-	6%	5%	2%	2%	15%
1943	2%	28%	-	7%	4%	2%	0%	17%
Média	15%	12%	7%	10%	5%	6%	4%	7%

Fonte: GOULARTI FILHO, 2002.

Tabela 5: Produção argentina de erva-mate (em toneladas) - 1910 a 1952.

Ano	Produção Argentina	Consumo interno da produção argentina*	Ano	Produção Argentina	Consumo interno da produção argentina*
1910	910		1932	4500	24406
1911	909		1933	51027	45865
1912	896		1934	63874	60322
1913	980		1935	75362	56823
1914	1174		1936	80451	60042
1915	2169		1937	106330	61141
1916	2228		1938	72211	64258
1917	2478		1939	64831	72495
1918	2500		1940	68690	70426
1919	2806		1941	72121	75594
1920	2900	50	1942	86627	83485
1921	3100	7760	1943	79900	83919
1922	3700	3500	1944	83547	87824
1923	5600	1864	1945	83957	87816
1924	8500	12160	1946	99412	95453
1925	1000	8448	1947	121427	93794
1926	13000	8360	1948	112012	107601
1927	16200	6267	1949	117301	96732
1928	17800	14954	1950	103275	110947
1929	22000	18840	1951	106281	120454
1930	38500	17333	1952	137032	127616
1931	36300	20976			

Fonte: CODEPAR, 1965.

* A CODEPAR apresentou no mesmo trabalho duas tabulações sobre a produção argentina de erva-mate. A terceira coluna corresponde a dados estimados com base no consumo interno, e nos volumes de importação do Paraguai e do Brasil para os respectivos anos.

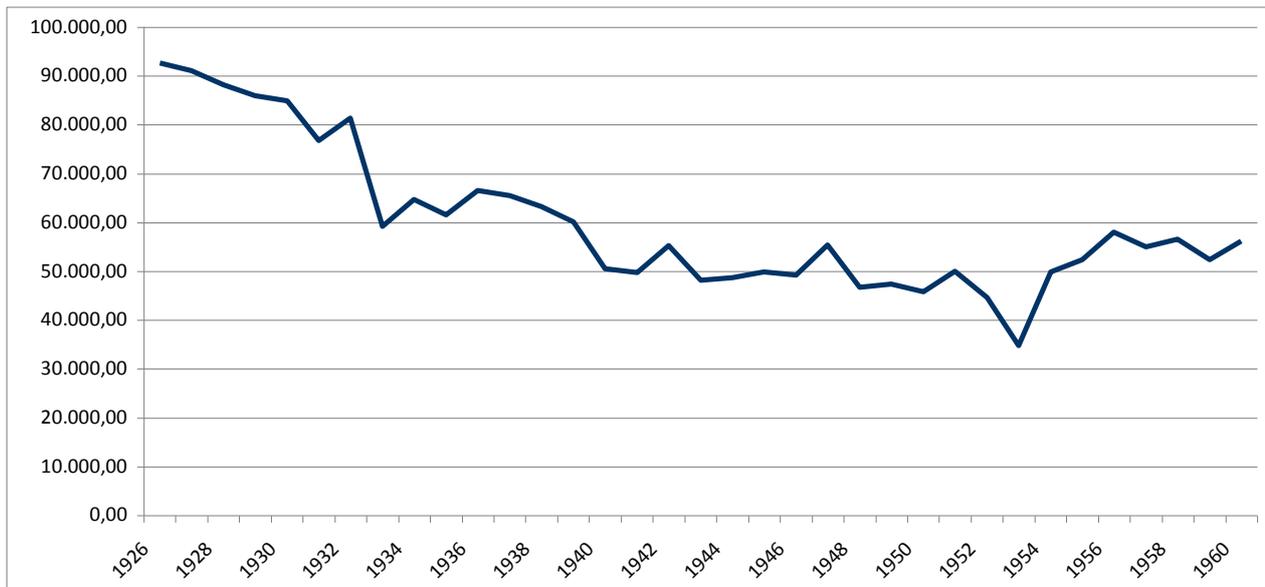
Tabela 6: Exportações catarinense de Erva-mate - 1892 a 1920

Ano	Quantidade (kg)	Valor
1892	3.472.007	621:190\$890
1894	2.894.995	1.327:900\$740
1895	3.429.525	1540:155\$000
1896	3.669.721	1.334:364\$000
1897	4.086.226	2.045:586\$000
1898	4.089.935	2.044:395\$000
1899	4.377.722	2.188:761\$000
1900	4.521.937	2.308:877\$700
1901	4.648.558	1.921:724\$500
1902	5.045.318	2.022:120\$200
1903	5.748.024	1.428:257\$250
1904	5.513.086	1.378:030\$510
1905	5.254.049	1.338:722\$250
1906	5.866.498	1.467:044\$500
1907	5.792.276	1.444:401\$750
1908	5.781.262	1.479:030\$700
1909	6.562.100	1.567:960\$762
1910	5.761.805	1.286:834\$120
1911	5.850.119	1.287:784\$795
1912	5.302.883	1.164:589\$730
1913	3.793.371	982:239\$500
1914	3.918.421	1.168:017\$920
1915	3.276.402	985:222\$900
1916	4.977.963	1.491:046\$050
1917	13.529.308	4.042:542\$110
1918	11.629.006	3.645:876\$620
1919	20.851.550	9.420:967\$655
1920	18.894.658	6.860:338\$590

Fonte: LOUREIRO JUNIOR, 1922.

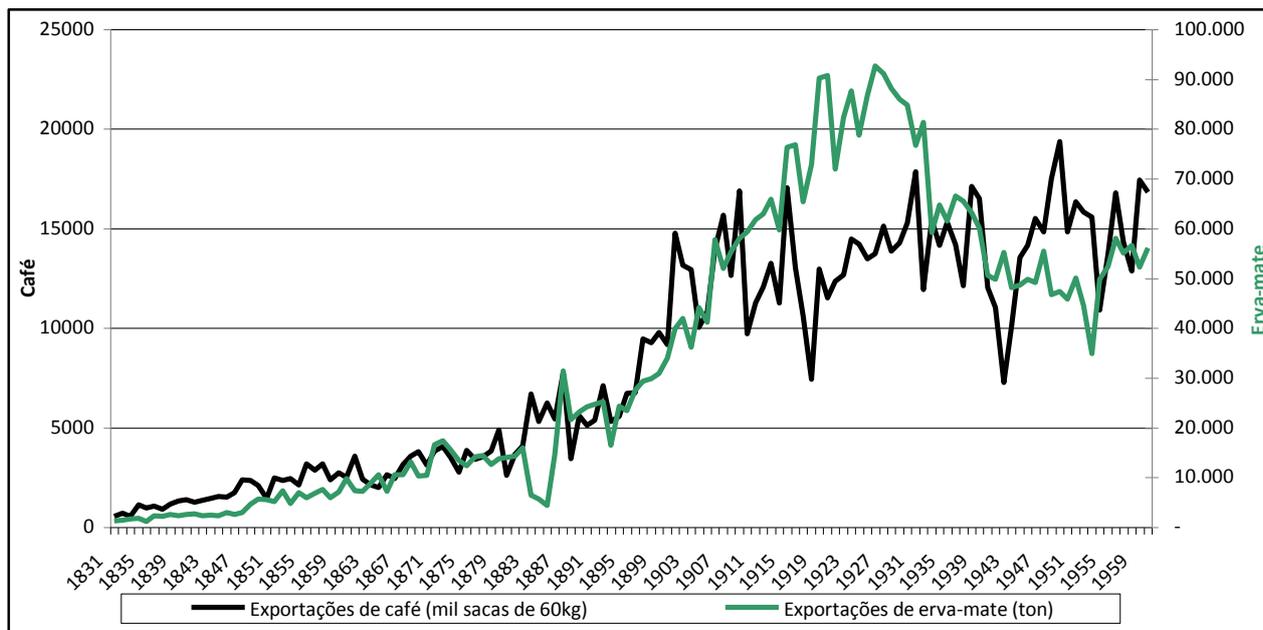
APÊNDICE C: Gráficos

Gráfico 1: Evolução das exportações de erva-mate brasileira – 1926 a 1960 (em toneladas)



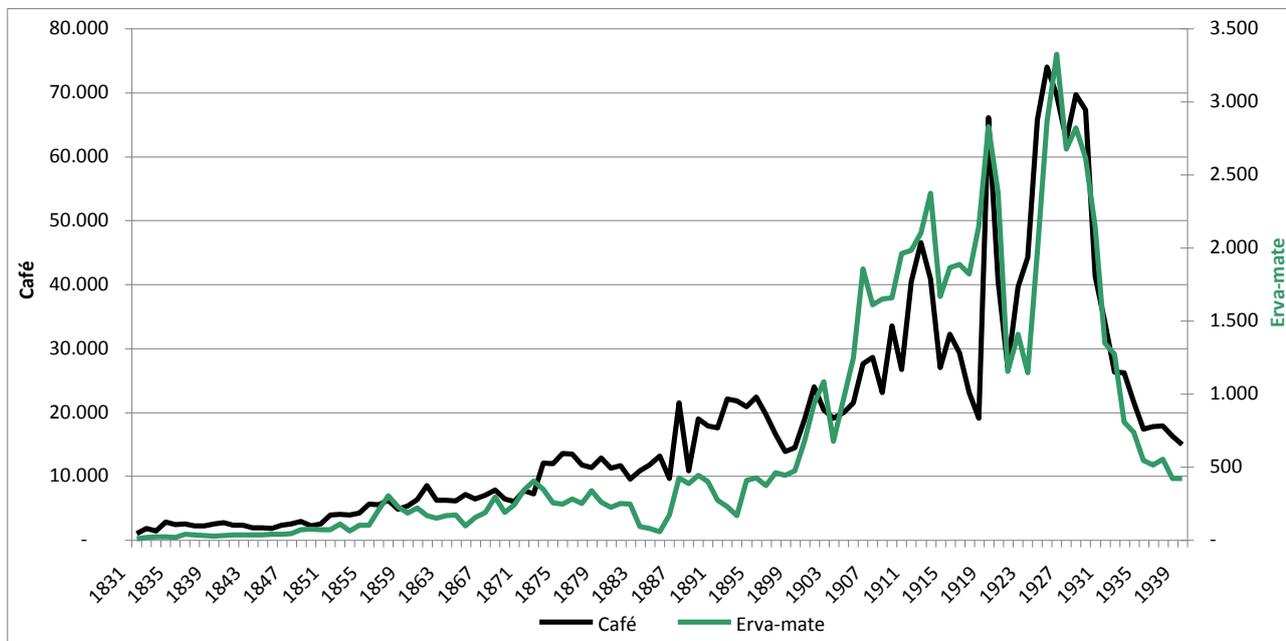
Fonte: IPEADATA, 2012.

Gráfico 2: Evolução das exportações de erva-mate e de café pelo Brasil – 1831 a 1960.



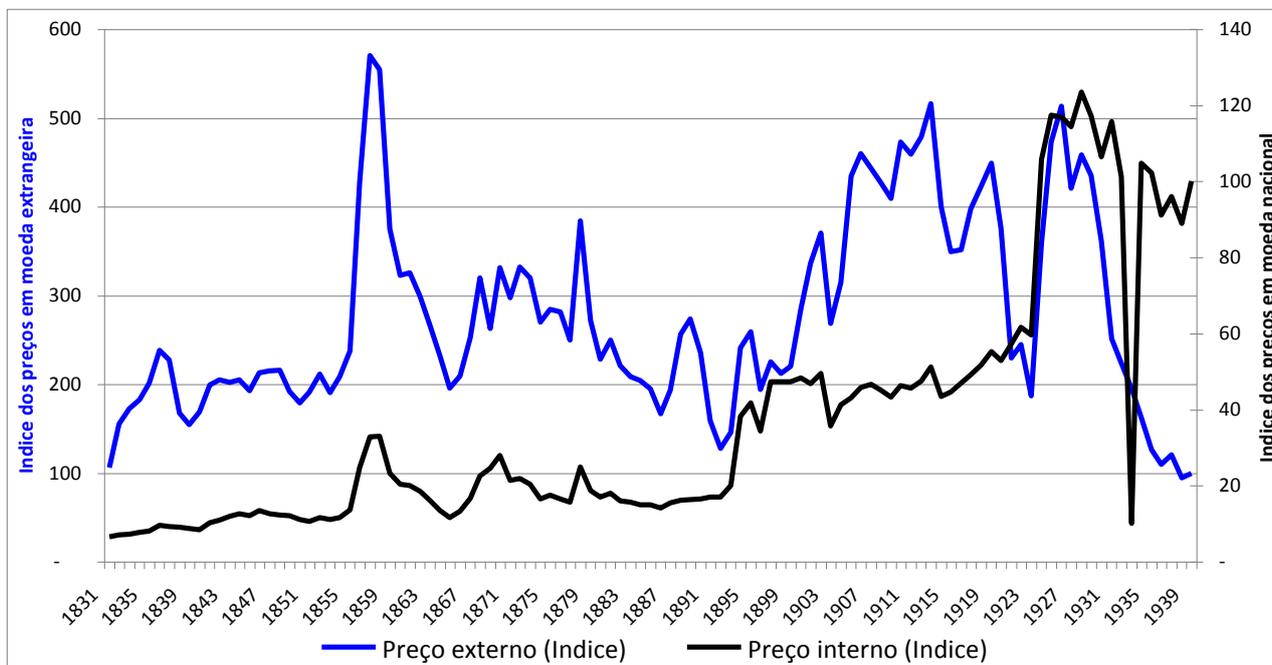
Fonte: IPEADATA, 2012.

Gráfico 3: Evolução do valor total das exportações brasileiras de café e erva-mate – 1831 a 1939 (em mil libras esterlinas).



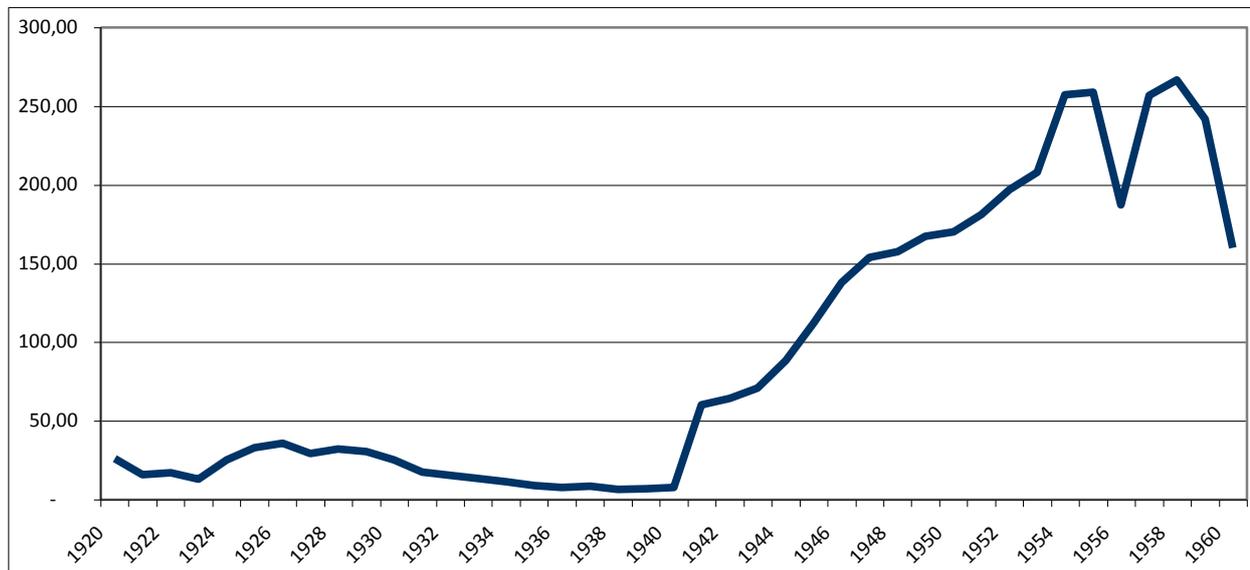
Fonte: IPEADATA, 2012.

Gráfico 4: Trajetória do preço interno e externo da tonelada de erva-mate, em número índice (1939 = 100) - 1831 a 1939.



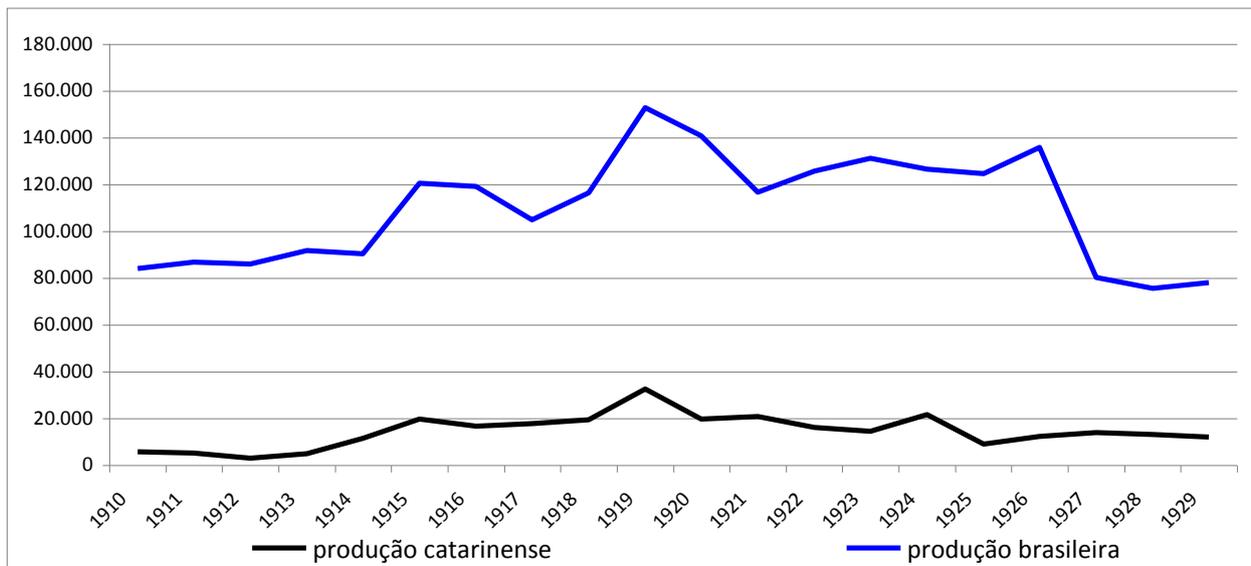
Fonte: IPEADATA, 2012.

Gráfico 5: Evolução do preço em US\$ da tonelada de erva-mate exportada - 1920 a 1960.



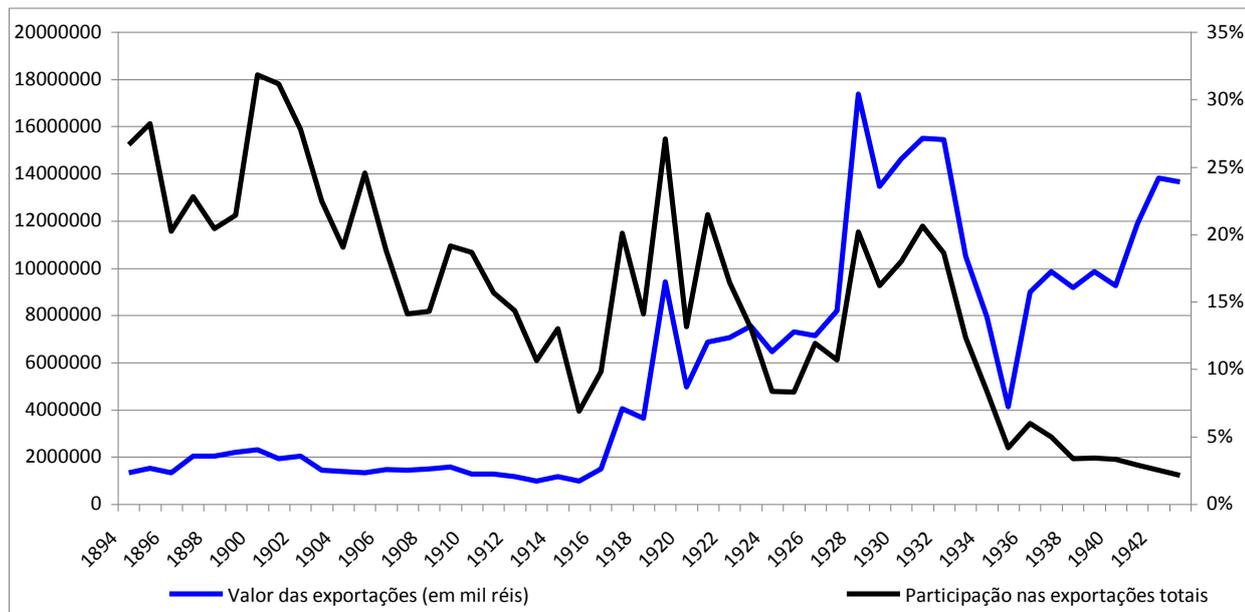
Fonte: IPEADATA, 2012.

Gráfico 6: Evolução da quantidade de erva-mate produzida no país e da quantidade produzida em Santa Catarina - 1910 a 1929 (em toneladas).



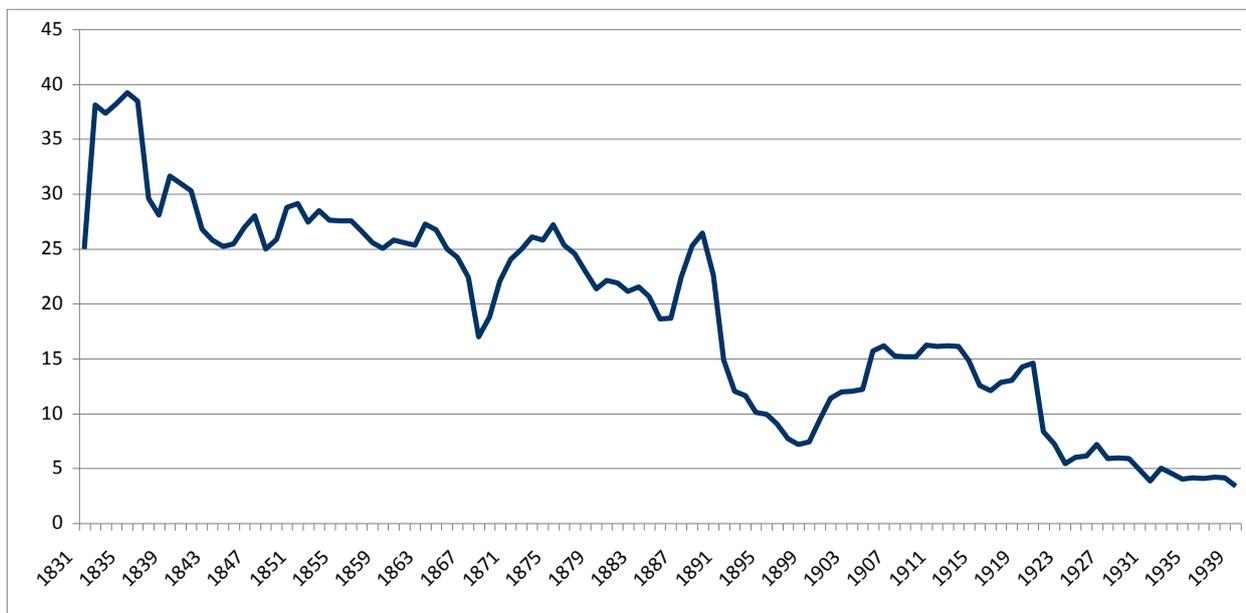
Fonte: IPEADATA, 2012; ARANHA, 1967; GOULARTI FILHO, 2002.

Gráfico 7: Evolução do valor das exportações de mate catarinense e da sua participação no total das exportações do estado - 1894 a 1943



Fonte: IPEADATA, 2012; GOULARTI FILHO, 2002.

Gráfico 8: Trajetória do taxa de câmbio no Brasil (libras esterlinas por mil réis) - 1831 a 1939.



Fonte: IPEADATA, 2012.

APÊNDICE D: Quadros

Quadro 1: Atividades do complexo ervateiro em Joinville - 1901 a 1927

Ano	Comércio de erva-mate (inclusive exportação)	Engenhos	Tanoaria ou fábricas de barricas	Bancos, casas de créditos, prestamistas	litografia	Navegação
1901	A. Baptista & Oscar; Antônio José Ribeiro; Augusto Urban; Bernardo Bamba; Companhia Industrial; Emilio Maatenffel; Frederico Schlemm; H. A. Lepper; João Colin; Miguel Vogelsanger; Ribeiro & Jordan ¹	nd.	nd.	nd.	nd.	nd.
1905	A. Baptista & Oskar; Companhia Industrial; Carlos Schneider; G. B. Trinks Succ; Augusto Urban & Filho; Emilio Manteuffel; Miguel Volgelsanger; Alexandre Schlemm; H. A. Lepper	A. Baptista & Oskar; Companhia Industrial; Alexandre Schelemm	Miguel Vogelsanger; Alberto Colin	nd.	nd.	nd.
1910	Import e Export: A. Baptista & C; Alexandre Schleum; Augusto Urban & Filho; Carl Schneider; Companhia Industrial; Emilio Mapteuffel; G. B. Trinks Succ; H. A. Lepper; Miguel Vogelsanger. Negociantes: A. Baptista & C; Alexandre Schlemm & C; Alfredo Novano de Andrade; Astalgido de Menezes; Augusto Urban & Irmão; Bernardo Olsen; Brandão & Gomes, representantes na filial do Rio de Janeiro; Brockmann Celestino & C; Domingos Victorino Tabalipa; Gustavo A. Richlin & Filho; Gusavo Kopp; H. Lepper; Ignacio Fisker; João Wilse; Jordan Gerken & C; Jorge Schlemm; Luiz Schiller; Olympio Nobrega de Oliveira; Ricardo Monich	A. Baptista & C; Alexandre Schlemm; H. Lepper; Jordan Gerken & C;	Alberto Colin; Miguel Vogelsanger	nd.	nd.	nd.
1912	Import e Export: A. Baptista & C; Alexandre Schleum; Augusto Urban & Filho; Carl Schneider; Companhia Industrial; Emilio Mapteuffel; G. B. Trinks Succ; H. A. Lepper; Miguel Vogelsanger. Negociantes: A. Baptista	A. Baptista & C; Alexandre Schlemm; H. Lepper; Jordan Gerken & C;	Alberto Colin; Miguel Vogelsanger	nd.	nd.	nd.

	& C; Alexandre Schlemm & C; Alfredo Novano de Andrade; Astalguido de Menezes; Augusto Urban & Irmão; Bernardo Olsen; Brandão & Gomes, representantes na filial do Rio de Janeiro; Brockmann Celestino & C; Domingos Victorino Tabalipa; Gustavo A. Richlin & Filho; Gusavo Kopp; H. Lepper; Ignacio Fisker; João Wilse; Jordan Gerken & C; Jorge Schlemm; Luiz Schiller; Olympio Nobrega de Oliveira; Ricardo Monich					
1922	Import e Export: A. Baptista & c; Alexandre Schlemm; Augusto Urban & Filho; Carl Schneider; Colin Irmãos; Emilio Stock; Gustavo Richelin; H. A. Lepper; Jordan Gerken & c; Miguel Vogelsanger; Otto L. Parucker; Stein Irmãos; Wolfgang Ammou. Export de mate: Alexandre Schlemm; A. Baptista & c; Henrique Jordão & c; Trinks Irmão. Negociantes: Alexandre Schlemm & c; Austergilio de Menezes; Augusto Urban & Irmãos; Gustavo Richellin; H. Lepper; Jordan Gerken & c	A. Baptista & Cia; Jordan Gerken & Cia	Miguel Vogelsanger; Trinks Irmãos	nd.	nd.	A. Baptista & C representante da Lloyd Brasileiro e Golf Line
1927	nd.	Germano Stein; Nicolau Mader & C; Bernardo Stemm & c	Augusto Stamm; Leopoldo Lindner; Strohmeyer; Willy Teuber	Banco Nacional do Comércio, de Porto Alegre; Banco do Brasil	Viúva Otto Boehn	nd.

Fonte: ALMANAK LAEMERT, vários anos.

¹ Incluímos a categoria negociante (ou negociadores), já que boa parte desses desempenha algum papel de atravessador de erva-mate, conforme se verifica nos anos posteriores onde aparecem como exportadores ou comerciantes do alimento.

Quadro 2: Atividades do complexo ervateiro em São Francisco do Sul - 1901 a 1927

Ano	Comércio de erva-mate (inclusive exportação)	Engenhos	Navegação
1901	Affonso Augusto dos Santos; José Basílio Corrêa; Oliveira & e Filho; Pereira & Filho; Sebastião Alves Camacho ¹	nd.	nd.
1905	nd.	nd.	Sérgio Augusto da Nobrega; Lloyd Brasileiro, Hamburgo Gesellschaft; Henrique Dettmer; Lloyd Bremen; Antônio Candido Preira; Hamburgo Amerika Linie; A. Baptista & Oskar
1910	A. Baptista & C	A. Baptista & C	A. Baptista & C, agencia particular; José Antônio de Oliveira, Navegação costeira; Carl Hoepeck & C, Lloyd Bremen; Antônio Gomes Raposo, Hamburgo America Linie; José Basilio Correia, Hamburgo Gesellschaft; Sergio Augusto Nobrega, Lloyd Brasileiro
1912	A. Baptista & C	A. Baptista & C	A. Baptista & C, agencia particular; José Antônio de Oliveira, Navegação costeira; Carl Hoepeck & C, Lloyd Bremen; Antônio Gomes Raposo, Hamburgo America Linie; José Basilio Correia, Hamburgo Gesellschaft; Sergio Augusto Nobrega, Lloyd Brasileiro
1922	Import export: A. Baptista & C; Hoepck & irmão; Pereira & irmão; J. Zacharias & c; Marcos Görressen ²	A. Baptista & C	Antônio Pedro de Oliveira; Costeira e Lloyd Brasileiro; Leonidas Branco; Southern Lumber; Ron Addisson; Lloyd's Londres; A. Baptista & C: Sul Line; José Basilio Corrêa; Hoepck & c
1927	nd.	A. Baptista & C; Carvalho & Filho	nd.

Fonte: ALMANAK LAEMERT, vários anos.

¹ Dados correspondem a categoria negociante (ou negociadores).

² Dados correspondem à importadores e exportadores, não havendo discriminação sobre o produto ao qual comercializavam.

Quadro 3: Atividades do Complexo Ervateiro Catarinense (municípios selecionados) - 1901 a 1927

Ano	Chapecó	Canoinhas/Ouro Verde	Campo Alegre		
	Comércio de erva-mate (inclusive exportação)	Comércio de erva-mate (inclusive exportação)	Comércio de erva-mate (inclusive exportação)	Engenhos	Tanoaria e fábricas de barricas
1901	nd.	nd.	Antônio Guerreiro Filho (exportador)	nd.	nd.
1910	nd.	nd.	nd.	A. A. Leper; Companhia Industrial; José Basilio Correia	nd.
1912	nd.	nd.	nd.	H. A. Leper; José Guedes da Silva; Jordan Gerkem & C	Nicolau Schadech
1922	nd.	nd.	nd.	nd.	nd.
1927	Affonso Scheffer; Elias Menezes de Oliveira; Alberto Bertier de Almeida; Antônio Caleffi; Pedro da Silva Maciel. Cruzeiro: A. de Carli & c; Simão Ruas; Pedrino Primo Bigin; Arthur Pereira; Luiz Giorno	Export e import geral: Carlos Mayer; Dequeche & c; Emiliano Abrão Seleme; Fuck & C; Guilherme Roeder; Henrique Jordan & c; Pedro Abrão Seleme; Rodolpho Olsen & c; Seleme & c	nd.	Eugênio La Maison; H. A. Lepper & filho	nd.

Fonte: ALMANAK LAEMERT, vários anos.

Quadro 4: Atividades do Complexo Ervateiro em Porto União-SC/União da Vitória-PR - 1922 a 1927

Ano	Comércio de Erva-mate (inclusive exportação)	Navegação
1922	Cor Arthur de Paula e Sousa; Carlos Groth; Godofredo Golmann; Innocencio d'Oliveira & C; Cap Irineu Thiago; José Tesserolli; M. França & C; Max Schwartz; Pedro A. Franklin; Zacharias José Guerios ¹	nd.
1927	Dequedi & c; Francisco Machado; Guilherme Koerner; Oxilio Siduro	Lloyd Paranaense

Fonte: ALMANAK LAEMERT, vários anos.

¹ Dados correspondem a categoria de negociantes (ou negociadores).

Quadro 5: Atividades do Complexo Ervateiro em Mafra-SC/Rio Negro-PR - 1910 a 1927

Ano	Comércio de erva-mate (inclusive exportação)	Engenhos	Tanoaria e fábricas de barricas	Fábrica de veículos	Navegação
1910	nd.	nd.	nd.	nd.	Kirchner & C (Rio Negro-PR)
1912	nd.	Alfredo Xavier de Almeida; Basilio Celestino de Almeida; Leopoldo Almeida & Schneider	Alberto Witt; Augusto Senger; Emilio Herming; Ernesto Witt; Felix Baumann; Heimart von Linsingen; Henrique Witt; Guilherme Müller; Gustavo Witt; Jacob Freire; José Mairick; Maximino Schafanzer; Pedro Freire; Hodolpho Hirt	nd.	nd.
1922	nd.	Almeida & c; Brazilio Celestino de Oliveira; José May Auerswald; Nicolau Mäder	15 ilegível	nd.	Kirchner & C (Rio Negro-PR)
1927	Rio negro: Alfredo de Almeida; Emilio von Linsingen & c; Leopoldo de Almeida & Portes; Argemior de Almeida. Jordan Gerken & Cia; Emilio Von Linsingen & Cia; Brasilio Celestino de Oliveira; Eugênio La Maison; A. B. dos Santos Ribos; J. Procopiack & C; Dequech & c; Valfrido de Almeida; B. Bandeira Ribos; Valentin Bonnach; Bernardo Stam	nd.	Emilio Evres; André Liebel; Hugo Werner; Guilherme Maria do Valle	Rio negro: Max Nehls. Mafra: Guilherme Selonke; Max Langer	nd.

Fonte: ALMANAK LAEMERT, vários anos.

Quadro 6: Atividades do Complexo Ervateiro em São Bento - 1901 a 1927

Ano	Comércio de erva-mate (inclusive exportação)	Engenhos	Tanoaria ou fábricas de barricas	Fábrica de veículos
1901	Gustavo Kopp; Ricardo Monich; Ignácio Fischer; Alfredo Pinto; Antonio Francisco Caldeira; João Wordell; Jorge Schlemm ¹	Joaquim Antônio de Castilho; Viúva Neumann; Ignácio Fischer; Companhia Industrial; José Pilz; Joaquim Quintiliano de Oliveira; José Streit; Francisco Gery Kaminsky; Emigdio Affonso Ayres Cubas; Carlos Stüber; Alfredo Pinto de Oliveira; Domingos Victorino TABalipa; Fischer, Wordell & Cia; Antônio Francisco CALdeira; CARlos Urban & Cia; Luiz Wolf; João Wordell; Henrique Hussmann; Pedro Carvalho da Silva; Francisco da Silva Sinks; João do Norte; Chrysanto Gonçalves de França; Luiz Schüller; Maximiliano Wagner; Olsen & Ritzmann; Nilton Celestino de Oliveira; José Brandt	nd.	nd.
1905	Gustavo Kopp; Ricardo Monich; Iguacio Fischer; Alfredo Pinto; Olympio Nobrega de Oliveira; Bernardo Olsen; Victor Celestino de Oliveira; João Wiese; João Wordell; Joerge Schlemm ¹	nd.	nd.	nd.
1910	Alfredo Pinto; Bernardo Olsen; Gustavo Kopp; Ignacio Fischer; João Wiese; João Wordel; Jorge Sclemm; Olympio Nobrega de Oliveira; Ricardo Monich; Nictor Celestino de Oliveira	Companhia Industrial Oxford; Companhia Industrial Lençol; Olympio de Oliveira Nobrega	nd.	nd.
1912	Alfredo Pinto; Bernardo Olsen; Gustavo Kopp; Ignacio Fischer; João Wiese; João Wordel; Jorge Sclemm; Olympio Nobrega de Oliveira; Ricardo Monich; Nictor Celestino de Oliveira	Companhia Industrial Oxford; Companhia Industrial Lençol; Olympio de Oliveira Nobrega	nd.	nd.
1922	nd.	nd.	Adolpho Langer; Ambrosio Pfeifer; José Zifferer	Alfredo Tschocke; Otto Hannemann
1927	nd.	nd.	Adolpho Schlängenharfer	nd.

Fonte: ALMANAK LAEMERT, vários anos. Dados correspondem a categoria de negociantes ou negociadores.

ANEXOS

ANEXO A: Mapas das regiões ervateiras brasileiras

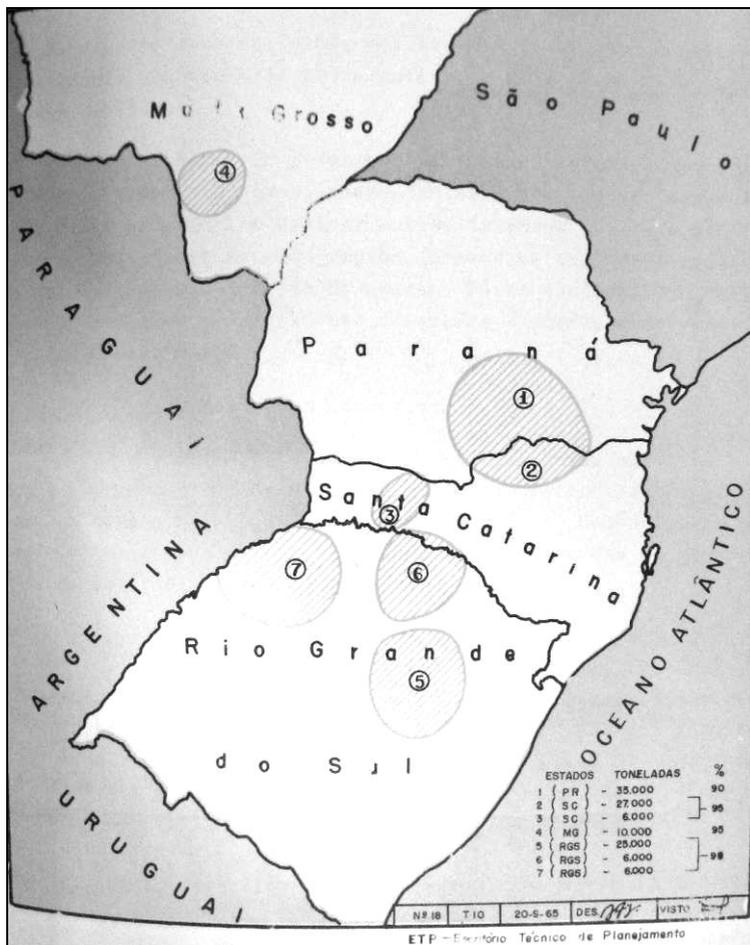


Figura 2: Regiões Ervateiras do Brasil (FONTE: CODEPAR, 1965)



Figura 3: Regiões Ervateiras de Santa Catarina (FONTE: CODEPAR, 1965)



Figura 4: Abrangência da área dos faxinais na região Sul (Fonte: CHANG, 1985, pg. 6).

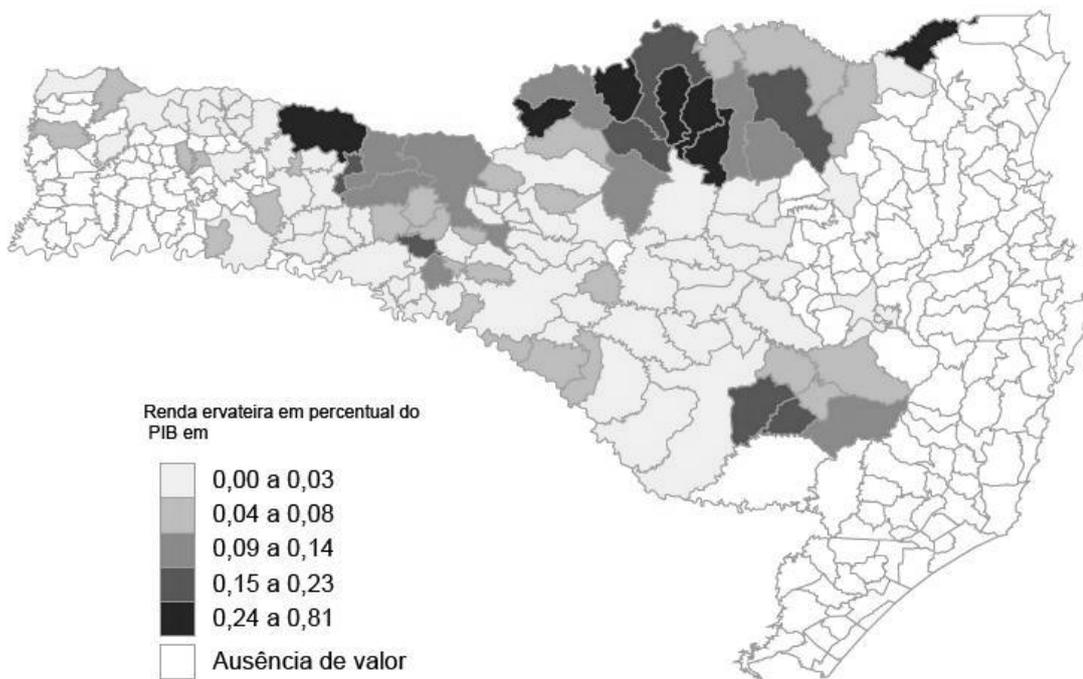


Figura 5: Renda ervaiteira em percentual do PIB (Fonte: IBGE, 2009).

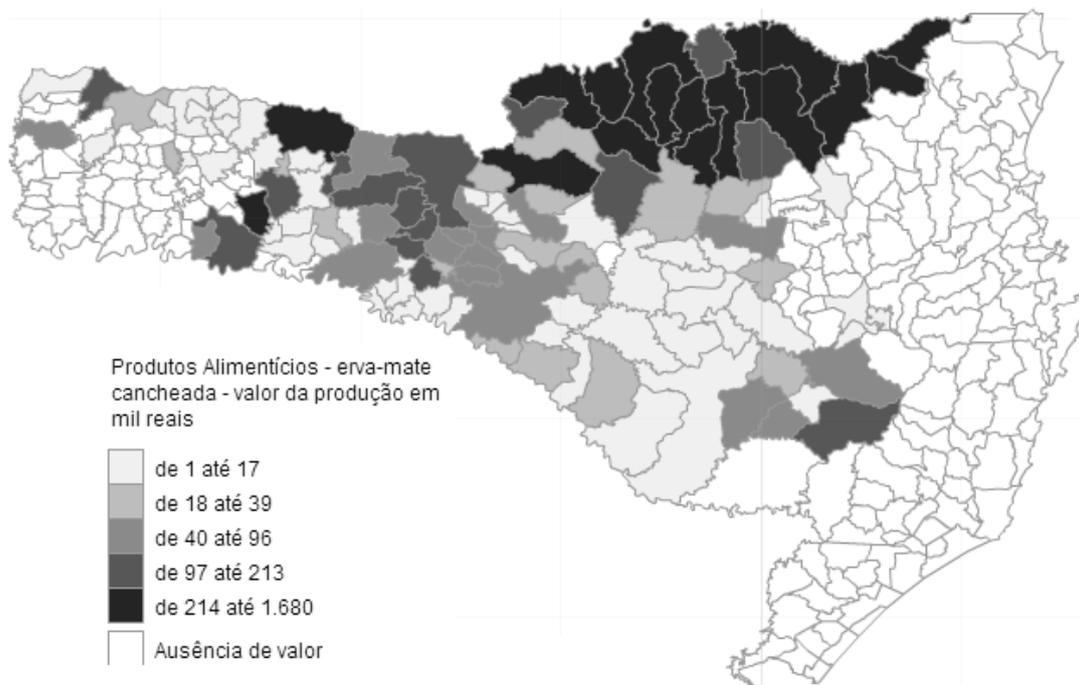


Figura 6: Distribuição da produção de erva-mate entre os municípios catarinenses em 2008 (Fonte: IBGE, 2009).



Figura 7: Reprodução da Carta Geral da Estrada Dona Francisca, por ordem do Eng. Eduardo José de Moraes, 1870. (Retocados: escala gráfica, trecho concluído da EDF e pontos "Fregª do Rio Negro", "Curitiba", "Encruzilhada", "Joinville" e "São Francisco").



Figura 8: Porto de São Francisco do Sul, na década de 1940 (disponível em: <http://wp.clicrbs.com.br/nasondascombanana/>, em 07 de fevereiro de 2013 às 19h11).



Figura 9: Barco Elfrida, de Bernardo Olsen, em Canoíñas, no início da década de 1920 (Fonte: Museu da Erva Mate em Canoíñas-SC).



Figura 10: Em primeiro plano à esquerda, fábricas de erva-mate. Cais do porto fluvial no Rio Cachoeira - década de 1910 (Fonte: Arquivo Histórico de Joinville).



Figura 11: Carroções "São Bento Wagen" à margem da EDF (Fonte: Arquivo Histórico Municipal de São Bento do Sul).



Figura 12: Barricarias de Mafra (Fonte: LORENA, 2008).



Figura 13: Ponte sobre o rio Iguaçu, em Porto União-SC/União da Vitória-PR (Fonte: ENTRES, 1927).